

QUINTA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 2010

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H00)

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Senhor Presidente, ontem, devido ao tempo que foi necessário para concluirmos o nosso trabalho aqui no Parlamento, não houve oportunidade de mencionar a morte recente de Orlando Zapata, que a delegação espanhola lamenta sinceramente. Este cidadão faleceu após uma longa greve de fome. É o primeiro prisioneiro de consciência a morrer em Cuba nos últimos 40 anos, e nós apelamos aqui à libertação de todos os prisioneiros de consciência em Cuba e no resto do mundo. Gostaríamos de expressar a nossa solidariedade com a sua família e com a população cubana no seu caminho para o pluralismo e para o desenvolvimento.

Esta ocasião muito triste pode funcionar como catalisadora de uma discussão destinada a integrar as relações entre a União Europeia e Cuba num amplo quadro bilateral, que preveja um diálogo permanente e construtivo sobre direitos humanos, em pé de igualdade com os acordos da União Europeia com países terceiros.

2. Entrega de documentos: ver Acta

3. Situação na Ucrânia (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

4. Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0014/2010) da deputada Patrão Neves, em nome da Comissão das Pescas, sobre o Livro Verde sobre a reforma da política comum das pescas (COM(2009)0163 - 2009/2106(INI)).

Maria do Céu Patrão Neves, relatora. – Permitam-me que dirija as palavras também a um grupo de 50 pescadores que devem estar a entrar agora no hemiciclo e que vieram para assistir a este debate e à votação do relatório.

Eu creio poder falar aqui em nome de todos os colegas da Comissão das Pescas, que trabalharam duramente neste relatório, para dizer que é com bastante satisfação que vimos chegar este dia, este dia em que o relatório é apresentado ao plenário e submetido a votação. E porquê? Porque a Política Comum de Pescas é uma das emblemáticas da União Europeia, que teve um princípio algo difícil, tendo-se iniciado formalmente na década de 80, tendo passado pela sua primeira reforma em 2002 e, sabendo nós hoje de alguns dos principais problemas que então foram diagnosticados (refiro-me à sobrecapacidade, à sobrepesca, ao sobreinvestimento que não sendo igual em toda a União Europeia, se verifica), pois estes problemas mantêm-se ainda em grande parte.

Este é o ponto de partida para a reforma, para uma reforma que tem de ser ampla, profunda e que tem vindo a ser longamente esperada pelo sector.

Em que direcção é que esta reforma deverá ir, segundo aquilo que nós apresentamos no relatório? Primeiramente, a nível dos princípios, numa exigência de equilíbrio entre a sua vertente ambiental, social e económica: ambiental, para garantir a conservação dos stocks; social, para garantir a valorização e a dignificação da profissão; e económica para garantir o rendimento da actividade. Sem estas três vertentes nós não vamos ter pescas na União Europeia, pelo menos, sustentáveis e com capacidade de desenvolvimento, que é isso que todos nós pretendemos.

Como é que estes princípios gerais, que visam um pescar menos, um ganhar mais e um preservar melhor os stocks, como é que estes princípios se devem concretizar? O relatório aponta alguns aspectos fundamentais: investir na descentralização; reforçar o poder de intervenção dos pescadores e de toda a fileira da pesca no poder, na tomada de decisão; um seu maior investimento na gestão, o que, aliás, permitirá também uma política de cumprimento e de responsabilidade; a necessidade de distinção de uma frota artesanal, industrial,

com regimes específicos para cada uma delas; a necessidade de reflectir sobre modelos de gestão que se adaptem melhor às diferentes zonas de pesca e aos diferentes tipos de pescarias; é importante reforçar o mercado através de uma pesca dirigida para produtos de valor acrescentado e a valorização do preço da primeira venda; associar os subsídios às exigências de boas práticas; condicionar a modernização da frota à segurança e higiene; desenvolvimento decisivo da aquacultura, uma aquacultura ecologicamente sustentável na União Europeia; desenvolvimento de outros sectores conexos da captura como seja o da transformação. E sem esquecer a chamada de atenção para o papel crescente da mulher nas pescas, da necessidade de exigir que os produtos das pescas dos países terceiros, que são importados para a nossa União Europeia, sejam sujeitos aos mesmos requisitos que os nossos produtores têm: a certificação, a rotulagem, a rastreabilidade e, enfim, a integração das pescas na política marítima europeia como um amplo contexto de potencialização das suas capacidades.

Permitam-me que termine dizendo que o trabalho que nós hoje aqui apresentamos é produto do esforço conjunto de todos os colegas da Comissão das Pescas, muito particularmente dos relatores-sombra com quem trabalhamos muito intensamente, também com a Comissão, com o secretariado do Parlamento Europeu, com o assessor do PPE e outros assessores de outras famílias políticas e também, claro, com o meu gabinete e com o meu assistente para as pescas. É, realmente, um trabalho conjunto que aqui apresentamos e que, esperamos, seja aqui também aprovado.

Juan Carlos Martín Fragueiro, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhor Presidente, a Presidência também saúda este debate no Parlamento Europeu como um importante contributo para o amplo processo de consultas no âmbito do Livro Verde; os contributos do Parlamento Europeu devem, pois, ser seriamente ponderados pela Comissão na elaboração das suas propostas legislativas.

O Conselho irá também estudar atentamente todos os pareceres do Parlamento a fim de poder examinar e adoptar posteriormente as propostas legislativas ao abrigo do processo legislativo ordinário.

O Livro Verde de Abril de 2009 analisa várias limitações estruturais na política comum das pescas: sobrecapacidade, falta de objectivos precisos, adopção de decisões a curto prazo, falta de responsabilidade do sector e cumprimento insuficiente em geral.

O Livro Verde também apresentou possíveis formas de combater estas limitações estruturais e abordou questões importantes, como os regimes diferenciados para frotas industriais e frotas costeiras de pequena pesca, resíduos, estabilidade relativa, direitos transferíveis individuais, maior orientação para os mercados, integração da política comum das pescas no contexto mais amplo da política marítima, financiamento público e dimensão externa da PCP.

Os Estados-Membros, individualmente e em conjunto no Conselho, estudam em pormenor todos os aspectos das questões colocadas. A primeira fase de consultas terminou em Dezembro de 2009, e a Comissão recebeu 1 700 propostas e realizou mais de 125 reuniões e seminários até à data.

A segunda fase, que terá início em 1 de Setembro deste ano, vai analisar os contributos recolhidos e discutir as principais ideias. Em Janeiro, a Comissão organizou seminários relativos aos elementos fundamentais da reforma e a uma gestão das pescas baseada nos direitos, e hoje mesmo decorre um seminário sobre pequena pesca. A avaliação de impacto decorrerá em Março. O Fundo Europeu das Pescas e as futuras perspectivas financeiras serão tratados em Abril, seguindo-se a dimensão externa em Maio e os resíduos e a selectividade em Junho.

Em 2 e 3 de Maio, terá lugar a conferência organizada conjuntamente pela Presidência e pela Comissão em La Coruña. Este evento vai abordar três elementos fundamentais da reforma, nomeadamente a governação, a gestão das unidades populacionais e a diferenciação entre pesca industrial e pequena pesca.

Em 4 e 5 de Maio, os ministros vão encontrar-se em Vigo a fim de examinar os resultados da conferência, e é possível que o Conselho de Junho inclua na sua ordem do dia um debate informal sobre um documento de trabalho relativo a possíveis alterações.

Na terceira fase que, como referi anteriormente, terá início no segundo semestre de 2010, a Comissão irá apresentar um Livro Branco e, posteriormente, quatro propostas legislativas: o regulamento de base, a nova OCM, medidas técnicas e o novo regulamento sobre o financiamento. O objectivo é que a PCP entre em vigor, com a nova reforma, em 1 de Janeiro de 2013.

O Conselho ainda não adoptou uma posição a este respeito; apenas tomará decisões formais com base nas propostas legislativas que receber da Comissão em 2011, e sempre em conformidade com as regras do processo legislativo ordinário.

Maria Damanaki, *Membro da Comissão.* – (EN) Senhor Presidente, uma vez que esta é a minha primeira intervenção como Comissária perante os membros desta Assembleia, gostaria de vos agradecer por me terem dado a oportunidade de me dirigir ao Parlamento Europeu. Tenho muita honra em estar aqui presente e discutir a reforma da política comum das pescas, que é uma questão central para todo o sector. Quero felicitar a relatora, senhora deputada Neves, pelo seu trabalho árduo para unir diferentes posições e criar um documento consistente. Não poderia estar mais de acordo com a relatora quando afirma que necessitamos de uma reforma radical para inverter os erros estruturais da nossa política. Como todos os senhores sabem, a última reforma, em 2009, não teve êxito suficiente.

Agora, de temos de enfrentar todos os défices do passado, a fim de conseguirmos melhores resultados do ponto de vista ambiental, social e económico. A consulta pública demonstrou claramente que existe um amplo apoio a esta reforma. É claro que não poderei responder hoje a todas as questões levantadas no vosso relatório, que será votado a seguir. Contudo, retenho as vossas alterações de compromisso sobre sustentabilidade, sobrecapacidade, pequena pesca, descentralização horizontal, eliminação progressiva das devoluções, novos acordos de pesca e desenvolvimento do sector das pescas. Estou também muito grata pela vossa ajuda construtiva.

Gostaria de destacar duas questões específicas: em primeiro lugar, o financiamento público. Entendo que devemos utilizar as nossas subvenções para conseguirmos melhores resultados, orientando-os para os objectivos da nossa política. Por exemplo, em vez de apoiar a construção de novos navios, devemos apoiar a inovação para promover a selectividade e metas ecológicas e para ajudar as organizações de produtores a responderem aos desafios futuros.

Em segundo lugar, partilho das vossas opiniões a propósito da dimensão social: queremos um sector das pescas que crie postos de trabalho atractivos e seguros.guardo com expectativa as vossas propostas durante o debate de hoje.

Permitam-me que os informe também sobre os nossos próximos passos. Vamos preparar um relatório sumário sobre a consulta do ano passado, que nos ajudará a gizar as propostas para a nova política. Estamos a organizar seminários para discutir temas específicos com as partes interessadas, as instituições e os Estados-Membros. Em conjunto com a Presidência espanhola, terá lugar em Maio uma conferência alargada sobre a reforma da PCP.

Tenho conhecimento, e este ponto já foi mencionado, de que decorre um seminário técnico na Comissão neste preciso momento, com participantes de toda a Europa. Lamento que os senhores não possam assistir ao evento. Este seminário foi organizado há muito tempo. Procurarei, na medida do possível, evitar que haja sobreposição de reuniões no futuro.

Com base neste contributo, no final de 2010, vamos começar a desenvolver as nossas propostas para que sejam adoptadas pela Comissão na Primavera de 2011. Este vasto processo de consulta culminará numa discussão bastante frutuosa com os senhores deputados. Os senhores, enquanto co-legisladores, terão nesse momento um papel significativo a desempenhar no planeamento da nova política em conjunto com o Conselho. Terei todo o gosto em cooperar convosco.

Antonello Antinoro, *em nome do Grupo PPE.* – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, estou grato ao Conselho pelos seus comentários e gostaria de agradecer e de desejar a melhor sorte à nova Comissária – que faz hoje a sua estreia nesta Câmara – pelo trabalho que nos preparamos para realizar.

Penso que as medidas que estamos a aplicar são importantes e espero que este Livro Verde, que começamos a discutir hoje e que votaremos mais logo, não acabe como o de 2002.

Contudo, o Parlamento Europeu encontra-se hoje numa posição diferente. Temos o processo legislativo ordinário e o Tratado de Lisboa, e eu acredito, portanto, que teremos de os utilizar para cumprirmos os objectivos.

Os pontos principais foram descritos pela nossa relatora, senhora deputada Patrão Neves, a quem nós, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), manifestamos gratidão pelo trabalho realizado, pela síntese que conseguiu apresentar e por tudo o que foi capaz de resumir.

Quero apenas tomar a palavra e aproveitar esta oportunidade para introduzir a questão das pescas, mas ultrapassando o Livro Verde normal – e o Livro Branco que já foi anunciado para Junho – e abordando as necessidades que existem no âmbito dos mares europeus e do Mediterrâneo em particular.

Hoje, temos de impor a nós mesmos regras que já aplicamos à nossa economia e aos nossos pescadores há vários anos. Contudo, os Estados costeiros, mesmo os que são vizinhos da Europa, ignoraram deliberadamente e com frequência, aliás com grande frequência, estas regras, e nós encontramos-nos na situação paradoxal em que tudo isto é imposto aos nossos pescadores, enquanto os outros podem fazer o que entenderem.

Hoje, a Comissão Europeia tem um papel diferente e mais importante; tem um Ministro dos Negócios Estrangeiros e um Parlamento mais sólido. Espero que, no quadro do Livro Verde, e antes de chegarmos ao Livro Branco, possamos trabalhar com os países terceiros – os países que não fazem parte da União – elaborando regras comuns e aplicáveis a todos a fim de que as pessoas sujeitas às regras não se sintam traídas ou ignoradas pela União nem a encarem como um inimigo em vez de um aliado.

Josefa Andrés Barea, em nome do Grupo S&D. – (ES) Obrigada, Senhor Presidente em exercício do Conselho Martín Fragueiro, bem-vindo, e obrigada, Senhora Comissária Damanaki.

Também eu intervenho aqui pela primeira vez a propósito do tema das pescas, e, na verdade, enfrentamos um desafio significativo neste domínio. É nossa obrigação e nossa responsabilidade definir as orientações que irão assegurar a sustentabilidade dos mares, das pescas e, em suma, do próprio planeta.

Estamos a falar igualmente de um elemento importante da produção nos nossos países, nas nossas costas, nas nossas regiões – um elemento cultural que engloba muitos valores – e, como a senhora referiu, e bem, Senhora Comissária Damanaki, existem problemas na reforma de 2002.

Temos de rever o princípio de estabilidade relativa e de procurar novas abordagens da gestão que sejam mais flexíveis e mais adaptáveis, porque houve problemas com os TAC e com as quotas. Houve problemas devido à célebre questão das devoluções, devoluções que não podemos permitir em nome dos nossos pescadores e do nosso planeta.

A futura reforma da PCP tem de assegurar um sistema de pescas sustentável, e nós somos favoráveis a um novo sistema de gestão baseado no esforço de pesca. Devemos ser mais abertos, ponderar as questões e tentar tornar a gestão mais flexível.

Temos de assegurar a introdução generalizada de critérios ambientais e de distinguir a pesca costeira da pesca em alto mar. Este aspecto é importante e corresponde à vontade de todo o sector. Precisamos de reduzir a sobrecapacidade de determinadas frotas. Importa também finalizar a organização comum do mercado e encontrar uma forma de estabilizar o mercado e de o conciliar com as importações de peixe de países terceiros.

O combate à pesca ilegal, que tem sido criticado e se tem revelado ineficaz até ao momento, necessita de recursos adicionais, de sanções harmonizadas e de acordos internacionais assentes em princípios relativos à legislação, aos direitos humanos e ao cumprimento dos acordos.

Um quadro financeiro que, como referiu a Senhora Comissária, deve funcionar melhor, tem de produzir melhores resultados do que a política actual.

Acima de tudo, temos de pensar na dimensão social: estamos a falar de pessoas, a quem temos de proporcionar dignidade, sentido de profissionalismo, reconhecimento profissional e capacidade económica para sobreviver.

Não podemos, naturalmente, esquecer a integração das mulheres, que representam o lado invisível do mundo das pescas. Devemos colocá-las em primeiro plano e fazer um esforço especial a elas dirigido.

A reforma da política das pescas é mais do que simplesmente elaborar legislação. Ela implica abordar uma parcela importante da reforma a partir da União Europeia, que irá assegurar a sustentabilidade dos mares, dos pescadores e de parte do planeta.

Consequentemente, temos de ser corajosos face aos desafios, e sermos corajosos significa enfrentar uma política sem qualquer receio. Devemos deixar os nossos medos para trás. Temos de encarar a situação de frente e manter o equilíbrio do Estado, da União Europeia e do mundo.

Carl Haglund, em nome do Grupo ALDE. – (SV) Senhor Presidente, para nós, que trabalhamos arduamente neste Livro Verde e no relatório, é um enorme prazer chegarmos agora ao plenário. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à relatora, que fez um excelente trabalho.

A nossa política comum das pescas tem de ser reformada. Para o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, era importante que a reforma adoptasse uma abordagem baseada no ecossistema. Desse ponto de vista, o relatório constitui um bom texto. Ao mesmo tempo, deparamo-nos com uma situação em que é necessário fazer face a problemas graves, como as devoluções, a enorme sobrecapacidade existente em alguns locais e muitos outros aspectos. Congratulo-me, pois, por termos conseguido chegar a acordo sobre medidas de combate a estas situações em particular. Quem pensará verdadeiramente que a política da UE em matéria de devoluções se justifica? Eu não, seguramente.

Outro tema importante é a regionalização da política comum das pescas. Com uma situação tão diversa em diferentes locais da Europa, é importante poder tomar e aplicar decisões a nível regional. Uma outra reforma oportuna é o plano para introduzir uma abordagem separada da pequena pesca costeira. Há ainda outras questões que levantámos no relatório do Grupo ALDE.

Enquanto finlandês, e residindo junto ao Mar Báltico, congratulo-me também com a declaração relativa à possibilidade de tomar medidas para fazer face às populações desproporcionadas de focas e corvos-marinhos, dado que esta é uma das grandes ameaças à pesca no Mar Báltico.

Finalmente, gostaria de mencionar o acordo de pesca com países terceiros. É importante que a nossa política neste domínio acompanhe a política da UE em matéria de direitos humanos. O acordo com a Guiné foi um bom exemplo, porque o Parlamento votou contra o acordo, e esta opção aponta o caminho que devemos seguir no futuro.

Regozijo-me com os progressos alcançados nesta reforma. Temos um bom Livro Verde, e estou certo de que teremos uma política de pesca muito melhor a partir de 2013.

Isabella Lövin, em nome do Grupo Verts/ALE. – (SV) Senhor Presidente, Senhora Comissária Damanaki, caros Colegas, tomei consciência da política comum das pescas da UE e das suas consequências destrutivas em 2002, quando, após uma votação maioritária no Parlamento sueco, a Suécia estipulou uma proibição unilateral da pesca do bacalhau durante um ano, mas foi impedida de a aplicar pela Comissão Europeia.

Apesar de a Suécia se ter proposto a compensar os seus pescadores comerciais pela proibição e de investigadores do Conselho Internacional de Exploração do Mar terem recomendado uma proibição total da pesca do bacalhau durante alguns anos, e embora as várias unidades populacionais de bacalhau ao longo da costa sueca tenham sido eliminadas ou reduzidas entre 70% e 90%, o princípio da política comum das pescas era mais importante. Se todos os outros praticam a sobrepesca, a Suécia também o deve fazer, de acordo com a Comissão. Por outras palavras, a exploração era obrigatória para os Estados-Membros da UE.

A última reforma da política da pesca foi concluída em 2002 e revelou-se incapaz de resolver os problemas difíceis que o sector das pescas já enfrentava há dez anos, nomeadamente o facto de demasiados navios, excessivamente eficientes, competirem por muito pouco peixe, cada vez em menor número. Os últimos navios a capturar atum-rabilho foram subvencionados pela UE já em 2005, no Mediterrâneo. Entre 2000 e 2008, os contribuintes da UE desembolsaram 34 milhões de euros para construir e modernizar atuneiros num período em que as unidades populacionais estavam à beira do colapso. Torna-se evidente uma lógica semelhante no Mar Báltico. Nos últimos anos, o Conselho de Pesca da Suécia pagou 5,4 milhões de euros para eliminar alguns dos maior atuneiros – os mesmos que tinham sido construídos com a ajuda de fundos da UE.

É necessária uma reforma radical da política de pesca. Entendemos que todos os tipos de subsídios prejudiciais têm de ser suprimidos. Os navios da UE com combustível isento de impostos e acordos de acesso proporcionados pelos contribuintes estão actualmente a eliminar dos mares africanos recursos alimentares vitais e a competir de forma desleal com os pescadores africanos, destruindo, ao mesmo tempo, os ecossistemas.

Antes da votação de hoje relativa ao Livro Verde, eu apelaria a todos os meus colegas para que suprimam, pelo menos, um parágrafo negativo de um relatório que é, em geral, excelente. Refiro-me ao n.º 121, que afirma que a política externa da UE em matéria de pescas deve defender os interesses das pescas europeias. Não creio que convenha à UE seguir essa política em 2010.

Marek Józef Gróbarczyk, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária Damanaki, no início da minha intervenção, gostaria de exprimir o meu sincero agradecimento à senhora deputada Patrão Neves pelo esforço que dedicou à preparação deste relatório. É necessária grande determinação, bem como sentido de compromisso, para criar um documento tão coerente. Todavia, este relatório constitui

apenas a base para construirmos a futura política comum das pescas, que exige uma reconstrução aprofundada e alterações fundamentais para que as preocupações com o ambiente natural possam ser conciliadas com o desenvolvimento do património histórico das pescas. A política deve basear-se na regionalização, que, por sua vez, assentará nas condições predominantes em diferentes regiões. Este método permitirá uma avaliação correcta baseada em pareceres do sector das pescas, bem como em pareceres científicos, e o compromisso que for adoptado assegurará uma gestão justa e equitativa das pescas.

A nova política da pesca tem de estimular o desenvolvimento do sector numa Europa que está mergulhada na crise, mas é igualmente fundamental prestar atenção à pesca industrial predatória levada a cabo sobretudo no Mar Báltico, onde peixe saudável e valioso está a ser transformado em farinha de peixe para utilização em explorações avícolas e pecuárias, quando, em troca, a panga tóxica do Extremo Oriente chega à mesa dos europeus. Trata-se de um golpe que atinge a pesca costeira sustentável na Europa, um sector que deve merecer maior cuidado.

Esta situação demonstra também a necessidade de instituir um sistema racional e justo de capturas que substitua o sistema de quotas, facilmente manipulado. Pretende-se com esta medida proporcionar igualdade de oportunidades a todos os pescadores em todos os países da União Europeia. Os Conservadores e Reformistas Europeus apoiam o relatório, na esperança de que o actual sistema se altere.

João Ferreira, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – No seu Livro Verde, a Comissão avança com a tentativa de criação, seja ou não de forma faseada, de um sistema comunitário de direitos de pesca transferíveis, ou seja, de direitos de propriedade privados para acesso à exploração de um bem público: os recursos pesqueiros.

Esta proposta foi rejeitada aquando da última reforma, mas dez anos depois a Comissão volta à carga, e é ela própria que antecipa as inevitáveis consequências desta privatização dos recursos: a concentração da actividade por entidades com maior poderio económico e financeiro e a destruição de parte significativa da pequena pesca costeira e artesanal. É revelador que países que optaram por este caminho, como é o caso da Islândia, procurem agora recuar, confrontados com as consequências nefastas e perversas deste sistema.

Este Parlamento deveria ter uma posição clara de rejeição desta proposta. Convém dizer que esta solução não constitui qualquer garantia de defesa da sustentabilidade dos *stocks* pesqueiros, pois a redução e a concentração dos direitos num punhado de operadores não significa necessariamente uma redução do esforço de pesca, mas somente a concentração da exploração dos recursos.

A defesa da sustentabilidade dos recursos exige outras medidas como a garantia de um rendimento justo no sector. Isto, por sua vez, exige uma intervenção no mercado e uma melhoria da comercialização no sector, melhorando o preço da primeira venda, aumentando a retribuição do trabalho dos pescadores, reduzindo as margens de intermediação e promovendo uma justa distribuição do valor acrescentado ao longo da cadeia de valor deste sector.

A realidade das pescas na União Europeia é complexa e diversificada. Nestas circunstâncias, a importância consensualmente reconhecida de uma gestão de proximidade entra em profunda contradição com o quadro institucional criado pelo Tratado de Lisboa, que estabelece como uma competência exclusiva da União Europeia a conservação dos recursos biológicos do mar.

Precisamos de uma gestão apoiada no conhecimento científico, que tenha em conta a realidade e as particularidades de cada país, de cada zona de pesca, de cada frota e dos recursos, que envolva os pescadores nas soluções e na sua implementação. Isto é muito diferente da mera execução descentralizada de uma política centralmente definida.

John Bufton, *em nome do Grupo EFD*. – (EN) Senhor Presidente, quero apelar à sensibilidade da Senhora Comissária para a Grã-Bretanha na reestruturação da política comum das pescas, que procura incluir no regulamento a pesca desportiva no mar e controlar a pesca marítima.

Eu achava que o grande objectivo das quotas era evitar a diminuição das unidades populacionais. A política europeia das pescas tem sido tão ineficaz na promoção de estabilidade que 91% das zonas de pesca industrial estão na iminência de ser classificadas como sobreexploradas até 2015.

Contudo, o problema é como se está a pescar e não quem está a pescar nestas águas. A pesca de arrasto e a pesca com palangres, realizadas indiscriminadamente, eliminam a vida marinha dos nossos mares. Todavia, devolver ao mar peixes mortos que já foram capturadas e podem ser consumidos é seguramente o oposto de sustentabilidade.

Ao invés, a pesca sustentável consiste na pesca desportiva no mar, que é praticada por cerca de um milhão de pessoas no Reino Unido e que apoia as empresas através de, segundo as estimativas, aproximadamente 2 mil milhões de euros apenas no sector do equipamento de pesca em todo o continente.

Cerca de 19 000 pessoas estão empregadas em aproximadamente 1 300 empresas em Inglaterra e no País de Gales graças ao sector da pesca desportiva. Os pescadores desportivos capturam e eliminam do mar apenas o que tencionam consumir, permitindo que os pequenos juvenis se desenvolvam e se reproduzam e devolvendo as capturas de que não necessitam verdadeiramente. Em alguns casos, colocam primeiro uma etiqueta no peixe, contribuindo para programas de conservação.

Se a Comissão conseguir o que pretende, eles serão obrigados a desembarcar tudo o que capturarem e a contabilizar a sua quota em função da quota nacional.

A pesca desportiva no mar contribui para uma auto-suficiência ecologicamente correcta, que, se fosse praticada por mais pessoas, diminuiria a procura que actualmente alimenta a pesca industrial indiscriminada e coloca em risco espécies marinhas inteiras.

A política comum das pescas prejudicou sempre a frota britânica, à qual é permitido pescar actualmente apenas 7% da quota de bacalhau do Canal e só um quinto da quota nas suas próprias águas territoriais.

Talvez a senhora Comissária considere pertinente ir ao encontro das necessidades dos pescadores desportivos inofensivos no Reino Unido da mesma forma que o seu antecessor revelou clara sensibilidade para as necessidades dos pescadores do seu próprio Estado quando se opôs a uma proibição da venda de atum-rabilho, um sector que gerou 100 milhões de euros por ano ao seu país, Malta.

A PCP já eliminou a maior parte do que deveria ter continuado a ser um excelente recurso renovável. A pesca desportiva no mar representa talvez 1% da captura total que ainda existe. A Comissão hesita em proteger uma espécie quase ameaçada de extinção, mas considera adequado regulamentar a pesca como um passatempo. Fica bem demonstrado onde residem os interesses da Comissão.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, para mim própria e para os meus eleitores na Irlanda do Norte, o sector das pescas e 27 anos de política comum das pescas estão resumidos no n.º 138 deste relatório, que reitera que uma das poucas áreas onde a PCP foi relativamente bem sucedida teve a ver com um regime em que o controlo foi da responsabilidade dos Estados-Membros.

O ideal, para nós, seria a supressão da PCP ou a retirada do Reino Unido, permitindo assim aos Estados-Membros recuperarem o controlo das suas águas.

Lamentavelmente, não vivemos neste mundo ideal. A reforma da PCP resultará inevitavelmente em mais uma segunda escolha para os pescadores da Irlanda, uma segunda escolha que tem sido marcada, nas últimas três décadas, por um declínio injustificado do nosso sector das pescas e por perguntas sem resposta a propósito do estado das unidades populacionais de que a nossa indústria depende.

Este facto foi, aliás, demonstrado pelo fiasco do Conselho “Pescas” de Dezembro e das decisões em matéria de quotas.

Embora se trate, em grande medida, de uma segunda escolha, apoio firmemente a regionalização da PCP definida pela relatora. Subscrevo a opinião de que a PCP deve assentar em três princípios axiais nas dimensões ambiental, social e económica. E espero, muito sinceramente, que possamos realizar uma política que inverta as consequências desastrosas da PCP.

Contudo, temo que a mudança radical prometida por alguns nesta revisão resulte em mais uma oportunidade perdida para o nosso sector das pescas e para as nossas unidades populacionais de peixes.

Carmen Fraga Estévez (PPE). – (ES) Senhor Presidente, está tudo em causa nesta reforma. Se não formos suficientemente corajosos agora, não haverá outra oportunidade para criar uma verdadeira política da pesca e nós seremos parcialmente responsáveis por este insucesso.

A PCP é alvo, há vários anos, de críticas cada vez mais justificadas e seria desanimador se, quando nos é oferecida uma última oportunidade, este Parlamento se revelasse incapaz de propor alternativas ao que criticámos tantas vezes, em particular, o insucesso evidente do sistema de conservação e gestão, como demonstram o estado dos recursos e o declínio do sector.

Não consigo entender a relutância em sugerir claramente alternativas, que já foram discutidas nesta Assembleia em 1996, como os sistemas de quotas transferíveis ou o modelo de gestão baseada no esforço, que tiveram resultados muito positivos e poderiam ajudar a manter, pelo menos, as frotas mais industriais.

O relatório afirma que não pode haver uma solução única para todos mas, ao mesmo tempo, fecha a porta à possibilidade de outras soluções. Não entendo a contradição, nem compreendo por que motivo, se alguém não pretende utilizar um instrumento, a solução tem de ser a proibição para todos.

Isto não é a protecção dos mais fracos; é medo por parte de alguns sectores, que encaram as subvenções permanentes como única solução.

A PCP deve também garantir competitividade num mundo globalizado de produtos da pesca. O mercado destes produtos irá, sem dúvida, continuar a crescer, mas, ao que parece, vai crescer sem nós.

As políticas na União devem ser coerentes, e temos de velar por que a política comercial e as regras de origem, como as que surgiram nos novos acordos de parceria económica, não destruam a competitividade da pesca comunitária e não sejam apenas gestos destinados aos países terceiros; caso contrário, será o nosso sector das pescas que irá sofrer.

Senhor Presidente, o consenso é positivo quando resulta numa evolução, mas não quando permanecemos inactivos face aos problemas, sabendo que temos muitos para resolver.

Ulrike Rodust (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, saúdo calorosamente todos os pescadores e pescadoras presentes na Assembleia! A votação de hoje representa um marco para o Parlamento Europeu. Pela primeira vez deste a ratificação do Tratado de Lisboa, temos a oportunidade de exprimir as nossas opiniões sobre a reforma da política comum das pescas (PCP). Nos próximos anos, o nosso poder e as nossas responsabilidades aumentarão significativamente. Este relatório é aceitável, e eu gostaria de agradecer às senhoras deputadas Patrão Neves e Andrés Barea pelo seu esforçado trabalho.

Conseguimos incorporar importantes preocupações sociais-democratas no relatório. Elas incluem apoio específico à pequena pesca. As pessoas afectadas serão agora incluídas no processo decisório. Importa igualmente prestar assistência a pequenas empresas familiares. A sua presença nas regiões costeiras não apenas cria postos de trabalho, mas também aumenta a atractividade de muitas destas regiões para os turistas. Algumas secções deste relatório ainda necessitam de ser melhoradas e nós apresentámos alterações para esse efeito. Nós, sociais-democratas, queremos deixar claro que um dos problemas centrais é a enorme sobrecapacidade. É um facto que a sustentabilidade ambiental constitui uma condição fundamental para a sobrevivência económica dos pescadores. É necessário, pois, que o ambiente tenha prioridade.

Um terceiro ponto importante diz respeito aos aspectos externos da PCP e dos acordos de parceria com países terceiros. Propomos que o n.º 121, que realça indevidamente os interesses das pescas europeias, seja suprimido. Devemos comportar-nos fora das águas europeias exactamente da mesma forma que no nosso território. Isto implica promover a sustentabilidade, os direitos humanos e a democracia em todo o mundo e impedir que os rendimentos provenientes de acordos de parceria desapareçam nos cofres de ditaduras corruptas.

Finalmente, gostaria de defender mais uma ideia fundamental. A política europeia das pescas é uma matéria delicada, porque envolve muitos interesses nacionais poderosos. Não constituirá surpresa que estes interesses tenham originado vivos debates no seio dos grupos nas últimas semanas. Felizmente, conseguimos, em conjunto, alcançar bons compromissos. Contudo, no que toca ao processo legislativo, temos de acompanhar mais de perto esta questão do que fizemos hoje e apresentar algumas soluções comuns europeias. Temos de deixar os problemas triviais de cobiça nacional para o Conselho.

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, permita-me que dê as boas-vindas à senhora Comissária à Assembleia na sua primeira intervenção perante o Parlamento e que lhe deseje felicidades durante o seu mandato. Queria também cumprimentar a minha colega, senhora deputada Neves, pela preparação deste relatório.

– (GA) A nova política comum das pescas deve ter objectivos mais claros e melhores, que aceitem princípios ecológicos, económicos e sociais. Deve levar-se a cabo uma reavaliação radical e, naturalmente, todas as partes interessadas têm de participar.

Temos de gerir as unidades populacionais de peixes de forma sustentável. Contudo, ao mesmo tempo, é importante assegurar um modo de vida exequível e sustentável para os pescadores europeus.

– (EN) Estou particularmente preocupado com os pescadores que exercem a sua actividade em zonas costeiras e a partir de pequenas ilhas junto à costa. Essa pequena pesca reveste-se de extrema importância para as zonas periféricas onde não existe emprego social, e é encorajador ouvir esta manhã a senhora Comissária fazer referência a esse domínio.

A maioria dos barcos que pescam nestas zonas têm menos de 15 metros e capturam peixes e quantidades que não têm um impacto significativo nas unidades populacionais e, naturalmente, muitos deles pescam espécies não sujeitas a quotas. Mais importante ainda, não existe qualquer fonte de emprego alternativa para muitas destas pessoas. Foi por isso que apresentei uma alteração que apela à Comissão para que reconheça especificamente estas comunidades periféricas.

A regionalização e a introdução dos conselhos consultivos regionais (CCR) têm sido bem-sucedidas, pelo que as estruturas de gestão da regionalização devem produzir muitos efeitos positivos, incluindo o aumento da responsabilidade dos intervenientes e a criação de uma nova política comum das pescas que seja mais sensível às preocupações locais.

Com a entrada em funcionamento do Tratado de Lisboa após o referendo no meu país, no ano passado, o Parlamento Europeu tem agora maior responsabilidade legislativa. Mais uma vez, a senhora Comissária reconheceu este facto, e aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar com ela.

Em conclusão, espero que as principais disposições deste relatório sejam incluídas em reformas substanciais no futuro.

Ian Hughton (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, a nossa relatora disse, a propósito da PCP, que os seus problemas originais ainda estão, em grande medida, presentes. Bom, eu estou de acordo, e os 27 anos de experiência da PCP na Escócia constituíram uma má experiência. Se pretendemos avançar para um sistema de gestão das pescas que funcione, e penso que é o que todos desejamos, temos de estar preparados para adoptar uma abordagem radicalmente diferente.

A PCP demasiado centralizada e inflexível falhou estrondosamente, e nós temos de aceitar esse facto. Contudo, temos também de tomar medidas. A Comissão, pelo contrário, constata que, até ao momento, a gestão local na zona das 12 milhas tem sido globalmente bem-sucedida; há um ensinamento a retirar daqui.

Apresentei alterações para as quais pretendo obter o apoio dos colegas. Procuro, nestas alterações, delegar poderes reais às nações envolvidas na pesca; incentivar cooperação entre estas nações e as partes interessadas numa base lógica em cada bacia marítima; promover o incentivo a medidas de gestão sustentável tomadas a nível nacional e local e reconhecer e manter os direitos e benefícios históricos decorrentes do princípio de estabilidade relativa.

Acredito firmemente que quem mais tem a ganhar com a conservação eficaz das unidades populacionais de peixes, ou seja, as nossas comunidades piscatórias e as próprias nações envolvidas na pesca, está mais bem posicionado para tomar decisões reais sobre planos de gestão e para as aplicar à sua pesca, trabalhando em conjunto numa base regional. Mais do que prejudicar o sector das pescas e as unidades populacionais de peixes, a PCP contribuiu significativamente, de facto, para uma degradação da opinião do público sobre a UE no seu conjunto, e esse factor também está em causa. Se não tivermos êxito nesta reforma da PCP...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Struan Stevenson (ECR). – (EN) Senhor Presidente, permita-me, em primeiro lugar, que felicite a relatora, senhora deputada Patrão Neves, pelo trabalho muito difícil que levou a cabo neste relatório. Temos hoje uma oportunidade de fazer a diferença e de alterar o sentido de uma política que todos consideram ter sido um terrível insucesso. Todavia, para concretizar essa mudança radical, não podemos repetir erros do passado.

Não pode continuar a haver uma microgestão centralizada, uma regulamentação vertical nem uma abordagem política de tamanho único. Qualquer reforma da PCP tem de pôr fim ao fracasso da política de devoluções. Tem de incluir as partes interessadas na gestão quotidiana das unidades populacionais. Tem de assegurar que as capacidades das frotas sejam coerentes com os níveis das unidades populacionais. Temos de colocar a sustentabilidade e a conservação no centro da nossa agenda. Temos de acabar com a pesca INN e proporcionar um sustento digno a todos os que trabalham no sector. Para conferirmos verdadeira substância aos valores essenciais da PCP, designadamente a manutenção de postos de trabalho e a preservação das unidades populacionais de peixes, teremos de alcançar verdadeiros progressos.

Anna Rosbach (EFD). – (DA) Senhor Presidente, a reforma da nossa política das pescas é necessária há muito tempo. Contudo, eu gostaria que esta reforma tivesse sido mais ambiciosa – sobretudo porque diz respeito à existência futura de unidades populacionais viáveis nos nossos mares. Raramente declaro estar inteiramente de acordo com o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, mas, neste caso, tenho de admitir que assim acontece. De facto, as alterações dos colegas são responsáveis e vitais para o futuro do nosso sector das pescas.

A minha pergunta para o Conselho e para a Comissão não será certamente do agrado dos nossos convidados de hoje, mas assumirá uma importância crucial para o futuro. Pergunto como podemos introduzir uma proibição à escala da UE de captura de qualquer peixe ou marisco durante os respectivos períodos de reprodução? Todos sabem que, sempre que é capturado um bacalhau cheio de ovas (por outras palavras, ovos de peixe), estamos a capturar todas as futuras gerações de bacalhau. Este facto torna quase impossível salvaguardar unidades populacionais estáveis de bacalhau, para referir apenas um exemplo actual.

Congratulo-me com o facto de o novo Livro Verde pretender centrar-se muito mais na pesca costeira. Esta opção não apenas vai beneficiar o ambiente, mas também ajudará a proteger postos de trabalho locais. É igualmente positivo que o Livro Verde atribua importância a uma aquicultura sustentável a fim de nos permitir evitar o esgotamento dos mares em redor das costas de países terceiros. Devemos, de igual modo, deixar de pescar espécies exóticas e ameaçadas de extinção simplesmente porque o *sushi* passou a estar em voga.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhor Presidente, o nosso partido entende que a preservação de unidades populacionais de peixes deve ser da responsabilidade de cada Estado-Membro, cujos pescadores teriam acesso exclusivo às respectivas águas.

Contudo, reconhecemos que existe um problema a nível europeu, aliás a nível mundial, de sobrepesca e de insustentabilidade dos recursos haliêuticos.

Temos de rever a actual política, que obriga os pescadores a devolverem ao mar peixes em excesso e mesmo peixes sem o tamanho mínimo legal, apesar de estarem mortos ou prestes a morrer em resultado das lesões na bexiga-natatória provocadas pela subida demasiado rápida à superfície.

É preciso recorrer a novas tecnologias para resolver o problema. Por exemplo, um dos meus eleitores, Jeff Stockdale, de Hull, antigo pescador, inventou uma armadilha revolucionária que atrai os peixes para escaparem do fluxo das marés, mas permite a fuga de peixes pequenos e a libertação dos peixes maiores antes de chegarem à superfície, se isso for necessário para evitar ultrapassar a quota aplicável.

Recomendo que este invento seja analisado na Comissão e mesmo em todo o mundo.

Alain Cadec (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, ao contrário de outras pessoas, considero que o relatório do Parlamento Europeu sobre o Livro Verde é um contributo significativo, até mesmo essencial, para o desenvolvimento da futura política comum das pescas. Trata-se de um documento completo que analisa todos os aspectos desta política e, em particular, a protecção dos recursos, numa abordagem global em matéria de gestão das unidades populacionais e de governação descentralizada. Tudo isso me parece muito pertinente e muito voluntarista.

Quero manifestar hoje, nesta Assembleia, a satisfação da França relativamente a este contributo do Parlamento, no qual trabalhamos em conjunto, e agradeço à senhora deputada Patrão Neves pelo trabalho que realizou. Este relatório recorda a necessidade de aumentar o conhecimento científico no sector das pescas para que as decisões tomadas sejam incontestáveis.

Sim, temos de preservar os recursos e promover uma pesca sustentável, mas devemos ter o cuidado de não estigmatizar uma profissão que há muito percebeu que a sua sobrevivência depende do cumprimento das regras. Sim, temos de evoluir para uma economia de mercado. Todavia, isso não significa que tenhamos de abandonar meios de regulação organizados. Saúdo, em especial, os compromissos que foram alcançados em resultado dos nossos debates em sede de comissão.

De facto, não é feita qualquer referência explícita a direitos transferíveis individuais. Este tipo de gestão é encarado por algumas pessoas como um instrumento de gestão que cumpre os objectivos ambientais, económicos e sociais do sector. Não partilho desta opinião. Um mercado europeu que beneficie do direito de produzir sem regulação não é desejável neste momento. Essa conjuntura provocaria uma especulação incontrolável e uma concentração dos direitos individuais.

Com efeito, embora seja certamente crucial aplicar novos métodos para a pesca industrial – concordo com a minha colega, senhora deputada Fraga Estévez, a esse respeito – continuo convencido de que uma aplicação demasiado ampla deste sistema seria uma sentença de morte para a nossa pequena pesca, na qual estamos bastante empenhados.

Senhora Comissária Damanaki, contamos consigo.

Kriton Arsenis (S&D). – (EL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Presidente em exercício do Conselho Martín Fragueiro, a actual política comum das pescas falhou. A maioria das unidades populacionais de peixes está perto do colapso. Oitenta e oito por cento das unidades populacionais são pescadas para além do rendimento máximo sustentável. Trinta por cento das unidades populacionais estão fora dos limites biológicos seguros, o que significa que têm poucas hipóteses de recuperação. O bacalhau do mar do Norte, que está a ser pescado mesmo antes do seu período de reprodução, é um exemplo típico. A reforma em discussão é, portanto, absolutamente necessária.

A protecção dos pescadores depende da protecção das capturas. Se pretendemos evitar o colapso da pesca europeia, temos de reduzir o esforço e a frota de pesca na Europa. É essencial que a abordagem ecológica seja o motor de uma nova política comum das pescas e seja acompanhada por planeamento a longo prazo, processos participativos e aplicação do princípio da prevenção. Esta abordagem a longo prazo da conservação das espécies tem igualmente de ser incorporada em todos os nossos acordos de pesca internacionais.

Apelo a todos para que adoptem estes princípios básicos, a fim de podermos desenvolver um sistema descentralizado e participativo, em que as decisões sejam tomadas no nível mais baixo possível, com a participação dos pescadores e respeito pelas necessidades dos ecossistemas marinhos.

Britta Reimers (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, este é apenas um passo no longo caminho para a reforma da política comum das pescas. Gostaria de agradecer à relatora pelo relatório e ao nosso coordenador por ter feito um trabalho tão eficaz.

Sou a favor da reforma fundamental da política comum das pescas. Contudo, se nos faltar coragem para a realizar, é importante para mim que salvaguardemos o princípio de estabilidade relativa. Além disso, mencionaria especificamente o grande problema criado pelo ávido apetite dos corvos-marinhos e o plano de gestão que o Parlamento já solicitou.

O sector das pescas reveste-se de uma importância fundamental, do ponto de vista económico e cultural, para as nossas regiões costeiras. Por conseguinte, um equilíbrio entre a economia e o ambiente assume, a meu ver, um grande significado no contexto da próxima reforma da política comum das pescas.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) Senhor Presidente, a sustentabilidade é um conceito decisivo no Livro Verde, e com razão: sustentável na acepção de adequado para o futuro da pesca e bom para o ambiente. Os objectivos definidos pela Comissão Europeia não são novos, mas, até à data, a Europa não os conseguiu alcançar. Este facto reforça ainda mais a urgência da necessidade de reformas.

Apoio o rumo da solução da Comissão: regionalizar. Deve ser proporcionada mais margem de manobra ao próprio sector das pescas, prestando atenção, em simultâneo, a aspectos ambientais. A política actual vai longe demais, é demasiado pormenorizada e é ineficaz.

Além disso, o nível de observância das regras é, neste momento, insuficiente. Os bons são vítimas dos maus. Orgulho-me dos pescadores neerlandeses: eles e os seus colegas dinamarqueses são os únicos com as quotas de captura em situação regular. Temos de incentivar o sector europeu das pescas a participar mais e a assumir mais responsabilidade, em conformidade com o modelo neerlandês. Congratulei-me por ver este ponto no Livro Verde; é o único caminho para um futuro sustentável no sector das pescas.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) A actual política das pescas não funciona de modo adequado; é necessária uma mudança drástica para inverter esta situação. Estes são os termos bastante fortes com que a Comissão abre o seu Livro Verde. É notável. E eu não quero contrariá-los; pelo contrário.

Algumas pessoas afirmam que o principal motivo do insucesso da política comum das pescas não é o facto de a política em si estar errada, mas a circunstância de ser tão mal aplicada e executada. Há ensinamentos importantes a retirar neste contexto. A política deve favorecer o desempenho, e isto exige simplificação. É por isso que me congratulo com o rumo que a Comissão indica: regionalização, maior participação do sector e, em particular, cumprimento das regras.

O relatório sobre este Livro Verde elaborado pela minha colega portuguesa assinala, e com razão, as grandes variações entre as diversas frotas e pescarias. Não podemos falar em termos generalizados sobre a sobrecapacidade, a sobrepesca ou o incumprimento. Uma abordagem específica de cada sector exige uma linguagem flexível nesta matéria. De facto, no último sábado, participei em discussões intensas com representantes do sector, que me disseram que os pescadores e os cientistas cooperam com níveis de sucesso cada vez maiores. Com efeito, este parece-me ser um exemplo da forma de obter resultados. Quando os pescadores são capazes de contribuir com o seu conhecimento e ajudar a moldar a política, é possível alargar consideravelmente a base para essa política, colocando-nos bom caminho. Finalmente, gostaria de agradecer sinceramente à relatora por este excelente relatório.

Ioannis A. Tsoukalas (PPE). – (EL) Senhor Presidente, também eu quero saudar a senhora Comissária Damanaki e, em particular, agradecer à senhora deputada Maria do Céu Patrão Neves pelo seu trabalho exaustivo e excepcional.

Todos os aspectos importantes já foram mencionados. Dedicar-me-ei a três pontos: em primeiro lugar, a sobrepesca. Trata-se de uma realidade indiscutível. Na verdade, como referiu o senhor deputado Arsenis, estima-se que, actualmente, 88% das unidades populacionais nos mares europeus estejam ameaçadas pela sobrepesca, o que significa que estão a ser pescadas em quantidades que impedem a sua recuperação.

A sobrepesca crónica resultou em capturas cada vez mais pequenas para a pesca europeia e na perda de postos de trabalho. São capturados peixes cada vez mais pequenos, muitas vezes antes de atingirem o período de reprodução, e a dificuldade em localizá-los tem vindo a aumentar.

Em segundo lugar, a Europa captura muito menos peixe do que há 15 anos, aproximadamente 25% menos, enquanto o esforço de pesca e o custo das pescas aumentaram. Contudo, não podemos tomar medidas excessivas, sob pena de provocarmos resultados adversos, dado que, acordo com os especialistas, apesar de haver sobrepesca, não estamos em situação de colapso das unidades populacionais.

O que não podemos esquecer é que a viabilidade tem três dimensões, que também são realçadas no relatório Neves: a dimensão social, a dimensão económica e a dimensão ecológica. Uma política das pescas que vise um desenvolvimento viável não pode resumir-se apenas ao peixe; deve centrar-se também no ser humano.

O peixe, o ser humano, os corvos-marinheiros e as focas são sistemas concorrentes no mesmo ambiente ecológico.

Finalmente, tenho de salientar que, tal como numerosos colegas, insisto em mais investigação no domínio das pescas. Não é apenas uma insistência minha; é uma realidade que temos de enfrentar no quadro de tudo o que referiu o senhor deputado Cadec.

Catherine Trautmann (S&D). – (FR) Senhores Presidentes, Senhora Comissária, caros Colegas, começaria por agradecer a todos os relatores pela sua excelente cooperação e pelo trabalho muito aprofundado que realizaram apesar de interesses que eram, por vezes, divergentes.

O primeiro resultado dos nossos esforços é o facto de o Parlamento poder agora afirmar o rumo que pretende seguir na futura política comum das pescas.

O segundo resultado é a prioridade que, durante as negociações, atribuímos à garantia de que este texto respondesse às preocupações manifestadas pelos pescadores. Fomos bem-sucedidos neste aspecto: as disposições relativas a quotas transferíveis individuais foram retiradas e o apoio à pequena pesca e à pesca costeira foi mantido.

O terceiro resultado previsto é a obrigação de o futuro documento resultar de uma abordagem participativa e ascendente, ou seja, de consultas com todos os intervenientes no sector. Esta estratégia deve igualmente incorporar os elementos que são essenciais para o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, nomeadamente a dimensão humana e social de todo o sector, que tem de ser combinada eficazmente com a promoção de práticas de pesca sustentáveis e com a conservação das unidades populacionais de peixes no quadro de uma abordagem ecossistémica.

Gostaria de acrescentar que, se pretendemos alcançar uma reforma ambiciosa da política comum das pescas, temos de lhe dedicar um orçamento que corresponda às ambições alegadas. O nosso compromisso político será avaliado em função dos recursos que lhe atribuímos. Esperamos que a Comissão...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – (ES) Senhor Presidente em exercício do Conselho Martín Fragueiro, Senhora Comissária Damanaki, necessitamos de objectivos claros e temos de ser corajosos e de evitar outro insucesso; a participação é, pois, essencial.

O sector das pescas e a indústria da transformação são as partes mais interessadas numa pesca sustentável, e é por isso que estão envolvidas na preparação da reforma ou participam nesse processo, por exemplo, na revisão de um regulamento de controlo em 2009, que deveria ter sido elaborado de uma forma mais aberta. Para cumprir os objectivos da reforma, a resposta é simples: assegurar um sector sustentável e lucrativo e garantir o abastecimento.

As outras palavras-chave são regionalização, responsabilidade, estabilidade e justiça: regionalização, examinando as características especiais de cada zona e o tipo de pesca, distinguindo a pequena pesca da pesca industrial; responsabilidade, privilegiando boas práticas e esforços anteriores para reduzir a capacidade de pesca; estabilidade, através de planos de gestão a longo prazo baseados numa actividade científica cada vez mais fiável; e justiça, revendo a OCM e oferecendo inspecções e controlos dos países terceiros a fim de promover um comportamento sustentável no sector. Justiça, também, para as mulheres do mar, as eternas esquecidas deste domínio; sem o seu contributo, a pesca seria impossível em muitas zonas.

Oldřich Vlasák (ECR). – (CS) Saúdo a apresentação do Livro Verde sobre a reforma da política comum das pescas. Tal como a República Checa no Conselho de Ministros, apoio a iniciativa para melhorar, simplificar e tornar mais eficaz o quadro legislativo que regula este domínio. O esforço da Comissão para adoptar uma abordagem plurianual destinada a preservar as unidades populacionais de peixes e a atribuir maior importância à procura de um compromisso adequado entre a pesca e o ambiente é particularmente valiosa.

Temos de encarar o Livro Verde como o primeiro passo no sentido da reforma deste sector. Congratular-me-ia ainda mais se fosse colocada uma tónica mais forte no domínio da aquicultura em futuras propostas. Uma revitalização da aquicultura marinha e de água doce ajudará a apoiar o desenvolvimento de zonas costeiras e rurais e proporcionará também benefícios aos consumidores sob a forma de produtos alimentares mais respeitadores do ambiente. Nesta perspectiva, apoio todas as alterações propostas.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE). – (PL) Senhor Presidente, o sector das pescas tem um significado fundamental como fonte de rendimento nas regiões costeiras europeias e como fornecedor de alimentos aos cidadãos da Europa. Infelizmente, a política comum das pescas, na sua forma actual, não está à altura dos desafios associados à emergência de um conjunto de problemas, como a exploração descontrolada de zonas de pesca ou a capacidade excessiva. É essencial uma transformação completa da política marítima. Estamos no início deste processo, e devemos chegar ao seu final com alterações profundas na actual ineficaz política das pescas europeia.

Obrigado, Senhora Deputada Patrão Neves, pelo seu relatório muito completo, que determina as medidas essenciais em que esta reforma deve assentar. Em primeiro lugar, uma redução da capacidade de pesca excessiva. Este é um problema crucial, que deve ser resolvido através da introdução e do controlo de mecanismos de mercado adequados. Refiro-me a um sistema de quotas transferíveis individuais, ou QTI. Penso que esta é uma espécie de solução económica para adaptar o tamanho da frota aos recursos disponíveis e assegurar a rentabilidade do sector das pescas. Em segundo lugar, a descentralização e uma maior inclusão das partes interessadas e dos órgãos consultivos no processo. A finalidade destas medidas é aumentar a participação dos pescadores e desenvolver regulamentos pormenorizados, que aumentariam a confiança entre os pescadores e as instituições que dirigem a pesca.

O Livro Verde avalia correctamente a política das pescas em vigor, salientando as suas muitas imperfeições. O relatório da senhora deputada Patrão Neves analisa as possibilidades existentes para resolver a situação adversa do sector das pescas na Europa. Contudo, as propostas exigem, efectivamente, mais discussão. Se assim não for, a nossa Comunidade arrisca-se a votar mais uma versão da reforma que não vai resolver os problemas que se colocam ao sector das pescas europeu.

Iliana Malinova Iotova (S&D). – (BG) Esta é a primeira vez que discutimos a política comum das pescas desde a adopção do Tratado de Lisboa, plenamente conscientes das grandes responsabilidades que temos em resultado dos poderes acrescidos do Parlamento. Houve um debate bastante vivo sobre o Livro Verde, e eu quero agradecer sinceramente aos relatores pelo trabalho que desenvolveram.

Salientarei um aspecto em particular da reforma proposta, que se reveste de enorme importância para o desenvolvimento de todo o sector. Esta reforma deve ter em conta o modo como a situação se alterou após o alargamento da União Europeia em 2004 e 2007, bem como os novos Estados-Membros. O sistema

utilizado actualmente para efectuar investigação e análise e para tomar decisões tem de tomar em consideração as novas vias navegáveis e as suas características específicas. Gostaria de salientar, neste ponto, a necessidade de dedicar especial atenção ao Mar Negro e de criar organismos para o gerir. Devemos ter presentes os interesses das pessoas que vivem nestas regiões costeiras, as questões ecológicas e o sector das pescas. Refiro também este tema no âmbito do próximo quadro financeiro 2014-2020, durante o qual será preciso financiar esta reforma.

Finalmente, não creio que seja pertinente apoiarmos a proposta para reduzir a sobrecapacidade da frota, que teria consequências adversas para a pesca no contexto de uma grave crise financeira e económica.

Chris Davies (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, espero que a senhora Comissária se deixe inspirar pela votação que realizámos este mês sobre o atum-rabilho. Penso que se tratou de um bom indicador da força das convicções na Assembleia e porventura também um sinal de que a senhora pode contar com muitos deputados para votarem a favor de uma reforma bastante radical.

Ontem, muitos colegas assistiram a um seminário que organizei, uma apresentação do Marine Stewardship Council. Sempre apreciei esta organização. Foi criada há cerca de 10 anos através de uma parceria entre empresas e ambientalistas, o que, a meu ver, é sempre positivo. Teve um início lento mas, até ao final do presente ano, estimam que 10% da pesca mundial esteja certificada pelo MSC.

Penso que este facto atribui credibilidade aos retalhistas que apoiam o MSC. Creio que dá confiança aos consumidores e que não apenas coloca dinheiro nos bolsos dos pescadores que têm as suas pescarias certificadas em termos de sustentabilidade, mas também lhes proporciona um sentimento de orgulho. Possuem um documento que podem mostrar às suas famílias e às suas comunidades e que demonstra que o seu trabalho árduo de hoje não prejudica as perspectivas de sobrevivência das unidades populacionais de peixes no futuro.

Esta instituição complementa plenamente todas as actividades da Comissão, e eu espero que a senhora Comissária a apoie durante o seu mandato. Ela define uma norma de referência.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhor Presidente, permita-me que agradeça à relatora pelo seu trabalho muito diligente e pormenorizado neste dossiê.

Uma vez que o Tratado de Lisboa foi aprovado, esta Assembleia enfrentará duas grandes reformas em duas políticas: a agricultura e a pesca. As questões são semelhantes. Todos queremos o melhor para os dois sectores e estamos a tentar reformá-los de forma a obter os melhores resultados possíveis.

Estou um pouco preocupada porque, como assinalou a relatora na sua exposição de motivos, em 2002, também estávamos cheios de boas intenções, mas a reforma não cumpriu as expectativas, que do sector das pescas, quer no que respeita aos critérios de sustentabilidade.

Todavia, tranquiliza-me bastante a sua abordagem muito prática dos problemas: os três princípios que temos de tomar em conta – ambiental, social e económico – e depois as práticas que são necessárias para aplicar esses princípios. O mais importante são as preocupações locais e regionais e ter consciência das pessoas que são afectadas. Agrada-me, em particular, a ideia de podermos pescar menos e ganhar mais. Se o conseguirmos, poderemos eventualmente fazer o mesmo na agricultura.

Luís Manuel Capoulas Santos (S&D). - Como já foi dito por vários oradores, uma pesca ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente digna é o objectivo que, sem sucesso até agora, temos procurado alcançar na Política Comum das Pescas. O Livro Verde da Comissão faz um bom diagnóstico da situação no sector, coloca-nos muitas questões, mas hesita muito quanto às soluções. O presente relatório enuncia também um vasto conjunto de princípios e de pistas consensuais que será agora necessário traduzir em medidas concretas para que aquele objectivo possa ser alcançado num futuro tão breve quanto possível.

Merece ser realçado o esforço da relatora na sua tentativa para as encontrar e sobretudo a capacidade que revelou para aceitar compromissos que retiraram do seu relatório inicial as questões mais controversas. A Comissão fica agora com a enorme responsabilidade de nos apresentar, na sua proposta legislativa, as medidas concretas que permitam concretizar os princípios contidos neste relatório que, estou certo, iremos aprovar por larga maioria.

Antolín Sánchez Presedo (S&D). – (ES) Senhor Presidente, está em jogo uma parte importante do futuro da Europa na reforma da política comum das pescas.

Este sector é um recurso e um modo de vida nas nossas zonas costeiras e constitui a base da nossa indústria conserveira e da investigação marinha. É crucial para a segurança, a qualidade e o preço do abastecimento alimentar. É igualmente vital para as nossas relações externas e para o desenvolvimento.

A reforma tem de privilegiar uma pesca responsável, sustentável e competitiva. Deve acentuar a dimensão social, dar prioridade ao ecossistema e ser integrada na política marinha.

É importante assegurar a conservação e a recuperação das unidades populacionais e rever o princípio de estabilidade relativa. A política de gestão baseada nos TAC e nas quotas tem de permitir uma gestão assente no esforço. É igualmente essencial acelerar os controlos e pôr termo à concorrência desleal.

A frota de pequena pesca e as zonas que são extremamente dependentes da pesca precisam de um tratamento diferenciado e de maior apoio socioeconómico. As actividades da apanha do marisco devem ser plenamente integradas na política comum das pescas.

Apoio o relatório e felicito a relatora e os relatores-sombra pelos compromissos alcançados. Apelo à Comissão e à Presidência do Conselho para que tomem muito a sério este relatório no seu trabalho futuro.

Ole Christensen (S&D). – (DA) Senhor Presidente, penso que a política comum das pescas europeia é importante. Contudo, é igualmente importante que esta política seja apoiada pelos cidadãos da Europa e por todas as partes interessadas no sector das pescas. Por conseguinte, a única opção possível é promover uma maior regionalização, a fim de descentralizar a responsabilidade pelo cumprimento do quadro e dos objectivos europeus. A devolução de peixe tem de ser reduzida ao mínimo, mas, para que isto seja possível, é necessário alterar a política subjacente às devoluções. A pesca ilegal deve ser abolida – é muito danosa para os pescadores que cumprem a lei. Tem de haver um controlo mais rigoroso e uniforme nos Estados-Membros. Importa reforçar a pesca costeira, a fim de conferir um estatuto especial a embarcações mais pequenas. Voltando da pesca no mesmo dia com as capturas de peixe fresco, é possível conseguir bons preços sem prejudicar o ambiente e as unidades populacionais. Espero que estes elementos ocupem um lugar consistente na reforma final. Isso é necessário.

Marie-Thérèse Sanchez-Schmid (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, quero saudar os comentários da relatora sobre este Livro Verde, que seguem uma orientação correcta. A nossa estratégia tem de promover a pesca a nível local, e eu recordaria que a aquicultura constitui uma parte significativa deste domínio, dado que representa uma quantidade considerável de recursos e dezenas de milhares de empregos. A Europa precisa de uma aquicultura que seja forte, sustentável e de elevada qualidade.

Gostaria, em particular, de chamar a vossa atenção para a conquicultura, que está sujeita a limitações específicas que exigem soluções pragmáticas e adequadas. Este tipo de cultura é muitas vezes realizado por pequenas empresas, que foram duramente atingidas pela crise. A poluição e as alterações ambientais resultam numa forma de produção cada vez mais frágil e mais instável. Os produtores esperam que a Europa lhes conceda ajudas importantes, ou seja, a curto prazo, assistência financeira temporária que lhes permita continuar a viver da sua produção; a médio prazo, com ajudas transitórias para assegurar que as espécies tenham o tempo biológico de que necessitam para se reproduzirem; e, a longo prazo...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Luís Paulo Alves (S&D). - Queria felicitar a relatora e os pescadores açorianos aqui presentes. Saúdo também o presente relatório por apresentar uma evolução importante em relação à actual PCP e incluir medidas com relevância especial para as RUP, como a distinção de frotas artesanais e industriais e a criação de regiões biogeográficas. Também considero positiva a introdução das alterações do Grupo socialista, que vieram moderar a posição inicial da relatora na defesa das quotas individualmente transmissíveis, como defenderam as organizações açorianas da pesca.

No mesmo sentido, evidenciamos as alterações do Grupo socialista na defesa do princípio de estabilidade relativa. Defendemos que, para as RUP, se devia ir mais longe na criação das regiões biogeográficas, utilizando-as como um modelo de gestão privilegiado, adequado aos recursos existentes. Para além disso é necessário, de modo a manter o bom estado ambiental das zonas marinhas e a respeitar o princípio da precaução, que o limite das 100 milhas marítimas insulares seja reavaliado, sendo urgente a recuperação das 200 milhas, de modo a ...

(O Presidente retira a palavra ao orador.)

George Lyon (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, também eu começaria por felicitar a relatora. A política comum das pescas é uma política desacreditada, e esta reforma dá-nos uma oportunidade de começar de novo. Parece-me que a PCP, para recuperar a sua credibilidade, deve, em primeiro lugar, ter a sustentabilidade como factor central; se não houver peixe, não haverá futuro para o sector. Em segundo lugar, estabilidade e previsibilidade para as nossas comunidades piscatórias e para os nossos pescadores. Em terceiro lugar, fazer face à sobrecapacidade; temos de encontrar uma solução nesta matéria. Em quarto lugar, reconhecer os esforços do passado – é muito importante. Precisamos também de uma política que apresente uma solução real para o problema das devoluções.

Fundamentalmente, a reforma da PCP tem de proporcionar um futuro às nossas comunidades piscatórias e aos nossos pescadores. Creio que a chave no que se refere à PCP...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE). – (ES) Senhor Presidente, gostaria também de aproveitar esta oportunidade para salientar os pontos que alguns de nós consideramos determinantes no texto final do relatório que vamos votar.

Estes pontos incluem os seguintes: o princípio da precaução, que é fundamental e decisivo; redução da capacidade, o que é absolutamente primordial; limitação da política de subvenções públicas; e melhoria dos controlos, julgando, com rigor e consciência tranquila, os crimes cometidos por quem age incorrectamente e incentiva outros a fazerem o mesmo. Contudo, devemos igualmente promover artes e pescas sustentáveis, o que significa que teremos de evoluir na definição da pequena pesca, algo que necessita, sem dúvida, de uma maior clarificação.

Quero ainda mencionar o papel das mulheres e o reconhecimento que o seu trabalho merece, um aspecto sobre o qual também apresentámos alterações.

Finalmente, entendo que é importante realçar e solicitar maior coerência e responsabilidade nos acordos de pesca com países terceiros; os acordos com Marrocos e com a Guiné, por exemplo, exigem que assim seja.

Werner Kuhn (PPE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, em primeiro lugar, gostaria de desejar as maiores felicidades à Comissária, senhora Comissária Damanaki. Aguardamos com expectativa o nosso trabalho em conjunto. Agradeço também à senhora deputada Patrão Neves, que realizou um excelente trabalho na condução das negociações.

É importante que os países com uma indústria de pesca de pequena dimensão também estejam representados. Como já foi mencionado, a estabilidade relativa tem um papel fundamental para a Alemanha. É claro que estamos todos convencidos da importância de proteger as unidades populacionais de peixes e de assegurar a sua sustentabilidade e, concomitantemente, a sobrevivência da nossa pesca no futuro. Contudo, não podemos apenas discutir os aspectos ambientais e económicos. Temos também de tomar em consideração a protecção excessiva concedida a algumas espécies, como já foi referido, designadamente aos corvos-marinhos e às focas.

O litoral da Europa tem uma extensão de milhares de quilómetros, com pequena pesca tradicional em muitas zonas. Numerosas famílias dependem desta pesca para o seu sustento. O turismo desempenha também um papel importante neste contexto. Devemos ter em conta todos estes factores. Acredito que o Livro Verde é uma solução muito positiva que nos permitirá avançar com a Comissão...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) A política comum das pescas tem de conciliar objectivos ecológicos e ambientais com os tamanhos das capturas, e também com questões relativas ao emprego e com o nível de vida das famílias de pescadores. A capacidade de pesca deve ser adaptada ao nível dos recursos, que é determinado em conformidade com o mais recente conhecimento científico e especializado. O objectivo de quotas de pesca sustentáveis tem de ser alcançado em sintonia com o processo de apoio às comunidades piscatórias num conjunto de domínios, como o investimento, a modernização e as questões sociais, nomeadamente numa perspectiva de longo prazo.

A política comum das pescas deve tomar em consideração as condições específicas de diferentes regiões e mares. É necessário, pois, aumentar as competências dos Conselhos Consultivos Regionais, que devem trabalhar em estreita cooperação com os serviços responsáveis pela pesca nos Estados-Membros e com a

Comissão Europeia. Finalmente, é essencial reforçar a organização dos pescadores e melhorar a cadeia desde a captura até à venda, a fim de promover qualidade e normas elevadas para os produtos de peixe.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, durante os meus sete meses como eurodeputado, não encontrei pessoas mais revoltadas do que os pescadores e as pescadoras que conheci no meu círculo eleitoral.

É evidente para eles que a política comum das pescas não funcionou. A reforma é, portanto, muito bem-vinda. Penso que todos estamos de acordo quanto à necessidade de preservar as unidades populacionais de peixes, mas também de salvaguardar as comunidades costeiras, e estes dois objectivos não se excluem mutuamente. Tem de haver uma voz a favor dos pequenos pescadores e pescadoras.

Além disso, como assinalou o senhor deputado Brons, é necessário integrar as novas tecnologias, particularmente as que, como referiu o nosso colega, podem ajudar a combater a dispersão. Seria uma medida determinante.

Finalmente, toda a questão da investigação tem de ser analisada. Existe uma tendência, quando ouvimos falar de investigação ou de provas científicas, para as aceitarmos sem reservas. Como disse o senhor deputado Cadec, esses dados têm de ser incontestáveis, objectivos e actualizados.

Juan Carlos Martín Fraguero, *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhor Presidente, também eu gostaria de agradecer à senhora deputada Patrão Neves pelo seu trabalho.

No que respeita aos debates no Conselho até ao momento, devo dizer que os ministros apoiaram unanimemente a necessidade da reforma, a fim de simplificar as regras, reforçar o papel das regiões e descentralizar o processo decisório, excepto em elementos e princípios estratégicos, e concordam que é essencial reduzir as devoluções, a sobrecapacidade e a sobrepesca.

Os pontos específicos em que houve acordo até agora são os seguintes: manter as actuais regras de acesso à zona das 12 milhas náuticas; gestão de recursos a longo prazo; maior participação dos profissionais da pesca; incentivos de mercado – como rotulagem e certificados – para aumentar a percentagem dos rendimentos globais dos pescadores; utilização de subvenções apenas como medidas excepcionais para reduzir a sobrecapacidade; a importância da investigação na política das pescas; integração da aquicultura; a relação entre a PCP e a política marítima integrada; e a necessidade de manter e reforçar a acção da União Europeia a nível internacional.

Até ao momento, os debates revelaram posições divergentes nos seguintes aspectos: estabilidade relativa; o actual sistema de TAC e quotas e a utilização de quotas transferíveis; os métodos para reduzir as devoluções, a sobrecapacidade e a sobrepesca; financiamento global e a sua atribuição; e o aumento do apoio à pequena pesca e às comunidades costeiras.

Como referi na minha intervenção inicial, o Conselho ainda não adoptou uma posição e não tenciona tomar decisões formais até ao próximo ano, quando a Comissão tiver apresentado formalmente as suas propostas legislativas.

Finalmente, também pretendo saudar os representantes do sector das pescas que estão hoje aqui connosco.

Maria Damanaki, *Membro da Comissão.* – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os senhores deputados pelos seus contributos. O elevado número de intervenções é bastante animador.

Notei que a palavra mais vezes mencionada foi sustentabilidade, pelo que a sustentabilidade representa um acordo geral, um quadro para um acordo geral. Não posso responder a todos os pontos que foram suscitados, mas sublinharia algumas prioridades.

A pequena pesca e as regiões costeiras são prioritárias. Quero assegurar-vos que tomaremos os vossos contributos muito a sério. Gostaria de vos tranquilizar, pois não tenho qualquer intenção de introduzir medidas e regras pesadas no que respeita aos pescadores desportivos.

A segunda prioridade: regionalização. Teria muito gosto em discutir convosco em mais pormenor exactamente o que fazemos para aplicar este princípio, porque, neste domínio, temos muitos temas para abordar.

Direitos de pesca transferíveis: este é já um debate bastante vivo, com muitas divergências. Não sei o que vai acontecer durante a votação, mas não podemos ignorar este assunto. Muitos Estados-Membros já estão a aplicar este sistema. Assim, o que proponho é uma discussão esclarecedora, porventura na Comissão das Pescas. Uma vez que o diálogo não termina aqui, podemos ter um debate claro sobre QTI – vejo que a senhora

deputada Fraga está presente –, podemos organizar um bom debate para entendermos a questão no seu conjunto.

Mencionarei apenas mais algumas prioridades: uma clara igualdade de circunstâncias para o Mediterrâneo e para outras zonas no que respeita a pescadores de outros países – esta medida é correcta; temos de adoptar para assegurarmos uma concorrência leal para os nossos pescadores e pescadoras; supressão progressiva das devoluções; rotulagem.

Estas são as nossas prioridades. Terminaria sublinhado a necessidade de um novo modelo para os acordos de pesca; um novo modelo que incluía uma cláusula relativa aos direitos humanos. Obrigada pelos vossos contributos. Penso que isto não é o fim do diálogo; é o início de um excelente debate entre nós.

Maria do Céu Patrão Neves, relatora. – Permita-me que agradeça a todos os que estiveram hoje aqui, no plenário, e que continuaram a dar o seu contributo tão precioso para este processo que vai longo e que, como acabou de dizer a Comissária, temos que prosseguir para chegar, de facto, ao cumprimento dos objectivos que temos.

A verdade é que nós sabemos que é impossível, num relatório, agradar a todos. Muitos dirão que não se foi suficientemente longe em relação a alguns aspectos, outros dirão que se foi demasiado longe em relação a outros aspectos ou até em relação aos mesmos. Eu penso que, neste momento, o que é importante é realçar que conseguimos estabelecer, com este relatório, um bom equilíbrio entre as principais questões, um amplo consenso, e que, no seu conjunto, ele tem as capacidades, as potencialidades para responder de uma forma satisfatória às necessidades, eu direi mesmo às exigências, do sector.

Assim como nós trabalhamos na Comissão das Pescas, sob a presidência de Carmen Fraga, espero que agora prossigamos esse trabalho ainda dentro da comissão e, mais alargadamente, junto com o Conselho e com a Comissão Europeia, no sentido de avançarmos para aquilo que é um trabalho igualmente duro, o das propostas legislativas.

Creio que se continuarmos a trabalhar neste sentido, com espírito de equipa e compreendendo que é necessário ponderar todas as questões que são importantes em diferentes partes da nossa ampla União Europeia, e se tentarmos efectivamente dar uma resposta a tudo o que são as necessidades do sector das pescas na nossa ampla Zona Económica Exclusiva, nós estaremos, efectivamente, a trabalhar em prol do sector. É com isto que nós nos comprometemos: a criar as condições para que o sector das pescas seja efectivamente sustentável e desenvolvido a longo prazo.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar hoje, às 11H30.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Vito Bonsignore (PPE), por escrito. – (IT) Antes de mais, felicitamos a relatora, senhora deputada Patrão Neves, pelo excelente trabalho desenvolvido até agora e pelo resultado positivo da votação.

Esperamos que o Livro Verde, que será apresentado brevemente na comissão, seja o prelúdio de uma chegada rápida do Livro Branco ao plenário. A Europa sempre se interessou pelo sector das pescas. Entendemos, todavia, que é essencial dedicar mais investimento à investigação científica, em especial neste sector, nomeadamente no próximo programa-quadro. Consideramos também essencial melhorar o conhecimento em matéria de regras através de uma maior flexibilidade do sistema de quotas e de responsabilidade acrescida no que respeita ao controlo e às unidades populacionais.

Queremos também parcerias mais fortes com países terceiros a fim de combater a pesca ilegal e um grau mais elevado de cooperação com os países do Mediterrâneo, para podermos regulamentar a pesca de modo mais incisivo num mar como o Mediterrâneo, que sempre foi o berço de diferentes civilizações e culturas.

Finalmente, concordamos com as disposições do n.º 23 sobre modernização, particularmente da frota artesanal, apesar de solicitarmos mais pormenores sobre esta matéria. Quanto aos n.ºs 62 e 63, relativos às qualificações profissionais dos operadores no sector, pretendíamos uma maior clarificação, sobretudo no que se refere à pequena pesca, que acabaria por ser penalizada se a maior parte das regras em matéria de gestão das frotas fossem mais severas.

Nessa Childers (S&D), por escrito. – (EN) Embora a pesca desportiva represente apenas uma pequena percentagem da captura no sector europeu das pescas, é um elemento económico e social integrante de

muitas partes da UE, particularmente do leste da Irlanda. Este tipo de pesca representa um longo e importante património na zona oriental da Irlanda, sendo as cenas de pescadores desportivos em rios como o Slaney ou nas margens da costa leste uma representação popular da cultura irlandesa. A fama da pesca desportiva tem também, em muitas partes da Irlanda, um impacto vital no turismo, de origem nacional e internacional, sendo Tiger Woods um célebre visitante regular do rio Liffey, em County Kildare. Em resultado da diminuição das unidades populacionais, existe uma tendência para impor controlos sobre a pesca desportiva e para deduzir estas capturas das quotas do sector da pesca comercial.

Essas propostas podem ter um sério impacto nos rendimentos do turismo originados pela pesca desportiva, bem como um impacto cultural negativo em muitas partes da Irlanda. É necessário, portanto, que esta Assembleia reconheça a pesca desportiva, em todas as suas formas, como um elemento importante no sector das pescas e que a reforma da política comum das pescas tome em consideração os benefícios económicos e sociais desta modalidade no seu Livro Branco.

Robert Dušek (S&D), *por escrito*. – (CS) O relatório sobre o Livro Verde sobre a política comum das pescas tem por objectivo iniciar um debate público nas instituições da UE e dos Estados-Membros. A política de pescas, tal como a política agrícola comum, constitui uma agenda estratégica que influencia directamente todos os cidadãos da Europa e que tem de ser tratada em conformidade com os três princípios nucleares, que são a rentabilidade económica da pesca, a preservação e salvaguarda das unidades populacionais de peixe e a manutenção de um nível de vida aceitável para as pessoas envolvidas na pesca. A não ser que exista um equilíbrio entre todos estes princípios na proposta de legislação, haverá o risco de declínio económico nas regiões costeiras, de esgotamento das espécies de peixe ou de aumentos na pesca ilegal acima dos limites. Tendo em conta o facto de 88% dos recursos haliêuticos serem pescados para além dos níveis máximos sustentáveis e de até 80% da captura total ser devolvida, é necessário definir limites que permitam que estas espécies se regenerem, aumentando assim significativamente as capturas de peixe no futuro. A relatora assinala, correctamente, que, em resultado da perturbação do equilíbrio entre produtores e compradores devido à entrada de um intermediário – as cadeias de retalhistas –, o preço do peixe está a diminuir, o que representa um perigo acrescido para a situação no sector das pescas. O relatório apresentado leva em conta os três princípios fundamentais anteriormente referidos neste domínio e propõe soluções específicas para a sustentabilidade, sendo, pois, um bom ponto de partida para todos nós em matéria de preservação da pesca.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Gostaria de congratular a Senhora Deputada Maria do Céu Patrão Neves pelo trabalho efectuado e pelo relatório que é agora votado. Sem dúvida que o tema das pescas é um tema sensível para os portugueses, na medida em que temos várias comunidades piscatórias, e absolutamente crucial para o CDS-PP.

Acredito que é necessária uma nova regulação da PCP, mais eficiente e ajustada às várias realidades territoriais. Por isso, saúdo a intenção de apostar nos princípios da regionalização e da subsidiariedade, dando maior autonomia aos Estados e maior flexibilidade à PCP. Ao mesmo tempo, consciente que os desafios ambientais colocam problemas sérios aos recursos haliêuticos, considero fundamental que a nova PCP permita uma pesca ecologicamente sustentável e economicamente rentável. Não somos alheios aos problemas que se colocam aos pescadores, defendendo que a nova PCP proteja adequadamente a capacidade pesqueira de comunidades que vivem da pesca.

Considero ainda que é fundamental que a nova PCP assegure pescado de qualidade e em quantidade suficiente para manter uma dieta rica de peixe, que sabemos hoje ser mais equilibrada e contribuir para uma vida saudável.

Acompanharei, com interesse e com particular atenção, a futura reforma da PCP defendendo sempre os interesses portugueses neste sector estratégico.

Alan Kelly (S&D), *por escrito*. – (EN) Em termos práticos, saúdo a evolução proposta no âmbito da protecção a longo prazo de recursos marinhos, por motivos ambientais e económicos; refiro-me à actualização das tecnologias da pesca e à tónica colocada na necessidade de qualificações profissionais no sector. Congratulo-me, em particular, com a recomendação para que quaisquer alterações obrigatórias sejam introduzidas gradualmente e mediante um período transitório inicial, a fim de conceder tempo suficiente ao sector, e em especial aos pescadores individuais, para fazer face à despesa suplementar num domínio que já é difícil. Todavia, embora reconheça que o relatório descreve a diferença de tratamento a aplicar entre a pesca de alto mar e a pequena pesca, é lamentável que seja imposta mais uma despesa, qualquer que seja, ao segundo grupo. A pesca não é apenas uma actividade económica, é uma questão social e cultural, e a forma de vida dos pequenos pescadores tem de ser preservada. O seu sustento dependeu, até agora, da reivindicação

histórica das comunidades locais pelos direitos de pesca na sua costa. Neste contexto, não devemos perder de vista a promessa feita no relatório, “garantir (às pessoas que vivem da pesca) um nível de vida equitativo”.

James Nicholson (ECR), *por escrito*. – (EN) É agora geralmente aceite que a reforma de 2002 da política comum das pescas fracassou totalmente e que a situação no sector das pescas se continua a deteriorar em vez de melhorar. A PCP transformou-se num pesadelo burocrático, com a regulamentação excessiva e a microgestão a atormentarem o sector, alcançado muito pouco em termos de resultados positivos. A reforma iminente da PCP representa uma oportunidade para dar um novo rumo a esta política, longe da burocracia excessiva, e cumprir o prometido em todos os aspectos que lhe dizem respeito – a nível ambiental, social e económico. É imperativo que o objectivo fundamental de uma PCP reformada seja assegurar aos pescadores a possibilidade de terem um sustento digno, ao mesmo tempo que promovem a sustentabilidade ambiental. O desafio é formular uma política comum das pescas que preserve, em simultâneo, postos de trabalho e unidades populacionais de peixes. Uma PCP reformada deve pôr de parte a regulamentação excessiva de Bruxelas e, ao invés, centrar-se em ideias relativas, por exemplo, a estratégias para as partes interessadas abordarem a gestão quotidiana das unidades populacionais a nível local.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) O Livro Verde sobre a política comum das pescas arrasa a Comissão e os Estados-Membros. É uma prova categórica de que nem todos os projectos e reformas levados a cabo na União são bem sucedidos. Devemos, pois, tirar as necessárias conclusões no que respeita a soluções institucionais e práticas.

Um dos erros fundamentais da reforma de 2002 foi a excessiva centralização. A diversidade e a natureza específica das diferentes regiões da União Europeia obrigam-nos a regionalizar. A Comissão Europeia não pode tratar o Mar Báltico da mesma forma que o Atlântico ou o Mar Mediterrâneo. A regionalização da política das pescas deve ser acompanhada por medidas específicas relativas a questões sociais e económicas. Do ponto de vista das pessoas que vivem em zonas que dependem da pesca, a linha de acção mais importante consiste na diversificação e reestruturação a nível económico e social, incluindo a criação de novos postos de trabalho exteriores ao sector das pescas. O facto de não ser possível aumentar as capturas e o emprego no sector das pescas no Mar Báltico deve conduzir à adopção das medidas que referi. Esta estratégia vai ao encontro das expectativas e das necessidades sociais.

A investigação demonstra que dois terços das unidades populacionais de peixes na Europa estão ameaçados, incluindo espécies bem conhecidas como o linguado, a solha e o bacalhau. Análises elaboradas pelo fundo WWF afirmam abertamente que, se não forem introduzidas alterações específicas, a população reprodutora do atum mediterrânico e de muitas outras espécies vai desaparecer até 2012.

Sirpa Pietikäinen (PPE), *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, caros Colegas, há décadas que a política comum das pescas da União Europeia controla a pesca na Comunidade e em águas territoriais de países terceiros.

Infelizmente, trata-se de um dos domínios de intervenção com piores resultados na UE, que levou a uma conjuntura que pode ser descrita como uma crise, e com razão. A situação relativa às unidades populacionais de peixes é extremamente preocupante: dois terços das unidades exploráveis para fins comerciais diminuíram abruptamente. A rentabilidade cada vez menor e o esgotamento das águas pouco profundas significam que o sector das pescas está em grandes dificuldades. As quotas de pesca excessivas e a pesca ilegal esgotam as unidades populacionais a uma velocidade alarmante.

A crise deve-se ao facto de, há já muito tempo, se verificar uma completa indiferença relativamente aos problemas que se acumularam devido à sobrepesca e à pesca ilegal. Além disso, métodos de pesca destrutivos devastam também o resto do ambiente marinho. A pesca com redes de arrasto de fundo é um dos métodos mais nocivos.

A UE tem de encarar com seriedade a crise dos recursos haliêuticos. Neste domínio, existe também uma ligação estreita com a perspectiva externa, porque a União importa do estrangeiro quase um terço do peixe que vende. Uma componente crucial da nova política comum das pescas será alicerçar os acordos que temos com os nossos parceiros de pesca numa base mais sustentável. As reformas fundamentais devem assentar no combate à sobrecapacidade no que respeita aos navios de pesca e num controlo mais eficaz com vista a erradicar a pesca ilegal.

É necessário que os principais elementos constitutivos da política das pescas, segundo a proposta da Comissão no Livro Verde, sejam a definição do ecossistema como ponto de partida e o princípio da precaução. O objectivo principal da política tem de consistir na pesca verdadeiramente sustentável de cada espécie e, para o conseguir, cada país deve criar a sua própria estratégia de gestão e de protecção. Se for necessário, a União

tem igualmente de estar preparada para adoptar soluções que assegurem a recuperação das unidades populacionais, introduzindo uma proibição completa da pesca e do comércio de peixe.

Nuno Teixeira (PPE), por escrito. – O Livro Verde sobre a Reforma da Política Comum das Pescas corporiza a oportunidade de rever esta política europeia e fá-lo nas suas várias dimensões (económica, social e ambiental), redefinindo novas orientações com vista à resolução dos problemas que subsistem neste sector. A reforma da Política Comum das Pescas assume um particular destaque junto das regiões ultraperiféricas onde as pescas são de uma enorme importância no desenvolvimento local e na vida das populações.

O relatório sobre o Livro Verde insiste em reformas que considero necessárias para uma melhor execução desta política a nível regional, nomeadamente uma descentralização da gestão das pescas que cubra as especificidades das regiões e que associe a sustentabilidade do sector através da preservação das espécies. Na Madeira, é imperativa a modernização das embarcações, bem como a promoção de medidas que garantam a rentabilidade económica da actividade das pescas. Uma melhor eficiência na gestão dos recursos de pesca e uma estratégia de apoio financeiro aos profissionais deste sector são prioridades que reitero como essenciais no seio desta reforma e que devem ser executadas a nível regional.

A reforma da Política Comum das Pescas inicia uma nova etapa na evolução do sector, com uma participação mais activa dos vários actores a nível nacional, regional e do sector das pescas.

5. Segurança ferroviária, incluindo o sistema europeu de sinalização ferroviária (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre segurança ferroviária, incluindo o sistema europeu de sinalização.

Siim Kallas, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, o acidente ferroviário ocorrido em Buizingen, na segunda-feira, 15 de Fevereiro de 2010, foi uma tragédia chocante. Compreendo que, na sequência deste grave acidente, possam ser colocadas questões técnicas e políticas sérias relativamente à segurança ferroviária.

Em primeiro lugar, pensamos nas vítimas desta tragédia e nos seus familiares. É sempre difícil encontrar palavras de consolo para estas ocasiões tristes, e o silêncio é, por vezes, mais eloquente. As causas deste acidente ainda não são totalmente conhecidas, e a investigação técnica foi iniciada em conformidade com as disposições da directiva da UE relativa à segurança.

Esta tarefa é da responsabilidade do organismo de investigação belga. Deve ser cumprida independentemente de qualquer inquérito judicial. O objectivo da investigação técnica não é repartir culpas e obrigações, mas identificar causas com vista a melhorar a segurança ferroviária e a prevenção de acidentes.

O organismo de investigação belga solicitou que a Agência Ferroviária Europeia o apoiasse na sua averiguação. Dois investigadores da agência juntaram-se à equipa belga encarregue da investigação apenas algumas horas depois de o acidente ter ocorrido.

Gostaria de salientar que, dado que as causas do acidente ainda não foram clarificadas, é inoportuno retirar conclusões. É claro que estou disposto a esclarecer algumas questões, que foram levantadas na sequência desta tragédia, e partilharei convosco a minha análise da situação.

Como acontece demasiadas vezes quando ocorrem acidentes ferroviários, são formuladas observações que alegam uma associação entre as regras ou os regulamentos europeus e o acidente. Quero, em primeiro lugar, ser bem claro a respeito da abertura do mercado. A par da abertura do sector de transporte de mercadorias à concorrência e da instituição de requisitos destinados a separar as actividades dos gestores da infra-estrutura e das empresas ferroviárias, foi introduzido um rigoroso quadro regulamentar para reger a segurança e a interoperabilidade do sistema ferroviário. Queremos assegurar a manutenção do elevado nível de segurança ferroviária, reconhecendo, em simultâneo, os procedimentos e métodos específicos de cada Estado-Membro neste domínio.

A Agência Ferroviária Europeia elabora periodicamente relatórios sobre a segurança da rede europeia e acompanha o desenvolvimento da situação nos Estados-Membros.

Os indicadores demonstram que a abertura do sector ferroviário à concorrência não teve qualquer impacto negativo na segurança. Permitam-me que diga muito claramente que qualquer proposta que associe os níveis

de segurança ferroviária à abertura deste mercado constitui apenas, na minha opinião, um pretexto para desviar o debate das verdadeiras causas do acidente.

A questão da coexistência entre os sistemas nacionais e o sistema europeu de controlo dos comboios pode ser colocada nestes termos. São utilizados hoje mais de 20 sistemas nacionais diferentes na Europa para assegurar a circulação segura dos comboios. Estes sistemas desenvolvidos a nível nacional consistem num componente no solo e num componente a bordo. O componente no solo envia informações para um computador no comboio, que frena a composição quando é detectada uma situação perigosa.

Por conseguinte, para que os sistemas funcionem, os comboios e as linhas têm de estar equipados com um sistema compatível. Os níveis de segurança dos vários sistemas nacionais de protecção automática dos comboios são diferentes, tal como as regras relativas ao equipamento de linhas e locomotivas nestas estruturas nacionais.

A incompatibilidade entre os diferentes sistemas nacionais coloca um grande problema aos comboios internacionais, porque é necessário trocar de locomotivas em cada fronteira ou equipá-las com todos os componentes de bordo correspondentes aos sistemas das linhas que vão percorrer. Há mesmo casos em que coexistem diversos sistemas nacionais num único país. O comboio Thalys, por exemplo, teve de ser equipado com sete componentes nacionais diferentes para circular em quatro países.

Por este motivo, foi concebido e desenvolvido um sistema único para utilização a nível europeu, que está a ser instalado nas maiores linhas e comboios internacionais da Europa. O sistema é conhecido como ERTMS (European Rail Traffic Management System) – sistema europeu de gestão do tráfego ferroviário.

No que respeita ao calendário, podemos dizer que a maior parte dos sistemas nacionais foram desenvolvidos no início da década de 1980, mas o seu desenvolvimento é um processo longo e dispendioso. Na maioria dos países, só parte das redes e locomotivas nacionais estão actualmente preparadas, e este equipamento parcial demorou aproximadamente 20 anos a ser instalado.

As especificações do ERTMS estão disponíveis desde 2000. Foram realizados vários projectos-piloto entre 2000 e 2005. A partir de 2005, entraram em funcionamento várias linhas equipadas com o ERTMS. Neste momento, 10 Estados-Membros possuem linhas com o ERTMS e há projectos em curso em quase todos os Estados-Membros. Na Bélgica, por exemplo, a linha entre Aachen e Liège está equipada, à semelhança de comboios intercidades que circulam nesta linha.

O ERTMS foi criado primordialmente com o objectivo de promover a interoperabilidade. Isto significa a possibilidade de atravessar fronteiras, mas este método foi também reconhecido como um sistema que proporciona vantagens em termos de maior segurança. O sistema está plenamente operacional neste momento mas, devido ao longo período necessário para o instalar a bordo de comboios e à extensão das vias, os sistemas nacionais existentes continuarão a partilhar as linhas com o ERTMS.

Países terceiros como Taiwan, para dar apenas um exemplo, também escolheram o ERTMS, e não apenas por motivos operacionais. Taiwan investiu no ERTMS simplesmente porque o sistema é o melhor actualmente disponível no mercado.

Foram colocadas várias questões sobre a comparação entre Estados-Membros. É muito difícil e pouco útil criar uma classificação dos Estados-Membros e fazer comparações relevantes. Tudo depende da escolha de indicadores, do período de referência e da qualidade dos dados comunicados. Um ou dois acidentes graves podem igualmente ter um impacto significativo no tipo de classificação que possamos ter.

Os dados globais mostram que o desempenho da Bélgica é regular. Todavia, é verdade que a Bélgica está abaixo da média europeia em termos de linhas equipadas com um sistema automático de protecção dos comboios, seja o nacional ou o europeu.

Mathieu Grosch, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Kallas, gostaria de lhe agradecer pelas suas explicações. No contexto do acidente em Buizingen, é importante, naturalmente, mostrarmos respeito pelas vítimas e também pela investigação. Por este motivo, não podemos retirar conclusões precipitadas sobre o acidente e, mais importante ainda, não podemos começar a atribuir culpas.

Penso que a Comissão agiu correctamente ao rejeitar energeticamente a acusação dos Caminhos-de-Ferro Belgas de que o sistema europeu de gestão do tráfego ferroviário demorou muito tempo a ser desenvolvido. Sabemos que a segurança continua a ser uma prioridade nacional e que assim se manterá. A nível europeu,

nós – e aqui incluo a Comissão e o Parlamento – lamentámos sempre o facto de as empresas ferroviárias não atribuírem maior prioridade à segurança e à interoperabilidade entre os diferentes sistemas na Europa.

Após a ocorrência de acidentes, são frequentemente apresentadas novas propostas num contexto político. Tenho de dizer, que, neste caso, tudo estava em conformidade, tanto a legislação como a tecnologia. Talvez faltasse apenas a vontade de atribuir à tecnologia uma prioridade elevada. Desde meados da década de 1990, está disponível a tecnologia necessária para permitir uma transição segura entre o sistema europeu e o sistema avançado belga, por outras palavras, o chamado sistema TBL 1+. Não houve falta de tempo nem de equipamento técnico.

O futuro é o aspecto mais importante para mim, e eu gostaria de salientar os seguintes pontos. Em primeiro lugar, não podemos, em circunstância alguma, reduzir a formação no sector ferroviário. Essa não foi, nem será, uma das obrigações da UE. Os caminhos-de-ferro dispõem de pessoal altamente qualificado e assim devem continuar no futuro.

Em segundo lugar, precisamos de planos de conversão definitivos e vinculativos das empresas ferroviárias e dos países. Confiar apenas na boa vontade já não é suficiente. Precisamos de um calendário preciso e, em breve, teremos a oportunidade, no Parlamento, de ficar a conhecer objectivos específicos.

A minha terceira proposta consiste em conferir aos passageiros o direito de saberem se o percurso e o material circulante em que viajam cumprem as mais rigorosas normas de segurança. Este é o nível mínimo de informação que tem de ser disponibilizado aos passageiros no futuro. Precisamos igualmente de investigar formas de transformar esta medida num requisito obrigatório.

Saïd El Khadraoui, em nome do Grupo S&D. – (NL) Antes de mais, intervindo em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, também eu quero expressar a minha solidariedade com as vítimas do acidente ferroviário de Buizingen e com as suas famílias e amigos.

Temos de aguardar os resultados da investigação antes de retirarmos conclusões reais e pormenorizadas, naturalmente, mas isso não altera o facto de termos de manter a segurança rodoviária como um domínio que exige atenção permanente a todos os níveis, incluindo a nível europeu, e, por conseguinte, de avaliarmos, melhorarmos, complementarmos e ajustarmos regularmente a política de segurança. Gostaria de subscrever as palavras do meu colega e também as suas, Senhor Comissário, deixando bem claro que lamentamos que um conjunto de indivíduos com responsabilidades significativas na Bélgica tenham procurado transferir a responsabilidade pelo acidente para a Europa ou, pelo menos, tenham deixado essa sensação. O atraso no desenvolvimento do sistema europeu de gestão do tráfego ferroviário (ERTMS) foi citado em particular como justificação para a circunstância de, neste momento, em 2010, apenas algumas locomotivas na Bélgica estarem equipadas com o sistema de paragem automática.

Caros Colegas, importa, por outro lado, esclarecer um aspecto, e sejamos sinceros a este respeito: o desenvolvimento de uma boa ideia – um sistema comum de sinalização para substituir os 20 sistemas separados – demorou mais tempo do que o pretendido ou esperado. Isto pode, evidentemente, ser imputado à complexidade técnica e ao facto de ser necessário alcançar um acordo sobre uma norma entre um conjunto muito amplo de países, mais precisamente 27, embora no período em causa fossem um pouco menos. É claro que também existem consequências orçamentais. Todavia, como o senhor referiu, e bem, isto não impediu um único Estado-Membro de desenvolver o seu sistema próprio ou de utilizar uma espécie de versão embrionária do ERTMS numa fase inicial.

Na minha opinião, devemos olhar agora para o futuro e pensar em como podemos contribuir para uma maior segurança nos caminhos-de-ferro. Entendo que podemos prestar esse contributo em várias frentes também a nível europeu. Podemos fazê-lo, em primeiro lugar, através do desenvolvimento do ERTMS. Existe um plano de desenvolvimento desse tipo. Em 2009, reservámos 240 milhões de euros do orçamento para redes transeuropeias de transporte (RTE-T) a fim de ajudar os Estados-Membros neste domínio.

Em segundo lugar, contudo – e penso que esta é uma tarefa importante para a Comissão e para a Agência Ferroviária Europeia –, devemos verificar se a legislação europeia em matéria de segurança é efectivamente aplicada em termos práticos no terreno. Eu citaria o exemplo da Directiva 2004/49/CE relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade. Este documento estipula, entre outros aspectos, que deve ser instituída em cada Estado-Membro uma autoridade responsável pela segurança, que deve ser independente das empresas ferroviárias e do gestor de infra-estrutura, e a quem compete, nomeadamente, controlar, promover e fazer aplicar a segurança ferroviária e desenvolver um quadro regulamentar. Tenho a sensação, caros Colegas, de que isto não está a funcionar muito bem na Bélgica e penso que os senhores devem organizar uma espécie

de auditoria que determine se os Estados-Membros têm, de facto, capacidade suficiente para garantir esta segurança de forma pró-activa nos seus sistemas ferroviários nacionais. Essa é uma tarefa que gostaria de vos confiar.

Dirk Sterckx, em nome do Grupo ALDE. – (NL) Associo-me à manifestação de solidariedade com as vítimas em nome do meu grupo e também pretendo aguardar os resultados da investigação, como é evidente. Espero que ela seja efectuada o mais rapidamente possível, mas também com todo o rigor.

No meu país, foram levantadas várias questões relativas à natureza da abordagem da Europa em matéria de caminhos-de-ferro. Tenho de ser sincero: ofende-me que algumas pessoas nos tenham acusado de descuidar a segurança. Fui o relator do Parlamento para a Directiva relativa à segurança ferroviária que o senhor deputado El Khadraoui acabou de referir, e orgulho-me do trabalho que realizámos naquele período. Decidimos que tínhamos de ser muito exigentes no que respeita à segurança em todos os Estados-Membros e que precisávamos de criar um quadro europeu para este domínio e definir requisitos. Conseguimos a aprovação dos Estados-Membros com enorme dificuldade. Registo – e o senhor deputado El Khadraoui mencionou, e bem, este ponto – que em alguns países, infelizmente, incluindo o meu, a aplicação desta directiva a nível nacional está, na verdade, mal organizada. Espero que volte a analisar atentamente esta situação, Senhor Comissário. Talvez esta Assembleia deva também examinar novamente a directiva e reforçar o quadro, como disse o senhor deputado Grosch. Não é verdade, pois, que descuremos a segurança; bem pelo contrário.

Em segundo lugar, o Regulamento relativo aos direitos dos passageiros contém uma disposição que preferíamos que nunca fosse mobilizada: diz respeito aos pagamentos adiantados em caso de ferimentos ou de morte de passageiros em acidentes ferroviários. Saúdo o anúncio feito pelos Caminhos-de-Ferro Belgas (SNCB) de que vai utilizar este sistema e pagar adiantamentos. Houve um período em que isto não poderia ser feito.

Algumas pessoas afirmaram que a abertura do mercado tornou os caminhos-de-ferro pouco seguros. Quero opor-me energicamente a esta afirmação. Não é verdade, como demonstrará uma análise dos últimos dados da Agência Ferroviária Europeia. Os países com melhor desempenho em 2008 foram o Reino Unido e os Países Baixos, que abriram os seus mercados.

Penso também que deve ser dedicada atenção às pessoas, aos trabalhadores dos caminhos-de-ferro que estão no terreno: maquinistas, pessoal das estações, administradores. Devemos reavaliar a sua situação e fazer da segurança o imperativo principal não apenas na sua formação, mas também na organização do seu trabalho e em toda a cultura empresarial. Para concluir, Senhor Presidente, gostaria de dizer que não podemos perder de vista o facto de os comboios se encontrarem ainda entre os meios de transporte mais seguros de que dispomos.

Isabelle Durant, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, também eu considero que o trágico acidente da semana passada foi o pior acidente ferroviário a atingir a Bélgica desde 2001, quando eu própria ocupava o cargo de Ministra da Mobilidade e dos Transportes. Mais uma vez, penso, evidentemente, na nossa colega Claudia Candeago, bem como em todas as outras vítimas desta tragédia, nas pessoas que lhes são mais próximas e em todos os trabalhadores dos caminhos-de-ferro que estão de luto.

Vou abster-me de retirar quaisquer conclusões, à semelhança do que fizeram todos os intervenientes anteriores. A investigação está em curso, e não devemos especular sobre os seus resultados. Contudo, é evidente que, no caso da Bélgica, é lamentável que os caminhos-de-ferro tenham demorado tanto tempo a equipar-se com um sistema automático de protecção dos comboios, como algumas pessoas já referiram. Quando ouvi dizer, logo a seguir ao acidente, que, apesar de não ser possível alegar motivos orçamentais, os atrasos no desenvolvimento das normas de interoperabilidade europeias eram invocadas para explicar este acidente, achei isto inaceitável e senti imediatamente que a Europa estava no centro de acusações sem fundamento.

O sistema europeu de gestão de tráfego ferroviário (ERTMS) proporciona, de facto, às empresas uma oportunidade de investirem na segurança de uma forma coordenada e interoperável. Temos de nos libertar das incontáveis normas nacionais que limitam o desenvolvimento e a competitividade, num período em que o sistema europeu de controlo dos comboios (ETCS) evolui. É claro que evolui e que vai continuar a evoluir. Esta é a condição essencial para manter um nível elevado de tecnologia. Além disso, não tenho dúvidas de que, nos próximos cinco ou dez anos, se realizarão muito mais progressos.

É necessário dizer que estes acidentes, apesar de excepcionais, nos recordam que é sempre possível introduzir melhorias em matéria de segurança, e eu gostaria de fazer algumas propostas a este respeito.

Em primeiro lugar, como sabe, Senhor Comissário, discutimos actualmente as redes de transportes transeuropeias, as suas condições e os seus critérios. Entendo que, no que toca às redes europeias, a implantação do ERTMS em toda a Europa pode efectivamente tornar-se uma prioridade. Considero também que, neste contexto, devemos fixar prazos no que se refere, em particular, aos recursos com que cada país e cada rede terão de ser equipados.

Finalmente, entendo que devemos dar prioridade à segurança relativamente à liberalização dos mercados, obrigando novos operadores que exploram comboios em várias redes nacionais a adaptarem-se durante mais algum tempo ao sistema de protecção automática que existe nestas redes e, consequentemente, a equiparem os seus comboios com os receptores e os equipamentos de cabina necessários.

Para concluir, considero que a Agência Ferroviária Europeia pode, pela sua parte, prestar também um apoio inestimável a uma integração mais eficaz das autoridades nacionais responsáveis pela segurança. Essa integração possibilitaria, por exemplo, a homologação do equipamento.

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Derk Jan Eppink, em nome do Grupo ECR. – (NL) A investigação sobre as causas do acidente ferroviário em Buizingen ainda não foi concluída e, portanto, não a posso comentar, mas cheguei à seguinte conclusão. Quando há um acidente ferroviário no Reino Unido, as pessoas atribuem de imediato a responsabilidade à privatização do sector. Os Caminhos-de-Ferro Belgas (SNCB) recebem, em termos relativos, a maior subvenção em toda a União Europeia. A Bélgica concede 32 centimos por passageiro/quilómetro aos seus caminhos-de-ferro. A França está no segundo lugar, com 24 centimos. Os Países Baixos afectam 15 centimos e o Reino Unido 4 centimos. Apesar de todas estas subvenções, a SNCB ainda tem dívidas de 10 mil milhões de euros. Para onde vai o dinheiro?

Quando olho para as infra-estruturas da SNCB, a negligência é flagrante. Tudo é antigo e usado. Será que o sistema de segurança também é ocasionalmente descurado? Talvez estejam a ser utilizados demasiados recursos para pagar ao pessoal que detém o poder nos sindicatos. Na Bélgica, os caminhos-de-ferro constituem um domínio socialista e são mal geridos. De facto, estas são perguntas que devem ser feitas, visto que a SNCB dificilmente poderá utilizar a falta de fundos como justificação!

Jacky Hénin, em nome do Grupo GUE/NGL. – (FR) Senhor Presidente, quando, em Novembro, o senhor deputado Simpson declarou nesta Assembleia que “embora o sistema ferroviário comunitário seja muito seguro e, nos últimos anos, se tenham registado progressos devido à liberalização do mercado”, quase fiquei sem fala. Todavia, o colega ainda acrescentou o seguinte: “os recentes acidentes mortais (...) têm suscitado questões no que diz respeito à segurança”.

Após o acidente de Buizingen, o seu terrível número de mortos e o grave sofrimento físico e psicológico que provocou vieram recordar-nos que já é tempo de lançarmos um debate sério sobre a segurança ferroviária. Deixemos imediatamente de lado a ideia de que todos os acidentes são, por natureza, imprevisíveis. O principal factor da falta de segurança nas redes ferroviárias europeias é uma consequência directa da separação entre a nossa infra-estrutura rodoviária e a gestão do nosso material circulante. Esta separação – é preciso dizê-lo aqui com firmeza – foi imposta pela Comissão contra o mais elementar bom senso dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro, para que o sector ferroviário pudesse ser aberto à concorrência. Esta medida aumenta significativamente a probabilidade de acidentes. Devido a esta separação, a manutenção da rede ferroviária europeia é sacrificada em nome de lucros mais elevados. Os senhores podem tentar ganhar algum tempo propondo a utilização das melhores técnicas de ponta como única opção para resolver os problemas. Contudo, em última análise, precisamos é de uma política ferroviária diferente na Europa. Se, ano após ano, há cada vez menos trabalhadores no sector, menos manutenção, menos investimento e menos formação, é inevitável termos de abordar novamente a questão dos acidentes e prestar homenagens pesadas. A fim de assegurar uma verdadeira segurança ferroviária, a União tem de virar a página da concorrência para abrir a da cooperação.

Em conclusão, caros Colegas, quando sairmos deste debate, nenhum de nós poderá continuar a ignorar as suas responsabilidades. Pela minha parte, recuso-me a ser cúmplice de más intenções. Sem mudança...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Philip Claeys (NI). – (NL) Começaria apenas por registar que a carga fiscal belga é uma das mais elevadas do mundo, mas naquele país ingovernável, os contribuintes – particularmente os da Flandres – recebem muito pouco em troca do seu dinheiro. O sistema ferroviário é uma ilustração perfeita deste facto. Está

irremediavelmente desactualizado e caracteriza-se por atrasos frequentes e longos e por carruagens sobrelotadas em horas de ponta.

A gestão dos Caminhos-de-Ferro Belgas (SNCB) é altamente politizada e ineficaz, e uma característica típica da política belga é o facto de, quando alguma coisa corre mal, ninguém ser responsável seja pelo que for. Em 2001, ocorreu um acidente ferroviário em Pérot semelhante ao da semana passada em Buizingen. Há nove anos, todos pensavam que seriam tomadas medidas sérias para melhorar o sistema de segurança; todavia, isso não aconteceu. Aguardando a introdução do sistema europeu de controlo dos comboios (ETCS), a Bélgica desenvolveu um sistema próprio, mas este chegou demasiado tarde e era muito insuficiente.

O ensinamento a retirar deste caso é que é necessário investir mais na segurança e integrar melhor os vários sistemas existentes. Se se revelar impossível alcançar desse modo uma interoperabilidade efectiva, deve incentivar-se ao máximo a conversão para o ETCS europeu, porque não é saudável que um comboio Thalys que viaja entre Paris e Amesterdão, por exemplo, atravesse nada menos do que sete sistemas de segurança diferentes.

Werner Kuhn (PPE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, a colisão entre dois comboios suburbanos em Bruxelas, que resultou neste terrível acidente, chocou-nos a todos profundamente. O nosso pensamento está com as famílias e os amigos das vítimas.

Depois de acidentes deste tipo, a primeira reacção das pessoas é procurar culpados. Contudo, a União Europeia, a Comissão e as disposições de segurança que introduzimos na Directiva 2004/49 não podem ser transformadas no bode expiatório neste caso. Por outro lado, o que importa saber, naturalmente, é se devemos reforçar as disposições de segurança. As investigações sobre este acidente ferroviário ainda não foram concluídas e, conseqüentemente, ainda não podemos esperar resultados claros. A questão principal que nos devemos colocar é se teria sido possível evitar este acidente. Não podemos excluir a possibilidade de erro humano ou de falhas técnicas e, por conseguinte, estes dois factores desempenham um papel importante na segurança ferroviária. Todos os operadores ferroviários, públicos e privados, têm a obrigação de proporcionar o nível de segurança necessário. As empresas nacionais de caminhos-de-ferro têm obrigatoriamente de cumprir as normas de segurança adequadas.

Não quero dar lições de um ponto de vista alemão neste caso. Pretendo apenas dizer que, na Alemanha, procurámos aplicar a directiva na sua totalidade. Sempre que existe a possibilidade de erro humano, é essencial que os sistemas técnicos possam intervir. Recordo-me da alavanca do “morto”, que frenava automaticamente o comboio se ninguém lhe tocasse durante um minuto. Se um comboio passar um sinal vermelho, também frena automaticamente. Devemos ter sistemas deste tipo em funcionamento. O sistema europeu de controlo dos comboios tem de ser aplicado para podermos ter alguma influência externa sobre estes factores.

Os membros da Comissão dos Transportes e do Turismo vão trabalhar em conjunto para efectuar as avaliações necessárias e também para elaborar as devidas conclusões no que respeita às disposições de segurança.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, o acidente ferroviário em Buizingen, junto a Bruxelas, provocou 18 vítimas mortais e mais de 160 feridos. Naturalmente, pensamos, em primeiro lugar, nas famílias. As causas dos acidentes ainda são desconhecidas – está em curso uma investigação – e temos de pensar em promover uma avaliação da segurança ferroviária na Europa, Estado-Membro por Estado-Membro.

Este exame deve centrar-se, como é evidente, nos sistemas de segurança, no estado da sua aplicação, na sua interoperabilidade e na sua eficácia. Contudo, essa avaliação do nível de segurança das redes ferroviárias europeias tem de ser entendida num sentido mais amplo e, em particular, de incorporar um estudo das condições de trabalho dos funcionários dos caminhos-de-ferro, porque são eles os melhores garantes da segurança.

Apelo, pois, à Comissão para que realize uma avaliação da segurança nas redes ferroviárias europeias através de uma abordagem global que tenha como ponto de partida o lançamento do processo de liberalização do sector. Há um ponto muito claro: é chegado o momento de levar a cabo uma avaliação sem tabus dos resultados práticos destas políticas destinadas a dismantlar os serviços públicos. Qual foi o seu valor acrescentado? Quem beneficiou? Quem sofreu por causa delas?

O objectivo é comparar a aplicação das normas europeias de segurança e de sinalização com as condições de trabalho a partir do momento em que esta liberalização do sector ferroviário entrou em vigor em cada Estado-Membro. A Comissão deve, portanto, ponderar o papel dos serviços públicos em termos mais gerais. O *Parti Socialiste* – o partido a que pertença – pede há muito tempo uma acção positiva da União Europeia

para proteger e desenvolver os serviços públicos. Esta é a ideia subjacente à introdução de uma directiva-quadro relativa aos serviços de interesse geral. Este documento proporcionaria aos serviços públicos um quadro legislativo estável e financiamento adequado em conformidade com os princípios da universalidade e da igualdade de acesso.

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS

Vice-Presidente

Derk Jan Eppink (ECR). – (NL) Gostaria de colocar uma questão ao senhor deputado Tarabella, por quem, globalmente, tenho grande consideração pessoal. O colega não ignora seguramente o facto de os Caminhos-de-Ferro Belgas (SNCB) receberem a maior subvenção na Europa. Não pode, pois, culpar a liberalização, uma vez que o transporte de passageiros não foi liberalizado, nem pode invocar justificações desse tipo.

Devo assinalar também que o senhor deputado fala em nome do Partido Socialista belga, o partido que detém boa parte do controlo da SNCB através dos sindicatos. Se o sistema ferroviário politizado gerisse melhor os caminhos-de-ferro, estas situações seriam evitadas.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, diria apenas em resposta ao senhor deputado Eppink que isto não é uma plataforma eleitoral. Ocorreu um acidente, que provocou vítimas – já houve outros no passado – e é natural que questionemos as suas causas. As investigações estão em curso; é fundamental deixá-las seguir o seu caminho.

Contudo, há um factor que nunca deve ser ignorado, designadamente o factor humano. Em qualquer liberalização – sei que o senhor apoia a liberalização, eu apoio-a muito menos, e rejeito-a até quando estão em causa serviços públicos – o factor humano é desvalorizado. É exercida uma pressão terrível sobre elementos do pessoal, que trabalham horas a fio ou, em qualquer caso, durante períodos mais longos e sem descanso. Enquanto maquinistas, estas pessoas são responsáveis pela segurança dos passageiros. Por conseguinte, entendo que é importante questionar as condições de trabalho e quaisquer mudanças nessas condições. Penso que este é um ponto importante.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, o chocante acidente ferroviário junto a Halle foi uma tragédia terrível para as vítimas e para as famílias, colegas de trabalho e amigos. O mais importante agora é retirar os devidos ensinamentos desta tragédia, a fim de evitar sinistros no futuro. Neste contexto, é crucial que a voz dos trabalhadores do sector ferroviário seja claramente ouvida e tida em conta nas medidas destinadas a tornar as viagens de comboio mais seguras para trabalhadores e passageiros.

Na verdade, é escandaloso ouvir um conservador britânico, creio eu, um deputado deste Parlamento, difamar e caluniar os trabalhadores dos caminhos-de-ferro na Bélgica durante a sua intervenção, quando é evidente que as políticas de neoliberalização e desregulamentação provocaram danos enormes no nosso sistema ferroviário como recurso público. Existe, de facto, uma enorme frustração entre os trabalhadores do sector ferroviário belga. Este facto ficou claro nas greves espontâneas de alguns destes trabalhadores nos dias que se seguiram à tragédia, em resposta ao sucedido. Este é o terceiro incidente grave na Bélgica em nove meses.

Após uma tragédia anterior na Bélgica em 2001, prometeram-se medidas de segurança globais, mas estas não foram executadas. Na realidade, os trabalhadores dos caminhos-de-ferro da Bélgica são continuamente pressionados a trabalhar mais tempo, com períodos de viagem alargados e menos pausas, o que implica menos segurança. É claro que a política insidiosa da Comissão Europeia assente na liberalização e na privatização vai agravar os riscos para a segurança. Esta política significa que os lucros das maiores empresas de transporte têm prioridade. É evidente que o melhor enquadramento para garantir a segurança é manter a infra-estrutura ferroviária no sector público, com controlo democrático e o investimento necessário.

Georges Bach (PPE). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de enviar as minhas condolências às famílias das vítimas. Contudo, isto será uma fraca consolação para as pessoas afectadas – as famílias enlutadas e os passageiros gravemente feridos – se continuarmos a insistir em que os caminhos-de-ferro constituem o meio de transporte mais seguro e que o número de acidentes é muito reduzido em comparação com os das estradas.

É claro que se levanta a questão das circunstâncias. Como pode ocorrer um acidente deste tipo? No entanto, como já foi referido, esta questão tem de ser tratada por peritos técnicos e, mais tarde, pelos tribunais. A pergunta a que temos de responder é a seguinte: o que falhou no processo de criação de um mercado comum

Europeu dos transportes ferroviários? E, em segundo lugar, como podemos evitar mais acidentes utilizando todos os meios à nossa disposição? Qualquer acidente é um acidente demais.

Como antigo funcionário dos caminhos-de-ferro, senti directamente as alterações. Gostaria de mencionar alguns dos problemas que, em certa medida, têm impacto na segurança. No início da década de 1990, em vez de introduzir a concorrência no sector, deveríamos ter iniciado primeiro um processo de harmonização técnica. Deveríamos ter ultrapassado na década de 1990 todos os problemas que o senhor Comissário referiu. Só deveríamos ter aberto o mercado à concorrência com base na harmonização técnica. A fragmentação das empresas resultou na participação de muitos intervenientes no sistema ferroviário, e este é um sistema que só funciona adequadamente quando é operado por uma única entidade. Por conseguinte, na minha opinião, os Estados-Membros, as empresas ferroviárias, os operadores de infra-estruturas e também a Comissão, que, como já foi referido, introduziu directivas e regulamentos sem realizar uma avaliação intercalar, partilham a responsabilidade pelos acidentes mais recentes. A avaliação só foi concluída há pouco tempo. As empresas ferroviárias cometeram o erro de escolher uma estratégia incorrecta e de esperar demasiado tempo por um sistema europeu. Procuraram constantemente reduzir custos, empregaram pessoal sem o nível de competências necessário, como foi dito, e também investiram muito pouco.

Há três pontos que gostaria de sublinhar. O financiamento tem de ser aumentado imediatamente, a fim de acelerar o programa de modernização previsto.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Em geral, o transporte ferroviário é mais seguro, mais rápido e causa menos poluição do que o transporte rodoviário. Contudo, em 2007, aproximadamente 2 600 pessoas foram vítimas de acidentes nos caminhos-de-ferro e, no ano passado, aumentaram os acidentes ferroviários com passageiros e comboios de mercadorias.

O recente acidente ferroviário na Bélgica, com uma lista de vítimas de 20 mortos e mais de 120 feridos, volta a centrar a nossa atenção, de uma forma chocante, na importância da segurança do transporte ferroviário. Infelizmente, a crise económica e financeira exacerbou as dificuldades financeiras que se colocam aos operadores e administradores envolvidos na infra-estrutura ferroviária. É muito preocupante que a falta de pessoal especializado e de recursos financeiros para aplicar o ERTMS seja uma das possíveis causas do acidente, enquanto milhares de trabalhadores do sector perdem os seus postos de trabalho. Apelo aos Estados-Membros e à Comissão para que tomem as medidas necessárias para:

1. modernizar a infra-estrutura ferroviária e o material circulante existente a fim de assegurar um transporte eficiente e seguro,
2. dar prioridade aos investimentos necessários à segurança do transporte ferroviário, e
3. desenvolver novas infra-estruturas ferroviárias e pôr em prática o ERTMS.

Antonio Cancian (PPE). – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, os últimos acidentes ferroviários que abalaram a Europa – hoje na Bélgica, ontem em Itália – obrigam-nos a reflectir sobre as falhas no sistema e sobre as medidas adequadas para melhorar os serviços em termos de segurança.

Por exemplo, é surpreendente pensar que a União Europeia lançou um sistema adequado para controlar o tráfego ferroviário – o ERTMS – já em 2000, e que, apesar disso, 10 anos depois, o sistema foi adoptado apenas por alguns Estados-Membros.

Ainda hoje, há mais de 20 sistemas de segurança ferroviária diferentes no território da UE, e é evidente que este facto pode provocar problemas, particularmente em percursos internacionais.

É verdade que adaptar a infra-estrutura ferroviária e o material circulante do sistema europeu implicará avaliações e tarefas técnicas e económicas, que terão inevitavelmente de ser geridas pelas empresas do sector. Contudo, não podemos deixar de observar que a legislação europeia não estipula uma data em que as linhas nacionais terão de estar adaptadas ao sistema ERTMS e que concede aos Estados-Membros o poder de determinar as necessidades do seu material circulante em matéria de equipamento.

Seria melhor impor e fixar datas, incentivar através de investimentos ou, melhor ainda, retirar o investimento a quem não promover a adaptação aos projectos de infra-estruturas ou comprar material circulante que não utilize estes sistemas.

O outro argumento é que a interoperabilidade e a realização do mercado interno não devem ser desaceleradas. Actualmente, temos uma agência nacional independente responsável pela segurança, que deve verificar a adopção dos sistemas de segurança adequados. Pois bem, deve ser estipulado que é necessário obter os certificados de segurança antes de poderem ser concedidas licenças de exploração.

Além disso, salientaria que, olhando para a perspectiva futura de um mercado ferroviário comum liberalizado, os poderes de inspecção da Agência Ferroviária Europeia têm de ser reforçados a nível central.

Debora Serracchiani (S&D). – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, após o recente acidente ferroviário em Bruxelas, que muitos colegas mencionaram, as atenções centram-se novamente na segurança deste meio de transporte.

A Directiva 2004/49/CE, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro em geral, estipula que as empresas ferroviárias e os gestores da infra-estrutura devem assumir total responsabilidade pela segurança do sistema, cada um no âmbito das suas competências.

No caso específico do acidente ocorrido na Bélgica, a causa parece ser um erro humano. Aguardaremos, naturalmente, as investigações. Afigura-se, todavia, que o comboio não estava equipado com um sistema automático de frenagem.

Sabe a Comissão quais as redes e os comboios nos Estados-Membros que não estão equipados com este dispositivo de segurança? Por outro lado, tenciona elaborar uma proposta legislativa que vise impor a utilização deste sistema em toda a rede da União?

Ślawomir Witold Nitras (PPE). – (PL) Senhor Presidente, em primeiro lugar, manifesto a minha solidariedade para com as famílias das vítimas. Gostaria de abordar um tema que me parece muito importante e que ainda não foi referido. Existe aqui um debate que, por vários motivos, se justifica. Eu próprio tenho opiniões muito claras sobre a matéria. Penso que um mercado desregulamentado é significativamente melhor do que um mercado dominado por empresas públicas, mas mencionarei um aspecto que é importante no contexto desta discussão.

Esta divergência não tem a ver apenas com o facto de uma empresa ser pública ou privada; trata-se também de saber se o mercado é um mercado livre ou um mercado restrito, regulamentado, que muitas vezes corresponde efectivamente, em muitos Estados-Membros, a um monopólio detido por uma única empresa pública. Há inúmeros sistemas ferroviários que, além de variarem consoante o Estado-Membro, são por vezes diferentes dentro de um único Estado-Membro, e os sistemas de que falamos constituem frequentemente um obstáculo administrativo proteccionista criado apenas para proteger a força do monopólio no mercado nacional. Em muitos casos, não são permitidos determinados equipamentos e locomotivas apenas para limitar a possibilidade de um concorrente de outro país ou de um concorrente privado entrar no mercado. A consequência deste facto é a utilização de tantos sistemas diferentes e a emergência de problemas de segurança.

Se os senhores analisassem a atribuição de Fundos Estruturais a projectos de infra-estruturas nos novos Estados-Membros, verificariam que, nesses países, praticamente não há montantes destinados a infra-estruturas ferroviárias. Os administradores que devem preencher os pedidos e solicitar fundos não estão nada interessados em fazê-lo. Estamos perante um modelo em que muitos Estados-Membros querem que nada mude nos seus caminhos-de-ferro, para que a concorrência proveniente de outros países ou do sector privado, por exemplo, não ocupe uma posição favorável. Serão, portanto, a segurança e a competitividade que mais vão sofrer neste contexto.

Ivo Belet (PPE). – (NL) O trágico acidente em Buizingen obriga-nos a todos – incluindo a Europa – a abrir uma investigação. Esta tragédia custou a vida a 18 pessoas, e é nosso dever para com essas vítimas retirarmos ensinamentos do acidente a curto prazo e zelar por que a segurança seja garantida em vias-férreas belgas e europeias.

Como sabemos, e o senhor já referiu, não é por causa da Europa que o sistema automático de frenagem ainda não foi plenamente introduzido na Bélgica. Todavia, isso não significa que a Europa não tenha agora de actuar; bem pelo contrário. Apelamos expressamente também à Comissão Europeia para que realize uma avaliação, que terá de apresentar respostas a várias perguntas muito específicas. Por exemplo, como o senhor sabe, obrigámos as empresas ferroviárias – incluindo as empresas privadas – a equiparem totalmente as suas composições com o sistema europeu de controlo dos comboios (ETCS) a partir de 2013, mas já estamos cientes de que as vias-férreas da Europa não terão o sistema até essa data.

Quero citar dois números. Actualmente, Senhor Comissário, apenas 2 800 quilómetros de linha em toda a Europa estão equipados com este novo sistema europeu de segurança. A rede ferroviária belga, por si só, com os seus 3 400 quilómetros, tem uma extensão superior. É evidente, portanto, que nós, na Europa, não estamos prontos para este instrumento e que os nossos comboios não poderão, pelo menos em parte, comunicar com estas novas instalações de sinalização. Esta medida carece de uma avaliação completa.

Senhor Comissário, devemos igualmente ter a coragem de investigar se a futura concorrência entre empresas ferroviárias terá porventura aumentado a pressão exercida sobre o pessoal. Talvez devamos ponderar a introdução de horas de condução e períodos de repouso para os maquinistas a nível europeu, como fizemos no caso dos camionistas. Em suma, este acidente obriga a União Europeia a reflectir um pouco e a levar a cabo uma avaliação, e deve haver disponibilidade e vontade política para fazer adaptações se elas forem necessárias.

Michael Cramer (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, estiveram envolvidas neste terrível acidente duas locomotivas que eram operadas pela SNCB, os Caminhos-de-Ferro Belgas, numa rede ferroviária estatal. Não há concorrência no mercado de transporte ferroviário de passageiros na Bélgica. Consequentemente, isto nada teve a ver com a concorrência ou com a abertura da rede. O que está em causa são as normas de segurança insuficientes. O senhor deputado Grosch já recordou que a tecnologia que frena automaticamente um comboio quando este passa um sinal vermelho já existe há mais de 20 anos. A questão é a seguinte: porque não foi instalada?

Este caso também não possui qualquer relação com o sistema europeu de gestão de tráfego ferroviário (ERTMS). Fui o relator para o ERTMS. Ele representa uma visão do futuro, mas não isenta os Estados-Membros da responsabilidade de pôr em prática medidas de segurança que já estão disponíveis a nível nacional. Essa tarefa cabe a cada um dos países.

Por conseguinte, a pergunta que devemos fazer é por que motivo a Bélgica não investiu neste sistema de segurança durante os últimos 20 anos. Se tivessem construído uma auto-estrada com menos um ou dois quilómetros, teriam o dobro ou o triplo dos fundos necessários para instalar este sistema de segurança e evitar acidentes como o que ocorreu agora. Esta não foi a primeira vez que um comboio passou um sinal vermelho. Foi simplesmente a primeira vez que isso provocou um acidente tão terrível.

Siim Kallas, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, é claro que esta discussão, agora iniciada pelo trágico acidente na Bélgica, fará parte do nosso debate global sobre a segurança ferroviária e o desenvolvimento dos transportes na Europa. A Comissão prepara um Livro Branco sobre o futuro dos transportes que analisa cuidadosamente todos os aspectos de segurança de todos os modos de transporte, incluindo os caminhos-de-ferro – que continuam a ser, como foi referido muitas vezes, um dos modos de transporte mais seguros.

É igualmente importante discutirmos agora o pacote ferroviário – a “primeira reformulação” do pacote ferroviário –, e vamos decididamente trabalhar nessa matéria e reflectir sobre ela.

Contudo, gostaria de formular algumas observações factuais. O sistema europeu de gestão de tráfego ferroviário (ERTMS) foi concebido com a intenção de assegurar a interoperabilidade das vias-férreas. Trata-se, claramente, de um bom sistema, com elementos de segurança muito importantes. Todavia, a segurança continua a ser da responsabilidade dos Estados-Membros, qualquer que seja o sistema utilizado. No entanto, o ERTMS está a evoluir muito bem.

As redes de transporte RTE-T: vamos discuti-las novamente em breve. Este projecto em particular trata da implantação do sistema de gestão do tráfego. Até 2020, 20 000 quilómetros de vias-férreas vão utilizar este sistema na Europa, incluindo na Bélgica.

Este processo está em curso; todavia, nos caminhos-de-ferro, as medidas exigem tempo e grandes investimentos, e 85% dos fundos destinados à rede RTE-T são utilizados especialmente para melhorar as linhas, incluindo o ERTMS. É claro que ficaria muito satisfeito se, com o apoio do Parlamento Europeu, conseguíssemos aumentar o financiamento para investimentos nas redes de transporte. Essa medida será muito importante.

No entanto, mais uma vez, o factor humano é, naturalmente, sempre relevante. E, uma vez que falamos de normas de segurança, há uma norma – designadamente a luz vermelha – que obriga a parar. Essa norma existe desde o século XIX. Assim, não podemos afirmar que vai existir um sistema de frenagem totalmente

seguro que evita o erro humano – não é verdade. Existe sempre uma pequena margem de erro humano. E a responsabilidade humana é muito importante.

Gostaria de fazer mais uma observação relativa à liberalização e aos serviços públicos: são duas coisas diferentes. Ninguém impede os Estados de disponibilizarem serviços de qualidade, mesmo no quadro da liberalização. As regras europeias permitem prestar apoio – e as regras nacionais também –, e esta liberalização não exclui bons serviços públicos.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Herbert Dorfmann (PPE), *por escrito.* – (DE) O trágico acidente ferroviário na Bélgica atraiu a atenção do público para a segurança nos caminhos-de-ferro. É necessário melhorar a segurança do material circulante, bem como dos sistemas de sinalização. Em particular, há muitas carruagens de mercadorias desactualizadas nas vias-férreas da Europa. O acidente em Itália no ano passado demonstrou as possíveis consequências deste facto. Infelizmente, a UE, até ao momento, fez muito pouco para obrigar os operadores ferroviários de mercadorias a elevarem o seu material circulante a um nível de segurança aceitável. Importa recordar que também são transportadas mercadorias perigosas nos comboios, que podem ter consequências devastadoras em caso de acidente. Neste contexto, apelo a normas de segurança mais exigentes nos caminhos-de-ferro.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito.* – (FR) A tragédia que mergulhou a Bélgica no presente estado de luto ocorreu, sem dúvida, por motivos relacionados com as características específicas daquele país, como muitos dos nossos colegas flamengos salientaram hoje. Caberá à investigação determinar a medida em que essas características foram responsáveis pela tragédia.

Contudo, o acidente teve uma causa fundamental em particular: a liberalização do transporte ferroviário e a separação entre a gestão da rede e a gestão do próprio transporte. Por conseguinte, a rede, a sua qualidade e a sua segurança foram sacrificadas em nome do lucro dos operadores de transporte, que consideram demasiado elevadas as taxas que lhes são impostas, sendo ainda descuradas a substituição e a modernização dos comboios. Os horários a frequência dos serviços respondem actualmente à lógica do lucro e já não às necessidades dos utilizadores. Apesar de serem utilizadas regularmente, algumas linhas são colocadas fora de serviço porque deixam de ser suficientemente rentáveis. Outras mantêm-se activas quando o bom senso sugere que não deveriam estar. Os atrasos tornam-se sistemáticos, mesmo no caso dos serviços de TGV.

No vosso sistema liberal, os cidadãos que recorrem ao comboio não passaram a ser clientes muito estimados; continuam a ser utilizadores e contribuintes que podem ser tratados como gado. Como acontece em todas as actividades que os senhores liberalizaram, hoje pagamos cada vez mais por um serviço cada vez pior, para não dizer, infelizmente, perigoso.

Marian-Jean Marinescu (PPE), *por escrito.* – (RO) Face ao trágico acidente em Bruxelas, somos mais uma vez confrontados com a questão de os Estados-Membros ainda não terem harmonizado totalmente os seus sistemas de segurança ferroviária, apesar de a Directiva 2004/49/CE definir claramente normas comuns para indicadores de segurança e cumprir globalmente todos os requisitos de segurança, nomeadamente os que respeitam às infra-estruturas e à gestão do tráfego. O principal problema é, na verdade, uma questão estritamente financeira: a vida útil das infra-estruturas ferroviárias e do material circulante, incluindo os sistemas de sinalização, é extremamente longa. Nestas circunstâncias, seria desejável que os Estados-Membros fossem além desta questão financeira, apesar da crise, e considerassem a hipótese de acelerar a aplicação de sistemas interoperáveis, bem como de investir mais na infra-estrutura ferroviária e em sistemas de sinalização para a própria infra-estrutura e para o material circulante.

As economias permitidas pelo adiamento da renovação e modernização do material circulante e das infra-estruturas ferroviárias podem infelizmente, como neste caso, resultar em trágicos acidentes, que implicaram não apenas enormes prejuízos económicos e financeiros, mas também a perda de vidas humanas, o que é inaceitável. Gostaria de transmitir toda a minha solidariedade com as famílias afectadas neste momento difícil e espero que este tipo de tragédia não volte a acontecer.

(A sessão, suspensa às 11H25, é reiniciada às 11H30)

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS*Vice-Presidente***6. Aprovação da acta da sessão anterior***(A acta da sessão anterior é aprovada)*

Véronique De Keyser (S&D). – (FR) Senhor Presidente, não vou regressar ao lamentável incidente que teve lugar ontem nesta Assembleia, um incidente indigno deste Parlamento, em que o senhor deputado Van Rompuy foi insultado. O Presidente do Conselho Europeu é perfeitamente capaz de se defender, mas não tolerarei que alguém diga nesta Assembleia que o meu país não é um Estado. É uma nação fundadora da União Europeia que, muito em breve, assumirá a Presidência. Não entendo como nesta Câmara é possível descer a este nível e dizer coisas desse tipo, e exijo um pedido de desculpas, Senhor Presidente.

(Aplausos)

Gerard Batten (EFD). – (EN) Senhor Presidente, pedindo um ponto de ordem, gostaria de intervir ao abrigo da mesma regra que permitiu a declaração da senhora deputada, em que ela se referiu ao meu colega, senhor deputado Nigel Farage.

A isto chama-se política. Os senhores obrigaram os nossos países a aceitar o Tratado de Lisboa sem consultar a população, e quando o meu colega faz uma observação a esse respeito e as pessoas não gostam, queixam-se. A isto chama-se política. Era isso que tínhamos no nosso país antes de a União Europeia destruir a nossa democracia e, por esse motivo, os senhores devem habituar-se a ouvir a oposição neste local.

Presidente. – Senhor Deputado, a declaração anterior visava responder a uma afirmação proferida ontem no Parlamento. Era essa a regra em questão. Não se tratou de um ponto de ordem. Por conseguinte, o seu ponto de ordem foi inadequado.

7. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

*(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)***7.1. Projectos de investimento relativos às infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia (A7-0016/2010, Adina-Ioana Vălean)****7.2. Situação na Ucrânia (B7-0116/2010)**

- Antes da votação do n.º 4-A:

Cristian Dan Preda, em nome do Grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de apresentar a seguinte alteração: “solicita às autoridades ucranianas que enviem mais esforços para estender a mão às comunidades minoritárias do país, associando-as mais estreitamente à evolução política do país e respeitando o direito à educação das minorias na sua língua materna”.

O motivo é muito simples: temos de utilizar o contexto pós-eleitoral para assinalar que a política externa da União se baseia no respeito dos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias.

(O Parlamento aceita a alteração oral)

- Antes da votação do n.º 14:

Michael Gahler, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, se a minha alteração oral for aprovada, não precisaremos de uma votação por partes. Diz o seguinte:

(EN) “exorta a Comissão a alinhar estritamente o Programa Indicativo Nacional 2011-2013 com a Agenda da Associação”.

No texto original, na presente versão, afirma-se exactamente o contrário, o que é incorrecto.

(O Parlamento aceita a alteração oral)

- Antes da votação do n.º 15:

Michael Gahler, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, esta é apenas uma correcção factual. A nova redacção está correcta. No texto original, a referência está errada. Não tenho de a ler em voz alta, porque os senhores dispõem da versão escrita.

(O Parlamento aceita a alteração oral)

7.3. As prioridades do Parlamento para o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março de 2010) (B7-0119/2010)

- Antes da votação:

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, ontem, durante o debate da proposta de resolução que votaremos a seguir, exprimimos o nosso pesar pela morte de Orlando Zapata Tamayo, um construtor e prisioneiro político cubano de 42 anos, que faleceu após uma greve de fome e muitos anos de prisão arbitrária, injusta, desumana e cruel.

Nesta Assembleia, ontem, a Comissária Georgieva condenou enérgica e firmemente este acontecimento. Solicito-lhe, Senhor Presidente, que, em nome do Parlamento, envie as nossas condolências à família do senhor Zapata, que está a ser importunada no seu funeral.

Peço-lhe que comunique às autoridades cubanas a sua firme condenação desta morte perfeitamente evitável, que o presidente da Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação, Elizardo Sánchez, descreveu como um assassinato disfarçado de justiça. Espero, Senhor Presidente, que esta morte conduza a uma reflexão entre as pessoas que, de boa-fé ou por ingenuidade, pretendem alterar a posição comum do Conselho, uma posição honrada que pretende apenas associar qualquer evolução nas relações com a ilha aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, que, como vimos, continuam a ser violados.

(Aplausos)

- Após a votação da alteração 3:

Elmar Brok (PPE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, proponho uma alteração oral para uma votação por partes do n.º 10, relativa à seguinte passagem: “considera que não é adequado incluir este conceito no Protocolo sobre as normas complementares relativas ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a todas as formas de discriminação”. É necessário realizar uma votação por partes nesta secção central, pois não entendo porque combinamos estes aspectos e não deixamos claro que temos de combater a discriminação contra minorias religiosas com o mesmo vigor com que enfrentamos todos os outros tipos de discriminação. Não é aceitável que as medidas de combate à discriminação contra minorias religiosas sejam menos rigorosas. Devemos, portanto, ter a possibilidade de uma votação por partes.

(O Parlamento rejeita o pedido de votação por partes)

- Antes da votação do n.º 20:

Elmar Brok (PPE). – (DE) Senhor Presidente, também gostaria de pedir uma votação por partes no que respeita à supressão das palavras “nas posições da UE” da última frase. O texto passaria a ter a seguinte redacção: “solicita que as recomendações e as observações com estas relacionadas sejam incluídas nos diálogos da UE com ambas as partes, bem como em instâncias multilaterais”. As palavras “nas posições da UE” seriam suprimidas. Peço uma votação por partes neste caso.

(O Parlamento rejeita o pedido de votação por partes)

7.4. Pequim +15 – Plataforma de Acção da Nações Unidas para a Igualdade dos Géneros

7.5. Previsão de receitas e despesas para o orçamento rectificativo 1/2010 (Secção I, Parlamento Europeu) (A7-0017/2010, Vladimír Maňka)

7.6. Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas (A7-0014/2010, Maria do Céu Patrão Neves)

8. Comunicação de posições comuns do Conselho: Ver Acta

9. Declarações de voto

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações de voto orais.

Zoltán Balczó (NI). – (EN) Senhor Presidente, posso pedir uma pausa de dois minutos enquanto há pessoas a abandonar a Câmara? Ou uma pausa de um minuto?

Relatório: Adina-Ioana Vălean (A7-0016/2010)

Zoltán Balczó (NI). – (HU) O objectivo do regulamento é positivo: recolher informações dos Estados-Membros relativas a infra-estruturas energéticas, organizá-las e disponibilizá-las a nível comunitário aos actores económicos. Deste modo, o regulamento intervém – correctamente – no funcionamento do mercado. Contudo, o Parlamento aceitou uma iniciativa que se opõe diametralmente a esta acção e chega mesmo a encará-la como a meta política do regulamento. Passo a citar: “As medidas propostas ou adoptadas a nível da União deverão ser neutras e não deverão equivaler a intervenções no funcionamento do mercado”. A maioria dos deputados deste Parlamento não aprendeu nada com a crise financeira e económica global. Continua a defender dogmas neoliberais e, mesmo nesse domínio estratégico, confia na auto-regulação do mercado. Isto é inaceitável e, por conseguinte, votei contra a resolução.

Peter Jahr (PPE). – (DE) Senhor Presidente, possuir infra-estruturas operacionais na União Europeia constitui um factor decisivo para o crescimento adequado da prosperidade. Em conjunto com a segurança alimentar e com uma política externa e de segurança comum, a política energética desempenha um papel crucial. Este motivo, por si só, obriga a que o Parlamento Europeu não apenas participe nesta discussão, mas também beneficie do direito de co-decisão. Consequentemente, apelo à Comissão para que ponha fim a esta política de bloqueio e conceda ao Parlamento o direito de co-decisão.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, farei uma intervenção muito breve. A ideia, no seu conjunto, é bastante acertada. Saúdo particularmente a tónica colocada no aspecto ecológico. Já que falamos sobre este tema, sejamos coerentes. Foi precisamente nas questões relativas à ecologia e à protecção do ambiente, designadamente em argumentos significativos e factuais, que se baseou a oposição à ideia do gasoduto do Norte da Europa. Esses argumentos amplamente justificados, práticos e cientificamente comprovados foram postos de lado porque os motivos políticos triunfaram. Ao apoiarmos este projecto, devemos ter presente que não devemos ser hipócritas em política. No que respeita ao gasoduto do Norte da Europa, este princípio foi esquecido por numerosos Estados-Membros da União Europeia e por muitos dos grupos políticos.

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) No início de 2009, era evidente que a União Europeia e os Estados-Membros não conseguiriam ajudar-se mutuamente em caso de interrupções no abastecimento de electricidade ou gás. Verificou-se que as redes no ocidente e no oriente não estão interligadas, têm parâmetros diferentes e não são compatíveis.

Por conseguinte, será positivo que os Estados e os operadores das redes prestem Comissão Europeia informações essenciais sobre as suas capacidades de fornecimento de energia, para que a Comissão possa avaliar as limitações das redes e da política de segurança energética da UE e informar cada país sobre a capacidade de reserva dos seus sistemas energéticos. Nesta perspectiva, entendo que devemos apoiar a iniciativa do Conselho e da Comissão sobre o aprovisionamento e a recolha de informações no domínio da energia em benefício da União Europeia.

Proposta de resolução RC-B7-0116/2010

Viktor Uspaskich (ALDE). – (LT) Gostaria de realçar particularmente o meu apoio à Ucrânia por ter realizado eleições democráticas e proporcionado à população a oportunidade de expressar livremente a sua vontade. Conhecendo bem a Ucrânia, consigo perceber que não apenas o Governo, mas também a própria sociedade, seguem activamente o caminho para a democracia e para a criação de instituições democráticas. Espero igualmente que estas eleições aproximem ainda mais a Ucrânia da União Europeia e possam mesmo construir

uma ponte mais forte na cooperação UE-Rússia. Regozijo-me com o facto de mesmo um país pós-soviético poder eventualmente aderir em breve a um regime de isenção de vistos com a União Europeia.

Jarosław Kalinowski (PPE). – (PL) Senhor Presidente, a resolução sobre a situação na Ucrânia é equilibrada e apresenta uma visão objectiva da realidade. Resta apenas desejar que a Ucrânia consiga ultrapassar os seus problemas económicos e a divisão muito profunda na sociedade quanto ao futuro geopolítico do país.

Gostaria também de chamar a atenção para a decisão do Presidente cessante Yushchenko de conceder o título de “herói nacional da Ucrânia” a Stefan Bandera e para o decreto que reconhece duas organizações nacionalistas, a Organização dos Nacionalistas Ucrânios e o Exército Rebelde Ucrânio, como participantes na luta pela independência da Ucrânia. Stefan Bandera e estas duas organizações foram responsáveis por actos de limpeza étnica e atrocidades cometidas contra a população polaca na década de 1940 em parte do que é hoje a Ucrânia oriental. Os nacionalistas assassinaram 120 000 polacos. Embora desejando o melhor para a Ucrânia, espero, de facto, que a glorificação do nacionalismo radical e criminoso seja condenada.

Elżbieta Katarzyna Łukacijewska (PPE). – (PL) Senhor Presidente, fui, com todo o gosto, observadora durante a primeira volta das eleições presidenciais na Ucrânia. Tenho de dizer que a população ucraniana passou no exame. As eleições foram muito transparentes e democráticas, apesar de alterações de última hora efectuadas nos regulamentos eleitorais.

Hoje, a Ucrânia necessita de estabilidade política, administrativa e económica. Consequentemente, apesar de respeitarmos a escolha democrática da população ucraniana, devemos apoiar e acelerar as medidas que vão ajudar a Ucrânia a ultrapassar os problemas existentes. A União Europeia deve dar um sinal claro de que a porta está aberta para a adesão da Ucrânia à UE. Se a União Europeia estiver verdadeiramente interessada na Ucrânia, o primeiro passo nesse sentido será suprimir a obrigação de visto para os ucranianos. Espero que a adopção da resolução de hoje acelere o trabalho de cumprimento destas ideias. Foi por isso que votei a favor da resolução.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, tive o prazer de ser observador durante as eleições presidenciais na Ucrânia, na primeira e na segunda voltas, como tinha sido, aliás, há vários anos. Dizei que devemos tratar a Ucrânia como um parceiro e não interferir nas preferências do eleitorado ucraniano. Considero absolutamente desnecessária a declaração proferida ontem nesta Assembleia por um dos líderes do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, um liberal, que afirmou que o novo Presidente será favorável a Moscovo. O novo Presidente da Ucrânia, na sua primeira visita ao estrangeiro após a tomada de posse, virá a Bruxelas. Devemos avaliar os políticos ucranianos pelo que fazem e não por quaisquer declarações que possam ter feito. A Ucrânia deve ser nosso parceiro político, e nós devemos abrir-lhe caminho para aderir à União Europeia. Congratulo-me com a afirmação do novo Presidente de que vai anular o decreto que o senhor deputado Kalinowski mencionou, o escandaloso decreto que reconhece como herói nacional da Ucrânia um homem que tem nas suas mãos o sangue de muitos milhares de polacos.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, votei contra a proposta de resolução, em primeiro lugar, porque considero que se trata de uma tentativa de interferir nos assuntos internos da Ucrânia, porque o documento contém referências contraditórias. Desse ponto de vista, é inaceitável.

Em segundo lugar, porque entendo que a adesão à União Europeia só trará sofrimento à população ucraniana. Esta proposta de resolução em particular prepara o caminho para essa perspectiva e, naturalmente, haverá também reestruturações durante esse processo, como em muitos outros países.

Em terceiro lugar, um dos motivos fundamentais por que votei contra a proposta é a referência a Bandera. A proposta faz bem em referir este nome. Contudo, esta Assembleia e a União Europeia têm uma enorme responsabilidade nos locais onde existem fenómenos desta natureza, não apenas na Ucrânia, como também noutros países, nos Estados bálticos, como os senhores bem sabem, e a União Europeia e o Parlamento Europeu têm uma responsabilidade verdadeiramente importante pelo facto de se ter chegado ao ponto de reabilitar crimes de guerra.

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) Houve uma alteração da liderança política na Ucrânia, mas não se verificou qualquer mudança para a população da Ucrânia em geral. É uma população que pode estar empobrecida, mas que vive num país que é extremamente rico e tem um enorme potencial.

Nesta perspectiva, entendo que a União Europeia deve continuar a dialogar com a Ucrânia e a insistir num diálogo mais intenso e mais eficaz. A Ucrânia precisa realmente de ajuda da UE, e são sobretudo as pessoas comuns que dela necessitam, não os políticos, mas as pessoas da Ucrânia, e a cooperação entre este país e a

UE pode resultar numa parceria muito firme, bem como numa colaboração muito forte para impulsionar a economia. Gostaria que demonstrássemos mais iniciativa neste domínio.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, o comunismo soviético foi a ideologia mais mortífera criada pela nossa espécie. Em termos empíricos, assassinou mais pessoas do que qualquer outro sistema político, e essas mortes atingiram desproporcionadamente a Ucrânia.

Esta tragédia continua. O nome da Ucrânia, ao que julgo saber, significa “fronteira” ou “limite”, e aqui está um limite entre dois grandes blocos, com a divisão entre “eslavófilos” e “ocidentalistas” reflectida, naquele país, nas ambições rivais das potências vizinhas.

O que podemos fazer de mais útil para ajudar a Ucrânia? Podemos dispor-nos a abrir os nossos mercados. Os ucranianos são pessoas instruídas e trabalhadoras, que beneficiam de custos relativamente reduzidos e de exportações relativamente competitivas. Bastaria permitir-lhes total acesso a uma União Aduaneira Europeia para aumentar significativamente a sua qualidade de vida.

Ao invés, o que fazemos é onerá-los com mais burocracia, desenvolvendo capacidades, procurando atraí-los para as estruturas cooperativas da União Europeia. Eles não pedem isso! Não querem as nossas esmolas. Tudo o que pretendem é uma oportunidade para vender.

Relatório: Adina-Ioana Vălean (A7-0016/2010)

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, faz parte da natureza humana, quando acontece algo inesperado, tentarmos adaptar os factos à *Weltanschauung* que possuímos. Os psiquiatras têm uma expressão sofisticada para designar o fenómeno, ainda mais sofisticada do que *Weltanschauung*: chamam-lhe “dissonância cognitiva”. Assim, por exemplo, quando se vota “não” num referendo, a reacção desta Assembleia é dizer que as pessoas queriam mais Europa. Votaram “não” porque este projecto não seguiu um rumo suficientemente federalista.

O mesmo acontece com a actual crise económica. Estamos em crise porque ficámos sem dinheiro. Gastámos tudo, esgotámos os nossos erários públicos, esgotámos o nosso crédito, e agora o Parlamento avança e declara que temos de gastar mais. Precisamos de mais projectos europeus de infra-estruturas, precisamos de um orçamento mais elevado.

Senhor Presidente, trata-se de mais uma dose do medicamento que provocou originalmente a doença. Temos verificado, desde a década de 1970, a que conduz esse processo. Conduz a uma redução do PIB, ao desemprego e à estagnação e deixa esta parte do mundo cada vez mais atrasada em relação aos seus rivais.

Proposta de resolução RC-B7-0123/2010

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhor Presidente, apoiei a resolução e, como uma das relatoras deste documento, gostaria de referir alguns pontos relativos ao relatório Goldstone, o tema que abordámos na resolução.

O relatório Goldstone demonstrou mais uma vez que as investigações levadas a cabo pelas próprias partes em conflito raramente são imparciais e objectivas. O relatório é bastante explícito quando afirma que nenhuma das partes realizou investigações adequadas e eficazes sobre alegadas violações das leis da guerra por parte das suas forças.

Além disso, devemos saudar o facto de o relatório ter sido alterado recentemente, tornando-se menos controverso, adoptando uma linguagem menos hostil e sendo, portanto, mais aceitável.

O principal ensinamento que devemos retirar deste caso é a necessidade de desenvolvermos esforços para promover uma maior participação da União Europeia no processo, não só no tocante à investigação de alegados crimes, mas também de uma forma pró-activa e preventiva na qualidade de membro do Quarteto para o Médio Oriente.

Martin Kastler (PPE). – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, gostaria de dizer em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e, sobretudo, em nome do meu colega, senhor deputado Elmar Brok, que estamos chocados com o facto de esta Assembleia ter rejeitado hoje a alteração que introduziria os cristãos e outras minorias religiosas neste relatório. Considero verdadeiramente escandaloso que, apesar de fazermos constantemente afirmações relativas a questões de direitos humanos, não consideremos pertinente proteger partes da população que estão a ser perseguidas devido às suas convicções religiosas. É lamentável que não tenhamos aceite a alteração respeitante a um assunto de grande importância

para o futuro do mundo. Se não conseguimos proteger as minorias, seja por que motivo for, deixamos de ter o direito de afirmar que o Parlamento Europeu é a casa dos direitos humanos, dos direitos fundamentais e deste combate em todo o mundo. Votei contra esta proposta, porque as minorias religiosas não devem ser excluídas.

Sari Essayah (PPE). – (FI) Senhor Presidente, como acabou de referir o senhor deputado Kastler, o nosso grupo preferia, sem dúvida, ter votado separadamente este ponto relativo às minorias religiosas, mas, infelizmente, a maioria do Parlamento não concordou.

Temos de perceber que a defesa das minorias religiosas é, em todos os aspectos, tão importante como a defesa de outros grupos minoritários.

A UE deve intervir no trabalho da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, porque este órgão está totalmente paralisado, não é isento e já não goza da confiança universal.

O relatório Goldstone é apenas um exemplo de como o Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas foi tomado de assalto para servir os interesses de vários elementos anti-semitas. Actualmente, 21 dos 25 relatórios sobre países em concreto que o Conselho elaborou dizem respeito a Israel, como se Israel fosse o país mais opressivo do mundo em matéria de direitos humanos. A União Europeia tem de intervir no trabalho do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, desde o final da Guerra Fria, uma nova doutrina revolucionária impôs-se nos 200 Estados que constituem as Nações Unidas. Surgiu a ideia de que as leis não devem emergir das legislaturas nacionais, que estão de certa forma ligadas às suas populações, antes devem ser impostas por uma tecnocracia internacional de juristas que respondem apenas perante as suas consciências.

Estamos a inverter 300 anos de desenvolvimento democrático. Estamos a afastar-nos da ideia de que as pessoas que aprovam as leis têm de responder de alguma forma através do voto perante o resto das suas populações e estamos a cair na ideia pré-moderna de que os legisladores devem ser responsáveis apenas perante o seu Criador ou perante si mesmos.

Através destes instrumentos, de códigos relativos aos direitos humanos, estas burocracias internacionais têm a capacidade de intervir para lá das fronteiras dos Estados-Membros e impor as suas vontades em conflito com as das populações locais.

Permitam-me que termine com uma citação do Juiz Bork, nos Estados Unidos, cuja nomeação para o Supremo Tribunal foi revogada no mandato de Reagan, e que deu um nome a este método quando afirmou o seguinte: “O que desencadeámos foi um golpe de Estado: lento e requintado, mas ainda assim um golpe de Estado”.

B7-0118/2010

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, a questão da igualdade entre os géneros enfrenta mais um desafio na presente conjuntura. Os progressos alcançados nos últimos anos no domínio da igualdade pela União Europeia estão em risco de desaceleração, ou mesmo de recuo, em resultado da actual recessão.

Contudo, políticas eficazes em matéria de igualdade entre os géneros podem fazer parte da solução para sair desta crise, apoiar a recuperação e reforçar a economia. Consequentemente, o investimento em políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres tem de constituir a nossa ambição fundamental e deve ser firmemente apoiado por todos nós, ainda mais e com maior firmeza neste clima económico.

Relatório: Vladimír Maňka (A7-0017/2010)

Frank Vanhecke (NI). – (NL) Na minha opinião, o Parlamento deve envergonhar-se um pouco da alteração orçamental efectiva que acabou de adoptar neste relatório. Afinal, praticamente todos os países europeus sofrem uma enorme crise financeira e económica e grandes grupos de pessoas perdem os seus postos de trabalho, e o melhor que conseguimos é atribuir-nos substancialmente mais recursos, mais pessoal e mais despesas à custa do contribuinte. Além disso, todos sabem que estes recursos e funcionários adicionais se destinam, na verdade, a assegurar aos vários socialistas que perderam os seus mandatos nas recentes eleições a defesa dos seus interesses financeiros. Também no passado esta medida conduziu a aumentos significativos em subvenções, nomeadamente a partidos políticos europeus e a fundações políticas europeias. É chocante que, volta e meia, encontremos argumentos simpáticos para ir buscar ao cofre das receitas fiscais ainda mais dinheiro para esta instituição; isto é uma prática inaceitável neste período de crise.

Miguel Portas, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Gostaria de dizer que o orçamento rectificativo que acabámos de aprovar, no valor de 1 3 milhões e 400 mil euros, com efeitos apenas a partir de 1 de Maio, portanto um semestre, é muito pouco sensato.

Há uma parte dele, a que diz respeito ao reforço em meios humanos das comissões parlamentares e dos grupos parlamentares, no valor de 4 milhões e meio de euros, que pode ser sustentada porque, de facto, o Tratado de Lisboa coloca novas exigências legislativas a este Parlamento, mas aumentar em 8 milhões de euros os recursos dos deputados para contratação de assistentes que, no próximo ano, não serão 8, mas 16 é manifestamente excessivo, até porque também no próximo ano está previsto um novo aumento de 1 500 euros por mês para os deputados, o que perfaz não 16, mas 32 milhões de euros. No momento em que nós estamos, perante uma enorme situação de desemprego e de crise social em todos os nossos países, não é sustentável proceder a aumentos dos recursos dos deputados sem que, ao mesmo tempo, tenhamos a coragem de ir cortar nas despesas e ajudas de custo a que nós, enquanto deputados, temos direito e sendo que nem todas, longe disso, estão inteiramente justificadas.

Eu não consigo compreender como é que um eurodeputado, no dia em que viaja, pode receber 300 euros de ajudas de custo, mais o subsídio de distância e mais o subsídio de tempo, dotações que estão inteiramente isentas de impostos. Nós podemos cortar despesas indevidas e então discutir como é que podemos melhorar os nossos meios para a produção legislativa. Não fazer isto ao mesmo tempo é simplesmente andar a desrespeitar as dificuldades por que passam os nossos eleitores. Temos a obrigação de dar o exemplo, hoje demos um mau exemplo.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, é para mim um prazer concordar com o senhor deputado Portas e com o Grupo Comunista a este respeito. Em toda a Europa, da Irlanda à Letónia, os governos lutam para responder à crise financeira, à contracção do crédito, reduzindo os seus custos, mas nós, nesta Assembleia, exclusivamente nesta Assembleia, aumentamos drasticamente as nossas despesas em termos relativos e absolutos. Aumentamos os benefícios e os orçamentos disponíveis para os deputados e para o pessoal.

A justificação dada neste relatório é muito interessante, porque o motivo apresentado para explicar a necessidade destas despesas suplementares consiste nas responsabilidades adicionais criadas pelo Tratado de Lisboa. De certo modo, isso é verdade, mas, a meu ver, não no sentido pretendido pelos autores. O que vemos é que a burocracia se estende para servir as necessidades da própria burocracia. A função primordial do Tratado de Lisboa é proporcionar trabalho adicional e rendimentos suplementares às dezenas de milhares de pessoas que dependem agora directa ou indirectamente da União Europeia para sobreviverem. O único grupo de pessoas que não consultámos a este respeito foram os eleitorais, e eu gostaria muito de ver questões desta natureza colocadas perante os nossos eleitores para determinarmos se aprovam que votemos a favor de recursos adicionais para nós mesmos num período como este, quando todos eles apertam o cinto.

Relatório: Maria do Céu Patrão Neves (A7-0014/2010)

Viktor Uspaskich (ALDE). – (LT) Saúdo calorosamente a decisão adoptada relativamente a novas regras no sector das pescas. Os peixes, como outros animais, não podem ser restringidos a determinados territórios e, por esse motivo, avaliar se um país se preocupa mais do que outro originaria debates intermináveis.

Se tivermos em conta a investigação científica mais recente que nos prova que hoje muitas espécies estão à beira da extinção, a necessidade de uma decisão comum torna-se ainda mais evidente, não apenas à escala da UE, mas à escala global. Por conseguinte, este passo da União Europeia é bem-vindo como um bom exemplo para outros países terceiros.

Espero que esta decisão, que também é responsável pela análise conjunta, ajude as empresas que trabalham no sector das pescas e os países, independentemente da sua dimensão. Espero igualmente que esta decisão ajude a salvar espécies ameaçadas de extinção. Gostaria de manifestar o meu apoio incondicional.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, não foi de ânimo leve que hoje votei contra um relatório que contém muitos aspectos potencialmente positivos para o futuro da nossa pesca.

Todavia, não há dúvida de que, no sector das pescas da minha região, a política comum continua a provocar estragos.

O regime de preferência de Haia discrimina todos os anos pescadores da Irlanda do Norte, deduzindo quotas das suas autorizações. Onze anos de encerramentos temporários no mar da Irlanda reduziram a nossa frota de pesca do coregono de quarenta navios de arrastão para seis, e, no entanto, ainda falamos de sobrecapacidade.

Há ainda a questão de aplicar ao mar da Irlanda regras desenvolvidas para a pesca no mar do Norte: uma abordagem coerente ou comum que está desfasada da realidade no terreno. Pensemos apenas nos modelos de redes, que foram acordados por motivos louváveis, mas que a Europa impôs ao sector das pescas sem comunicar as implicações da mudança para o novo método.

Foi por isso que, apesar de incentivada por alguns aspectos do relatório, votei contra.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (LT) Votei a favor da resolução sobre o Livro Verde sobre as orientações para a reforma da política comum das pescas. Espero que, com a votação de hoje, o Parlamento Europeu tenha contribuído pelo menos um pouco para a conservação das unidades populacionais de peixes e para um ambiente marinho saudável, bem como para a reforma da política comum das pescas.

Como sabemos no Parlamento Europeu, 27% das espécies estão à beira da extinção e, a não ser que a pesca seja limitada, vão desaparecer. Sabemos também que seria possível aumentar as unidades populacionais em 86% se o peixe não fosse capturado de forma tão radical. Sabemos ainda que as unidades populacionais de 18% das espécies estão deterioradas e que os cientistas recomendam que deixemos de as pescar imediatamente.

Espero e desejo que a União Europeia tenha vontade política suficiente não apenas para elaborar a reforma, como também para a pôr em prática.

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, começaria por dizer que votei a favor do Livro Verde sobre a reforma da política das pescas, seguindo a orientação dada ao nosso grupo pelo relator-sombra, senhor deputado Carl Haglund.

Contudo, quero dizer que é muito importante dedicar mais atenção à pesca na União Europeia e ao estado das águas. Esse é um enorme desafio neste momento. Preocupa-me em particular que a situação de sobrepesca tenha escapado ao controlo na UE – equivalendo, na verdade, a um roubo – e que a quantidade seja mais importante do que a qualidade.

Devemos agora começar a pensar mais seriamente sobre a forma sustentável de consolidarmos as unidades populacionais a fim de tornar possível a pesca no futuro. Aqui, a tónica tem de ser colocada no salmão selvagem e em unidades populacionais de peixe selvagem. Precisamos de elaborar um programa especial para a recuperação do salmão selvagem.

Sou proveniente da Lapónia finlandesa. Precisamos de salmão nos nossos locais de desova e precisamos de um programa que assegure a manutenção e o aumento sustentável no futuro das unidades populacionais de salmão selvagem, em particular.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, há 11 anos que, nesta Assembleia, protesto contra os impactos negativos da política comum das pescas no meu país: ao abrigo do direito internacional, o Reino Unido tem 65% das unidades populacionais de peixes no mar do Norte abrangidas pela PCP, mas só nos foram atribuídas 25% em volume ou 15% em valor de acordo com o sistema de quotas.

Esse argumento torna-se académico porque o peixe, na verdade, desapareceu. Mesmo no período que passei nesta Assembleia, houve um declínio calamitoso do que deveria ter sido um recurso renovável. Noutros países que encontraram uma forma de incentivar a propriedade, de proporcionar aos pescadores um motivo para tratarem os mares como um meio renovável, foi possível manter os níveis de peixe: na Islândia, na Noruega, na Nova Zelândia, nas Ilhas Falkland. Contudo, na Europa, tivemos a tragédia dos “comuns”, em que declaramos que o peixe era um recurso comum, ao qual todos os navios tinham igual acesso.

Não se pode persuadir um capitão a ancorar o seu navio quando ele sabe que as águas são saqueadas por outros. Como referi, o argumento é agora, na verdade, académico. Tudo acabou. Os nossos navios estão presos a terra. Os nossos portos de pesca são estéreis. Os nossos oceanos estão vazios.

Declarações de voto escritas

Relatório: Adina-Ioana Vălean (A7-0016/2010)

Elena Oana Antonescu (PPE), por escrito. – (RO) Votei a favor deste relatório porque ele promove alguns aperfeiçoamentos no actual sistema que vão apoiar melhor a comunicação de informações sobre os projectos de investimento relacionados com as infra-estruturas energéticas da UE. A necessidade de melhorar o sistema de comunicação deriva da mudança na situação relativa à energia num período em que a interdependência

energética entre Estados aumentou e em que temos um mercado interno. Tornou-se necessário, portanto, dispor de instrumentos também a nível da UE, que nos ajudem a tomar decisões sobre o sector da energia.

Apoio a alteração da base jurídica proposta pela Comissão para que o regulamento se possa fundar no artigo 194.º do Tratado de Lisboa. O objectivo é reforçar o papel que as instituições da UE podem desempenhar na política energética, em especial no funcionamento do mercado da energia e na segurança dos recursos, na promoção de novas fontes de energia renováveis, bem como no apoio à interligação das redes.

Liam Aylward (ALDE), *por escrito*. – (GA) Votei a favor do relatório sobre o investimento nas infra-estruturas energéticas, que visa assegurar aprovisionamento energético e potencial competitivo e reforçar a luta contra as alterações climáticas. Este relatório obriga os governos da União Europeia a prestar informações à Comissão relativamente ao investimento em infra-estruturas energéticas, modernização ou produção eficiente de energia, que contribuirão para a eficiência, a cooperação e o planeamento energético na União Europeia. Combater as alterações climáticas, assegurar o aprovisionamento energético e utilizar fontes de energia renováveis: estas são questões muito importantes na União Europeia, e importa envidar esforços para incentivar e assegurar investimentos eficazes e orientados, sendo fundamental que estas três questões se mantenham no centro da política energética da União Europeia.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (EN) Apoiei este relatório. A União Europeia adquiriu novos poderes com base no Tratado de Lisboa e tem de velar por que esses poderes sejam utilizados de forma plena e eficaz. A competência da UE é reforçada no domínio da política energética, e a criação de um mercado comum da energia é uma tarefa prioritária para a Comissão Europeia. Contudo, a política energética da Europa não podem ser devidamente promovida sem informação adequada e clara sobre infra-estruturas energéticas existentes e planeadas e sobre projectos na União Europeia.

O novo regulamento é um acto legislativo muito importante na política da UE em matéria de energia, e eu espero sinceramente que possa funcionar na prática. Esta política europeia não pode ser eficazmente promovida sem informação adequada e clara sobre as infra-estruturas energéticas previstas na União Europeia.

Como sabemos, muitos Estados-Membros não cumpriram as suas obrigações de comunicação no âmbito do antigo regulamento, e isso não deve acontecer com o novo regulamento. A Comissão Europeia, enquanto guardião do Tratado da UE, tem de velar por que os Estados-Membros cumpram as disposições do regulamento e apresentem atempadamente todas as informações necessárias sobre a evolução prevista nas infra-estruturas energéticas.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito*. – (RO) Uma política energética coerente da UE não é viável se os 27 Estados-Membros não apresentarem comunicações rigorosas e completas sobre os investimentos de energia que foram realizados separadamente em cada um dos países. Contudo, é importante que o executivo da União Europeia tenha em mente a necessidade de proteger a confidencialidade das informações fornecidas pelos organismos nacionais, dado que se trata de informações delicadas de um mercado muito importante.

A segurança energética da Europa é uma questão relevante, mas a Comissão deve estar ciente de que as informações recebidas separadamente de cada Estado não podem ser divulgadas, em especial se forem de natureza puramente comercial. A comunicação dos projectos de investimento de dois em dois anos permitirá à Comissão Europeia preparar uma análise regular que irá definir o desenvolvimento posterior do sistema energético da UE. Deste modo, será possível intervir oportunamente quando surgirem falhas ou problemas.

É necessário encontrar um mecanismo para o cumprimento das obrigações de comunicação exigidas pela Comissão Europeia, tendo em conta que as disposições do regulamento anterior relativo às informações prestadas à Comissão sobre projectos de investimento em infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia não foram respeitadas por todos os Estados-Membros.

Antonio Cancian (PPE), *por escrito*. – (IT) Votamos hoje a favor deste regulamento, incentivados pela autoridade acrescida que o Tratado de Lisboa confere ao Parlamento no contexto da definição de políticas energéticas. É benéfico, decididamente, promover uma cooperação interinstitucional destinada a preparar o contributo da UE para o planeamento e para a aplicação de infra-estruturas energéticas de uma forma sistemática, racional e previdente: estou a pensar nas possíveis vantagens para a programação da rede RTE-E e para o lançamento de projectos-piloto para armazenagem de CO₂, que representam o futuro da energia. Contudo, as obrigações de informação impostas pelo regulamento podem levar a que a política interfira demasiado na economia e a concorrência seja comprometida, em resultado da disseminação de notícias sobre os projectos. É importante, pois, assegurar que os dados que sejam recolhidos e geridos salvaguardem a confidencialidade e as actividades das empresas. A análise dos dados ajudará certamente a promover a

melhor utilização possível dos investimentos. Todavia, a análise tem de ser acompanhada por medidas financeiras concretas destinadas a apoiar esses trabalhos e a proporcionar um incentivo ao investimento privado no sector. É necessário reforçar o Fundo Marguerite para a Energia, as Alterações Climáticas e as Infra-Estruturas. A iniciativa é válida e necessária, mas este fundo precisa de ser ampliado com recursos da UE que já estejam disponíveis no orçamento e associado a formas de financiamento garantidas pelo Banco Europeu de Investimento e/ou por outras instituições financeiras, a fim de poder ter uma participação adequada na equidade das parcerias público-privadas em curso.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – O Tratado de Lisboa atribuiu à União Europeia mais competência no domínio da política energética.

É fundamental que os Estados-Membros trabalhem em conjunto no sentido de garantir aos seus cidadãos uma política energética mais eficiente, mais segura e mais barata. É importante garantir a estabilidade necessária para reduzir o risco de outra crise relacionada com o gás entre a Ucrânia e a Rússia e, desta forma, proporcionar a segurança do abastecimento que os Estados-Membros da UE e os seus consumidores esperam.

A UE estabelece a área da Energia como uma das grandes prioridades da sua agenda. O pacote Energia e Clima pretende aumentar a competitividade da indústria da UE num mundo com cada vez mais restrições em termos de emissões de carbono.

A presente regulamentação sobre projectos de investimento relativos às infra-estruturas energéticas na União Europeia contribuirá para tornar o mercado mais transparente e mais previsível, apoiando as nossas empresas e criando um ambiente positivo para a competitividade.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Para que a Comissão Europeia possa cumprir eficazmente as suas funções no que respeita à política energética europeia, tem necessariamente de se manter bem informada sobre qualquer evolução no sector. Este foi um dos motivos por que decidi votar a favor deste relatório.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à comunicação à Comissão de projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 736/96 do Conselho, uma vez que permitirá que a Comissão acompanhe a situação destas infra-estruturas e antecipe potenciais problemas, designadamente de carácter ambiental. Importa, por isso, sublinhar a importância da avaliação de impacto ambiental dos projectos de infra-estruturas energéticas, de modo a que sua construção e o seu encerramento se possa fazer de forma sustentável.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Atenta a importância de uma política energética integrada, não apenas para combater as alterações climáticas e diminuir as emissões de CO₂, mas também para garantir eficiência e uma menor dependência energética da Europa, a comunicação e a transmissão de dados sobre investimentos e projectos de infra-estruturas energéticas é fundamental.

É importante, para a política energética europeia, que a Comissão tenha uma perspectiva actual da evolução dos investimentos energéticos dos Estados, de modo a poder desenvolver políticas integradas que promovam uma maior eficiência energética e investimento em tecnologias mais limpas, garantindo uma progressiva independência energética face a fornecedores externos e às energias fósseis.

Nesse sentido, apoio a presente proposta de regulamento, tendo em particular atenção a sua necessária aplicação, o que não aconteceu com o Regulamento anterior que se visa substituir.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Esta proposta de regulamento contribui para a concretização de uma política energética europeia que tem como objectivo a eficiência, a fiabilidade e a segurança. A eficiência energética constitui uma política prioritária da União Europeia face à necessidade de preservação e rentabilização de recursos e aos compromissos assumidos no contexto do combate às alterações climáticas.

Recordo que, antes de se avançar para novos projectos, deve ter-se em conta o objectivo da UE de atingir a meta de 20% para a eficiência energética. Assim, os projectos de investimento em infra-estruturas energéticas deverão ser compatíveis com o objectivo de atingir, no horizonte de 2020, o nível mínimo de 20% para a energia proveniente de fontes renováveis sustentáveis. A política energética que se preconiza deve assegurar uma baixa produção de carbono e ter como princípios a solidariedade e a sustentabilidade. A fiabilidade do sistema é importante, pois o funcionamento deve ser ininterrupto, devendo-se ter em atenção a deterioração a que se assiste, dentro e fora da União, do sector energético no que diz respeito ao aprovisionamento.

Chama-se ainda a atenção para o investimento crucial em infra-estruturas que evitem problemas de segurança relativos ao aprovisionamento energético.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – A relatora considera que esta é realmente uma peça importante na política energética da UE, partindo do princípio que, sem informação adequada sobre as nossas infra-estruturas energéticas, não é possível promover efectivamente uma "política energética europeia a nível da UE". Mas, além da nossa discordância de fundo relativamente à política energética europeia, há também a base legal em que se situa este relatório, ou seja, no quadro do mercado interno.

Todavia, há aspectos positivos que também aqui são considerados, designadamente quando refere que é essencial que a confidencialidade das informações seja garantida e que as propostas delas resultantes sejam neutras e não sejam equivalentes a uma intervenção no mercado a nível político. Além disso, o cumprimento das obrigações de comunicar informações deverá ser fácil, de modo a evitar qualquer inútil sobrecarga administrativa para as empresas e a administração dos Estados-Membros ou da Comissão.

Daí a nossa votação final de abstenção.

Françoise Grossetête (PPE), por escrito. – (FR) Votei a favor do relatório Vălean sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à comunicação à Comissão de projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia.

De facto, é crucial dispor de uma panorâmica suficientemente pormenorizada a fim de encontrar um melhor equilíbrio entre a oferta e a procura de energia a nível europeu e de tomar decisões relativas aos investimentos mais sensatos em termos de infra-estruturas. Este facto possibilitará igualmente aumentar a transparência nos mercados (protegendo, em simultâneo, os dados das empresas) e evitar os fenómenos de dependência energética face a uma determinada fonte ou origem de aprovisionamento.

Ian Hudghton (Verts/ALE), por escrito. – (EN) Apesar da desilusão de Copenhaga, a UE não pode permitir que a ausência de consenso internacional desacelere os nossos esforços para realizar uma política de energia sustentável. O Governo Regional escocês continua a ser pioneiro no domínio da energia de fontes renováveis e a UE também tem um papel a desempenhar na evolução da agenda. A promoção eficaz da nossa política energética exige informação adequada sobre infra-estruturas, e eu votei hoje em conformidade com esta ideia.

Alan Kelly (S&D), por escrito. – (EN) A necessidade de uma recolha completa de dados referentes ao investimento em infra-estruturas energéticas na UE é evidente – será necessário identificar as principais tendências existentes no sector a fim de permitir um planeamento adequado do futuro e de detectar potenciais dificuldades. As infra-estruturas energéticas constituirão o fundamento do nosso futuro crescimento energético. Assim, sempre que a Europa possa actuar em conjunto nesta matéria, deve ser incentivada.

Erminia Mazzoni (PPE), por escrito. – (IT) A proposta demonstra os efeitos da situação de emergência no aprovisionamento de gás ocorrida em Janeiro de 2009, quando a Comissão percebeu que as infra-estruturas energéticas não eram adequadas à sua função. O objectivo da Comissão Europeia, que o Parlamento apoia inteiramente, consistia em possuir um quadro constantemente actualizado do sistema de infra-estruturas energéticas. Hoje, existe uma grande incerteza quanto à concretização dos projectos de investimento, agravada pela crise financeira e económica. Entendo que é necessária intervenção e que a falta de dados e informações consistentes sobre projectos de investimento deve ser solucionada. Sem estes dados, é impossível analisar a evolução prevista das infra-estruturas da União e introduzir um acompanhamento satisfatório no quadro de uma abordagem transsectorial. Além disso, o Regulamento (CE) n.º 736/96, que a proposta em questão revoga, já não se aplica coerentemente e é incompatível com a evolução recente no sector da energia. Assim, com esta proposta, reforçamos o sistema em vigor, melhorando significativamente a comparabilidade das informações, reduzindo, ao mesmo tempo, as formalidades administrativas conexas. Finalmente, gostaria de salientar o facto de ter votado contra a alteração 81 (segundo a qual toda a cadeia da energia nuclear seria incluída nas infra-estruturas abrangidas pelo regulamento), dado que já existem disposições que regulamentam estas matérias no Tratado Euratom.

Nuno Melo (PPE), por escrito. – A política energética da UE é muito relevante para que, num futuro próximo, se consigam utilizar maioritariamente energias renováveis. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, as decisões sobre matérias relacionadas com a política energética são tomadas em co-decisão, pelo que é necessário reajustar os regulamentos com base na nova realidade jurídica da UE. Assim, e para que todos os Estados-Membros possam comunicar de forma adequada e útil a evolução prevista nas infra-estruturas energéticas, é necessária a aplicação de um novo regulamento que o torne mais fácil e ágil.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) O plano, no seu conjunto, pode até assentar numa boa ideia – nomeadamente a capacidade de reagir a estrangulamentos do abastecimento – mas os Estados-Membros já não cumpriam as suas obrigações de comunicação ao abrigo do anterior regulamento. A proposta que nos é apresentada não parece ser capaz de efectuar alterações significativas a este respeito. Ainda assim, a sua forma actual não permite excluir intervenções no mercado nem custos administrativos excessivos para as empresas. Por estes motivos, e para não incentivar burocracia, votei contra o relatório.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) O objectivo desta proposta de resolução é assegurar que os Estados-Membros apresentem informações rigorosas sobre os seus projectos no domínio das infra-estruturas energéticas. Sempre que um projecto no sector da energia for iniciado ou suspenso, é necessário comunicar o facto à Comissão para que esta tenha a capacidade de elaborar propostas de projectos, novas ou alteradas, adquirindo dessa forma uma influência significativa sobre a diversidade energética de cada Estado-Membro. Esta medida representa mais um passo para a centralização. Votei, pois, contra esta proposta de resolução.

Rovana Plumb (S&D), *por escrito*. – (RO) A finalidade desta proposta de regulamento é que sejam regularmente enviadas à Comissão informações rigorosas sobre projectos de investimento da UE em infra-estruturas energéticas a fim de lhe permitir cumprir as suas obrigações, em especial as que dizem respeito ao seu contributo para a política energética europeia.

O regulamento revogado é considerado ultrapassado, pois não reflecte as mudanças importantes, ocorridas desde 1996, no sector da energia (questões relativas ao alargamento da UE e à segurança do aprovisionamento, energia de fontes renováveis, política em matéria de alterações climáticas e o novo papel da UE no domínio da energia no âmbito do Tratado de Lisboa). Votei a favor deste relatório porque a legislação europeia tem de ser actualizada em todos os domínios, e em especial no sector da energia.

Teresa Riera Madurell (S&D), *por escrito*. – (ES) Este regulamento é muito importante porque visa permitir que a Comissão seja informada com rigor e com regularidade sobre projectos de investimento em infra-estruturas de energia, a nível nacional e transfronteiras, a fim de que a União possa assegurar o correcto funcionamento do mercado interno e todos os Estados-Membros tenham um aprovisionamento energético seguro. O documento pretende actualizar o regulamento de 1996 relativo aos compromissos da União em matéria de aprovisionamento, alterações climáticas e energias renováveis após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Este relatório assume um interesse especial porque reforça o papel do regulamento como sistema de alerta rápido para insuficiências nas interligações. A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia do Parlamento realçou sempre a necessidade de se concretizar uma interligação de 10% entre os Estados-Membros, como estipulou o Conselho Europeu, e qualquer disposição que evidencie as deficiências neste contexto é muito positiva. Votei, portanto, a favor deste relatório.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor da resolução final sobretudo porque, durante a votação, conseguimos aplicar a co-decisão: trata-se de uma enorme vitória, dado que, pela primeira vez, dispomos agora da base jurídica do TFUE (Tratado de Lisboa) no âmbito da energia para obtermos a co-decisão contra a vontade da Comissão. Noutra conquista ainda mais histórica, conseguimos descartar o Tratado Euratom como base jurídica apesar de este regulamento incluir também a transparência em investimentos no sector nuclear. Este facto foi confirmado pela votação favorável da alteração 30, que inclui os biocombustíveis nucleares como fontes de energia primárias no âmbito de aplicação do regulamento. Não há dúvida de que teremos agora de lutar para manter esta vitória nas próximas negociações tripartidas com o Conselho e a Comissão; os Estados-Membros terão de indicar, pelo menos cinco anos antes do início construção, a quantidade e os tipos de investimentos em projectos de infra-estruturas. Este é um passo realmente acertado para promover melhores cenários futuros no domínio da energia, uma vez que a Comissão terá uma ideia mais completa da evolução do mercado da energia; a produção de energia de fontes renováveis, incluindo a produção descentralizada, terá de ser devidamente ponderada; todas as menções a “baixa produção de carbono”, o cavalo de Tróia favorável à energia nuclear, foram suprimidas.

Pela negativa, procurámos, sem sucesso, através das nossas alterações em plenário, promover uma melhor transparência, nomeadamente na secção dos investimentos que serão pagos com dinheiro dos contribuintes e da consulta pública, apesar de termos conseguido uma redacção mais clara no que toca à consulta e à disponibilidade dos documentos.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Votei contra o relatório da senhora deputada Vălean porque apela à liberalização do sector da energia e uma política energética europeia liberal, quando todos conhecemos as consequências trágicas que isso teria para os trabalhadores do sector e para um número crescente dos nossos cidadãos, que poderiam mesmo ser alvo de cortes de electricidade.

Este relatório consagra o primado do mercado e da neutralidade das intervenções públicas e dá prioridade aos “operadores económicos”. Sabemos bem que interesses se pretende servir. Quando uma alteração apela à garantia de que os investimentos prioritários sejam efectuados apenas no interesse do mercado da energia, há razão para temermos pela manutenção das infra-estruturas existentes.

Não é suficiente acrescentar simplesmente a palavra “solidariedade” através de uma alteração para tornar esta política energética europeia aceitável quando, além do mais, a mesma alteração proíbe a UE de intervir no funcionamento do mercado. Este facto atribui um significado totalmente diferente às palavras “concorrência leal”.

Em geral, o objectivo não deve consistir em tentar responder a uma procura sempre crescente de energia. Ao invés, o financiamento complementar para novos investimentos em infra-estruturas deve ser utilizado para melhorar a eficiência energética.

Apesar da actual crise económica, os dogmas neoliberais continuam a estar na base de muitas políticas da UE.

Proposta de resolução RC-B7-0116/2010

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (LT) Apoio esta resolução e subscrevo inteiramente as observações nela incluídas. Regozijo-me com o facto de as eleições presidenciais realizadas terem reflectido os progressos consideráveis alcançados pela Ucrânia e terem corrido melhor do que as eleições anteriores, em particular do ponto de vista do respeito dos direitos dos cidadãos e dos direitos políticos, incluindo a liberdade de reunião, associação e expressão. O cumprimento das normas internacionais demonstra que a Ucrânia segue o caminho de uma democracia madura e de cooperação mais estreita com a UE, baseada no respeito mútuo pelos valores fundamentais da União Europeia. Devemos incentivar a Ucrânia a participar activamente na Parceria Oriental e apoiar os seus esforços para assegurar mais democracia e respeito do Estado de direito, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, bem como o compromisso de salvaguardar a economia de mercado, o desenvolvimento sustentável e a boa governação.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) Sou uma das pessoas que prepararam esta resolução e, consequentemente, votei a favor dos objectivos previstos no documento. Após as eleições presidenciais, a Ucrânia tem de se aproximar da União Europeia. Regozijo-me com o facto de a Ucrânia adoptar resolutamente o caminho da democracia e perceber que tem um espaço legítimo na comunidade de países europeus democráticos. A porta da Europa deve estar aberta para a Ucrânia.

Eleições transparentes constituem um passo importante para reforçar os princípios do Estado democrático. Embora os observadores tenham anunciado que as eleições presidenciais ucranianas cumpriram requisitos de elevada qualidade e princípios democráticos, as instituições governamentais da Ucrânia devem adoptar regras eleitorais claras. A liberdade de expressão e o pluralismo dos meios de comunicação social na Ucrânia têm de ser direitos de todos os cidadãos e candidatos a eleições.

É muito importante que a Ucrânia participe na Parceria Oriental e na Assembleia Parlamentar Euronest, em colaboração com o Parlamento Europeu. A Ucrânia é hoje um país europeu, com direito a tomar decisões na Europa. A União Europeia tem de cooperar intensamente com a Ucrânia a fim de reforçar o processo democrático e integrar o país na União.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito*. – (RO) O recém-eleito Presidente da Ucrânia envia um sinal importante ao escolher Bruxelas como destino da sua primeira visita ao estrangeiro. A Ucrânia é um Estado com aspirações europeias, e o facto de o Presidente Yanukovich vir à capital da UE para se encontrar com membros destacados da Comissão sublinha que Kiev se volta para a Europa.

O novo Presidente ucraniano enfrenta grandes desafios num período em que o Fundo Monetário Internacional suspendeu o acordo de *stand-by* assinado com Kiev, devido a numerosos compromissos não cumpridos ou violados. É importante que o Presidente Viktor Yanukovich não esqueça as promessas que fez no dia em que assumiu o seu cargo. A Ucrânia necessita, como recordou o novo líder em Kiev, de estabilidade interna, bem como de combater a corrupção e consolidar a economia partindo de fundamentos sólidos. A Ucrânia precisa de reconquistar a confiança do sector empresarial e da comunidade internacional para poder ultrapassar com sucesso a recessão económica, agravada por um clima político instável.

A conclusão da campanha eleitoral e a tomada de posse do Presidente Yanukovich devem assinalar o final de práticas populistas como o aumento artificial do rendimento da população numa base economicamente insustentável. O discurso inaugural do Presidente Yanukovich dá esperança à comunidade internacional de

que a situação pode voltar ao normal na Ucrânia. Importa, no período que se segue, que estas palavras sejam também transformadas em acções.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Absteve-me porque considero que as relações entre a União Europeia e outros países devem pautar-se por igualdade, relações comerciais e económicas mutuamente benéficas, ausência de interferência nas políticas de desenvolvimento interno e processos democráticos de cada país e, naturalmente, respeito pela vontade da população. Construir uma Europa pacífica pressupõe, além de tudo o resto, a capacidade de cada país para determinar as suas relações internacionais sem imposições nem pressão. Uma vez que a segurança energética é um factor crucial para os Estados-Membros da União Europeia, o papel da Ucrânia é importante, e é por isso que o país deve ser incentivado a abordar os seus problemas energéticos melhorando as relações com a Rússia através de acordos bilaterais. Isso seria benéfico para ambas as partes e asseguraria um fluxo ininterrupto de gás natural para a Europa.

Robert Dušek (S&D), *por escrito*. – (CS) Saúdo a resolução de compromisso elaborada sobre a Ucrânia, que não apenas trata a questão do nível democrático das últimas eleições, como também apresenta soluções para o problema do trânsito dos fornecimentos de petróleo e de gás natural e insta a Ucrânia a adoptar o Tratado da Comunidade da Energia e legislação em matéria de energia conforme à Directiva 2003/55/CE. Concorde que uma abordagem activa e positiva da UE por parte da Ucrânia não é o único critério de avaliação. A Ucrânia deve assumir como prioridade ter boas relações com os países vizinhos, com os países da Parceria Oriental e com a Euronest. Apoio as propostas e também as outras disposições no conjunto desta resolução de compromisso e votarei a favor da sua adopção.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de Resolução Comum que destaca a importância de reforçar a cooperação entre a UE e a Ucrânia. A estabilização política e económica daquele país e o reforço da cooperação entre a Ucrânia e a UE no domínio energético são condições essenciais para o reconhecimento das aspirações europeias da Ucrânia. A estabilidade da UE também depende da estabilidade dos seus vizinhos.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Recordo a esperança trazida pela revolução laranja e o corte com o passado de influência soviética que esta acarretou para o povo ucraniano. Lembro-me das promessas de sucesso, de progresso, de democracia e de cooperação que então se fizeram, interna e externamente, aos ucranianos. A União Europeia surgiu, nessa altura, como o destino provável de um povo que assumia claramente uma viragem para o Ocidente.

Passada a euforia, parece ser hoje claro que os protagonistas da revolução laranja falharam o desafio, sendo igualmente evidente a desilusão popular com a condução dos destinos do país.

A eleição do candidato derrotado por Yushchenko, em Dezembro de 2004, demonstra quer uma importante cisão no país, quer uma inflexão no sentir popular, agora mais favorável à influência russa.

Parece-me importante que a União Europeia saiba manter a capacidade de atracção da Ucrânia para a sua esfera e que, para o efeito, use os diversos meios de que dispõe. Faço votos de que a Ucrânia persista e persevere no sentido da democratização interna e que, no respeito pelo seu passado e pela sua História, empreenda uma viagem de convergência com a UE, que termine na sua adesão como membro de pleno direito.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Após a desagregação do Bloco de Leste e da União das Repúblicas Soviéticas, o povo e as instituições ucranianas têm-se empenhado fortemente na democratização do país e na construção de uma sociedade moderna através do desenvolvimento de um sistema social, económico e político que permita reforçar a condição de um Estado de direito e o respeito dos direitos humanos, apesar das dificuldades normalmente inerentes a um Estado em fase de regeneração da sua organização estrutural e identidade política.

Enquanto espaço de referência e promoção para a pacificação e o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos, a União Europeia tem o dever de assumir um papel decisivo na evolução do regime democrático da Ucrânia, designadamente através do reforço de mecanismos de integração europeia. Isso permitirá também ajudar à pacificação dos conflitos regionais no interior do país, de grande importância geoestratégica para a UE, atendendo às relações com a Rússia e a Ásia Central, sobretudo ao nível energético. Neste processo, relevo ainda o contributo desta proposta de resolução para a integração da forte comunidade imigrante ucraniana na UE, assim como a valorização do papel dos jovens e da educação no progresso social, económico e cultural da Ucrânia.

Cătălin Sorin Ivan (S&D), *por escrito*. – (RO) Com base na votação de hoje relativa à resolução sobre a situação na Ucrânia, saudámos não apenas as eleições presidenciais realizadas em conformidade com princípios democráticos, mas também a tomada de posse do novo Presidente, com quem esperamos concretizar uma política de abertura e cooperação relativamente à UE. Salientámos a importância de celebrar acordos adicionais no sector da energia, garantindo assim a segurança do aprovisionamento energético. Saudámos também com esta votação a necessidade de continuar discussões com vista a criar um sistema favorável para a concessão de vistos. A Ucrânia foi convidada, através da mensagem transmitida hoje, a continuar a trabalhar connosco para se empenhar decididamente no progresso pelo caminho da democracia. Voltámos a confirmar com esta votação o que afirmámos noutras ocasiões, a saber, que temos de demonstrar uma abordagem aberta através do diálogo e de compromissos firmes a fim de proporcionar à Ucrânia o incentivo necessário para favorecer um desenvolvimento pro-europeu. Todavia, a Ucrânia deve demonstrar que é um parceiro de confiança para nós.

Tunne Kelam (PPE), *por escrito*. – (EN) Apoiei a alteração 2, apresentada em nome do Grupo ECR, à proposta de resolução comum sobre a situação na Ucrânia, que exprime o receio de que o projecto do gasoduto Nord Stream prejudique o princípio da solidariedade em matéria de segurança energética da UE e seja construído de modo a contornar a Ucrânia. Embora este ponto não seja directamente relevante para a actual situação na Ucrânia, partilho inteiramente a opinião de que o projecto Nord Stream foi concebido primordialmente pelo Governo russo como um projecto político destinado a dividir a Europa e a isolar não só a Europa, mas também alguns novos Estados-Membros. Esta alteração recorda que o debate sobre o gasoduto Nord Stream ainda não terminou, antes deve continuar. A UE, que se encaminha para um mercado comum da energia com a aplicação de um princípio de solidariedade em matéria energética, não pode basear-se apenas numa relação a longo prazo com um monopólio público politicamente orientado que já falhou em termos económicos e desafia os princípios fundamentais da UE de concorrência aberta, transparência e separação entre produção, transporte e distribuição.

Iosif Matula (PPE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor da proposta de resolução apresentada pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) porque entendo que a UE deve ajudar a Ucrânia a introduzir reformas democráticas e valores europeus e a salvaguardar os direitos humanos e os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais.

O novo Presidente ucraniano venceu as eleições com base num programa que assegura os direitos das minorias, e a UE tem de apoiar a execução efectiva e a longo prazo deste programa. Para esse efeito, é necessário adoptar e fazer respeitar a lei destinada a aplicar a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. Importa revogar medidas anteriores que limitaram drasticamente a capacidade das escolas para ensinar nas línguas maternas das minorias. A representação das minorias em instituições locais, distritais, regionais e centrais tem de ser melhorada. É fundamental assegurar o respeito de todos os direitos das minorias em conformidade com as normas europeias, incluindo as minorias russa, polaca, tártara, búlgara, grega, romena, húngara, judia e romanichel. Nenhuma minoria pode ser desvalorizada.

Quero chamar a atenção para a necessidade de conservar e restaurar o património cultural e histórico da região de Chernivtsi, que faz parte de um legado cultural judeu, germano-austriaco, polaco, romeno, russo e ucraniano. Entendo que a conservação deste valioso património europeu multicultural e multirreligioso, incluindo cemitérios, monumentos, edifícios e igrejas na Bukovina do Norte, tem de ser um objectivo prioritário da cooperação entre a UE e a Ucrânia.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – As recentes eleições que decorreram na Ucrânia e, tendo em conta as declarações da Missão de Observação Eleitoral OSCE/ODHIR, que considerou que as normas internacionais foram, em grande parte, cumpridas, são um sinal de que este país continua a evoluir positivamente no sentido de uma futura integração no espaço da UE. É, no entanto, importante que os políticos e as autoridades ucranianas se empenhem para que a estabilização política e económica seja uma realidade a breve trecho. Para isso, é necessário que se implementem as necessárias reformas constitucionais, de consolidação do Estado de direito, de estabelecimento de uma economia de mercado social e de renovados esforços no combate à corrupção e à melhoria do clima empresarial e de investimento.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução sobre o estado da Ucrânia aborda a actual conjuntura daquele país e a situação à volta das eleições presidenciais de forma extremamente positiva. O documento recorda aos políticos e organismos governamentais da Ucrânia a necessidade de estabilização política e económica, que pode ser alcançada, em particular, através da reforma constitucional, de uma consolidação do Estado de direito, da criação de uma economia social de mercado, de esforços renovados para combater a corrupção e da melhoria do clima económico e de investimento. Contudo, do meu ponto

de vista, as considerações relativas à sua rápida inclusão na zona de comércio livre, por outras palavras, o mercado interno da eu, vão longe demais. A Ucrânia tem de consolidar e reforçar paulatinamente a sua economia e chegar a um acordo sobre as suas necessidades. Apesar da orientação europeia da Ucrânia, não podemos esquecer nem menosprezar as raízes profundas daquele país na esfera de influência da Rússia e devemos ter esse facto em consideração. Pelos motivos que enunciei, absteve-me de votar a proposta de resolução.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) O texto contém algumas declarações positivas, como a condenação do regime comunista. Por outro lado, considero que uma ampla facilitação das concessões de vistos e uma rápida inclusão da Ucrânia no mercado comum não são medidas sensatas. Foi por esse motivo que me absteve da votação.

Kristiina Ojula (ALDE), *por escrito*. – (ET) Senhor Presidente, apoiei a resolução do Parlamento Europeu sobre a situação na Ucrânia. Entre outros aspectos, penso que devemos encarar com grande seriedade a decisão do Presidente indigitado Yanukovich de vir a Bruxelas na sua primeira vista ao estrangeiro. Este é um sinal claro de que a Ucrânia prossegue a sua integração na União Europeia. Considero importante que a União Europeia demonstre apoio à Ucrânia na presente situação, celebrando um acordo de associação e também assegurando liberdade em matéria de vistos, desde que a Ucrânia cumpra os seus objectivos. As portas da Europa têm de continuar abertas para a Ucrânia.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) Saúdo o facto de as eleições presidenciais na Ucrânia terem decorrido em conformidade com as normas democráticas. No início de 2010, a democracia ucraniana mostrou estar viva. A elevada participação eleitoral é particularmente digna de nota. Hoje, o resultado das próprias eleições ucranianas não motiva reservas que possam resultar na sua contestação judicial.

Contudo, a União Europeia não pode limitar-se a manifestações de aprovação pela forma como as eleições foram organizadas. É essencial proporcionar à Ucrânia uma perspectiva europeia em várias etapas. A primeira deve ser a inclusão na Parceria Oriental, e a última deve ser a adesão à União Europeia. A União Europeia tem de manter uma política de portas abertas relativamente à Ucrânia. O nível de integração com diferentes comunidades é uma questão que cabe à Ucrânia decidir – este processo deve depender de uma decisão soberana da sociedade ucraniana.

Uma melhoria das relações entre a Ucrânia e a Rússia reveste-se de interesse vital para a União Europeia. As consequências das relações bilaterais entre estes dois países também dizem respeito aos Estados-Membros da UE. Saúdo o anúncio de uma evolução nestas relações.

Justas Vincas Paleckis (S&D), *por escrito*. – (LT) As eleições presidenciais na Ucrânia cumpriram as normas eleitorais internacionais. O país deu um passo no sentido da democracia europeia. Trata-se de uma prova de que a Ucrânia sente, cada vez mais, que pertence à comunidade de Estados europeus democráticos.

Esperemos que o novo Presidente ucraniano seja um parceiro fiável com quem possamos cooperar a fim de reforçar a estabilidade e o desenvolvimento económico na Europa Oriental a par de outros Estados vizinhos. Uma das medidas práticas mais importantes nas relações da UE com a Ucrânia é a simplificação do regime de vistos, cujo objectivo final é a supressão da obrigação de visto para cidadãos da Ucrânia que viajem para a UE.

Votei a favor desta resolução porque contempla as alterações positivas num Estado vizinho tão importante para a UE, apesar de haver ainda muitas complicações e tensões entre várias instituições governamentais neste país.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE), *por escrito*. – (PL) Durante esta sessão plenária, votámos a favor da resolução do Parlamento Europeu sobre a situação na Ucrânia. Apoiei a resolução, porque constitui uma declaração importante da nossa instituição, que demonstra o facto de acompanharmos atentamente o desenvolvimento da democracia na Ucrânia. A resolução apresenta uma avaliação globalmente positiva do rumo das eleições presidenciais e apela a esforços para assegurar a estabilidade política e económica do país. Um ponto decisivo é a necessidade de reforçar a cooperação entre a Ucrânia e a UE, em especial no domínio da energia. Do meu ponto de vista, houve duas alterações controversas. A primeira dizia respeito às línguas minoritárias. Votei contra esta alteração, porque aumentava a possibilidade de utilizar o russo em vez do ucraniano. A segunda alteração era a que dizia respeito ao gasoduto Nord Stream. Neste caso, votei a favor da alteração, porque pretendia manifestar a minha discordância com a construção desta infra-estrutura.

Proposta de resolução RC-B7-0123/2010

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) A União Europeia empenhou-se na criação do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas (UNHRC) e comprometeu-se, a par dos Estados-Membros, a assumir um papel activo e influente no apoio a um organismo eficaz que enfrente os desafios que actualmente se colocam aos direitos humanos. A nova estrutura institucional criada após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa proporciona a oportunidade de melhorar a coerência, o perfil e a credibilidade das acções da UE no contexto do UNHRC. Por isso é tão importante para a UE adoptar uma posição comum e consolidada durante a 13.ª sessão do UNHRC no que respeita a todos os assuntos que serão discutidos. A UE tem de exercer uma influência efectiva no quadro do sistema alargado da ONU e continuar empenhada em encontrar uma posição comum, bem como em aumentar a flexibilidade em questões menos importantes, a fim de poder responder de forma mais rápida e eficaz em negociações sobre temas fundamentais. Acima de tudo, deve empenhar-se activamente na criação de mecanismos dedicados do UNHRC para responder rápida e eficazmente a crises em matéria de direitos humanos no Irão, Afeganistão, Iraque e Iémen.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (EN) Os direitos humanos ainda são violados em muitos países, e é lamentável que violações graves por vezes não sejam tratadas pronta e adequadamente pela comunidade internacional. Falta-nos uma abordagem coordenada no palco internacional. O papel da UE como actor global reforçou-se nas últimas décadas, e o recente Serviço Europeu para a Acção Externa, criado ao abrigo do Tratado de Lisboa, pode ser determinante para ajudar a União a actuar mais eficazmente para fazer face aos desafios globais e abordar violações dos direitos humanos de uma forma mais coerente, consistente e eficiente. A UE dispõe agora de uma excelente oportunidade para reforçar o seu papel no Conselho dos Direitos do Homem da ONU e deve aproveitá-la plenamente para aumentar a visibilidade e a credibilidade das acções da UE no domínio dos direitos humanos.

Mara Bizzotto (EFD), *por escrito*. – (IT) A resolução de compromisso votada nesta Assembleia contém, infelizmente, secções que me impedem de votar a seu favor. O UNHCR é um organismo político que é alvo de “extrema politização”, como reconhece o texto da resolução. Contudo, poderíamos – creio – ter dito muito mais, em especial porque estamos perante questões que são delicadas e importantes para muitos de nós, nomeadamente os direitos humanos. Depois de ler o texto, noto um ponto fraco lamentável – talvez não na política da diplomacia, mas certamente na política dos valores – e que consiste na falta de determinação das críticas a aspectos conhecidos que transformam o UNHCR num organismo muito controverso. Poderíamos, de facto, ter sido mais determinados, manifestando-nos com maior firmeza contra a candidatura do Irão às próximas eleições do Conselho. Não há qualquer referência específica à composição absurda de um Conselho em que há demasiados membros que dificilmente podem dar lições em matéria de direitos humanos e que claramente têm ainda menos legitimidade para julgar ou acusar alguém. O meu voto é, portanto, um voto de abstenção e de cepticismo quanto a este texto: abstenho-me na esperança de que o Parlamento retire a capa diplomática – não é essa a sua função – e assuma mais corajosamente o combate pelos valores e pelos direitos humanos.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Abstive-me, apesar de a proposta de resolução conter elementos positivos, porque foram rejeitadas alterações importantes apresentadas pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde e, consequentemente, o conteúdo ser inadequado. A União Europeia tem de apoiar os esforços da ONU para que os direitos humanos sejam respeitados em todo o mundo. Deve assumir uma posição de liderança neste tipo de iniciativa, e mais ainda neste momento, em que as infracções tendem a ser a regra em regimes autocráticos que recorrem à “violência capitalista” para impor as suas políticas anti-sociais. A União Europeia tem de reexaminar as suas relações com o Estado de Israel, tendo em devida conta as operações militares no território palestino e os ataques aos direitos da população palestina, incluindo o direito a terem um dia a sua pátria. A União Europeia deve demarcar-se das campanhas de “exportação de democracia” dos EUA e criar um quadro para relações internacionais com respeito pelas regras do direito internacional e com um papel reforçado para a ONU.

Anna Maria Corazza Bildt, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE), *por escrito*. – (SV) Os conservadores suecos votaram hoje, 25 de Fevereiro de 2010, a favor da resolução comum sobre a 13.ª sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas, B7-0123/2010. Gostaríamos, contudo, de assinalar que entendemos que os Estados-Membros da UE devem ser exortados a denunciar violações dos direitos humanos em geral e que é lamentável que o Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas não tenha conseguido tratar rapidamente situações graves no âmbito dos direitos humanos noutros países que também não foram mencionados na resolução, como, por exemplo, Cuba, entre outros.

Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), *por escrito*. – (RO) Tenho de salientar que o cumprimento da legislação internacional em matéria de direitos humanos e de questões humanitárias por todas as partes, em qualquer circunstância, continua a ser uma condição vital para promover uma paz justa e duradoura em todo o mundo.

Penso que, a nível da União Europeia, uma acção concertada entre a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os Estados-Membros, que apelam a uma posição comum mais forte, asseguraria que os culpados de violações da legislação em matéria de direitos humanos e de questões humanitárias fossem responsabilizados.

Proinsias De Rossa (S&D), *por escrito*. – (EN) Votei a favor da resolução sobre a Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade de Género, que identifica passos decisivos necessários para a União Europeia cumprir objectivos estratégicos no que respeita à igualdade entre homens e mulheres. Existe uma necessidade clara de acelerar os esforços de compilação de dados comparáveis sobre indicadores cruciais para o seguimento da Plataforma de Acção, bem como de traduzir essa medida em revisões regulares de iniciativas em matéria de integração da perspectiva de género num amplo conjunto de domínios. É especialmente importante acompanhar a dimensão de género no que se refere à pobreza, à violência e às necessidades das crianças do sexo feminino e agir em conformidade. O seguimento do “Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010” da Comissão deve estudar as consequências a longo prazo da crise económica e das alterações climáticas numa sociedade que envelhece e se torna etnicamente mais diversificada. A saúde sexual e reprodutiva e os direitos que lhe são inerentes têm de ser reconhecidos e ampliados na Europa e a nível global. A União Europeia deve agora aderir à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, um passo jurídico possibilitado pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de Resolução Comum sobre a 13.^a sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas. A nova estrutura institucional da UE oferece uma oportunidade única para aumentar a coerência, a visibilidade e a credibilidade da UE no Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas. A acção da Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança também permitirá aumentar a capacidade da UE na cooperação com países de outros blocos regionais, no sentido de pôr termo às violações dos direitos humanos, incluindo a violência de que são alvo directo mulheres e crianças.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A politização do Conselho dos Direitos Humanos e o constante bloqueio que tem sido feito a tomadas de posição mais vigorosas na condenação de violações dos direitos humanos, em várias partes do globo, justificam uma mudança na sua estrutura e modo de actuar. A anunciada candidatura do Irão constitui mais um sinal de que o caminho trilhado por este organismo pode ser pouco credível e seguro e que Estados com históricos de repetidas violações de direitos humanos possam usar a pertença a este Conselho para procurar branquear essas mesmas violações.

A União Europeia deve participar activamente nos trabalhos do Conselho, ciente das suas limitações e problemas, e procurar impor uma visão equilibrada, mas rigorosa e exigente, do que deve ser o respeito dos direitos humanos. Se o fizer, estará à altura das suas particulares responsabilidades nesta matéria.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O Conselho dos Direitos do Homem (UNHRC) é uma plataforma consagrada aos direitos humanos universais e constitui um fórum específico dedicado aos direitos humanos no sistema das Nações Unidas. A promoção e a salvaguarda da universalidade dos direitos humanos fazem parte do acervo jurídico, ético e cultural da União Europeia, e constituem um fundamento da sua unidade e integridade.

Estou certo de que os Estados-Membros da UE se opõem activamente a qualquer tentativa de enfraquecimento dos conceitos de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. Espero uma participação activa dos Estados-Membros no debate anual interactivo sobre os direitos das pessoas com deficiência e na reunião anual sobre os direitos da criança. Saliento a importância da 13.^a sessão do UNHRC, que contará com a participação de ministros e outros representantes de grande relevo, e que tem em agenda a crise económica e financeira e a Declaração das Nações Unidas sobre educação e formação no domínio dos direitos humanos. Por fim, congratulo-me com o novo empenho dos Estados Unidos nos órgãos das Nações Unidas e a sua subsequente eleição como membro do UNHRC, bem como com o trabalho construtivo no domínio da liberdade de expressão, realizado na 64.^a Assembleia-Geral da ONU.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Estamos muito de acordo com o conceito referido no relatório relativamente à universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. No entanto, partindo destes mesmos pressupostos, é necessário sublinhar a contradição insanável entre esta perspectiva e o profundo ataque aos direitos dos trabalhadores e dos povos que a crise do sistema capitalista está a gerar,

nomeadamente: elevadas taxas de desemprego, aumento da pobreza, acesso cada vez mais difícil a serviços públicos de qualidade e a preços acessíveis. Lamentavelmente, a maioria do PE não teve em devida conta esta contradição.

Lamentamos a rejeição de propostas do nosso Grupo, designadamente as seguintes:

- Sublinha que os Estados membros da ONU deveriam promover a soberania e a segurança alimentares como instrumento para a redução da pobreza e do desemprego.

- Congratula-se com o facto de um relatório do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos do Homem sobre as violações dos direitos humanos nas Honduras desde o golpe de Estado figurar na ordem do dia da 13.^a sessão; solicita aos Estados-Membros da UE que envidem esforços para apoiar uma forte condenação do golpe de Estado e a restauração da democracia e do Estado de Direito neste país;

- Manifesta a sua preocupação face à situação na Colômbia, em particular a descoberta de milhares de mortos não identificados.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução sobre a 13.^a sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas, antes de mais para saudar muito calorosamente a iniciativa do UNHCR de colocar no topo da sua agenda o impacto da crise económica e financeira sobre a realização de todos os direitos humanos. Penso também que é importante sublinhar a necessidade de uma posição comum forte da UE após a missão de inquérito ao conflito em Gaza e no sul de Israel; é imperativo, a este respeito, que as recomendações incluídas no relatório Goldstone sejam aplicadas. Finalmente, a candidatura do Irão às eleições no UNHRC, que terão lugar em Maio de 2010, é particularmente preocupante e tem de ser acompanhada por uma acção firme da UE que impeça a eleição dos países com quadros duvidosos em matéria de direitos humanos.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Sendo o Conselho dos Direitos Humanos um órgão intergovernamental, que tem como finalidade principal dar resposta a situações de violação dos direitos humanos, e tendo em conta que um dos fundamentos da unidade e integridade europeias é o respeito e a salvaguarda da universalidade dos direitos do Homem, quero apenas deixar um voto de encorajamento ao UNHRC para que continue a contrariar todas as formas de discriminação.

Frédérique Ries (ALDE), *por escrito*. – (FR) A nossa resolução dirige-se ao Conselho dos Direitos do Homem da ONU, uma instituição que gostaríamos de elevar ao estatuto de polícia do mundo em questões de respeito dos direitos, valores e liberdades mais fundamentais. Falo no condicional porque a legitimidade dos UNHCR está mais do que comprometida pela sua falta de imparcialidade.

Agora, subitamente, temos a questão adicional da candidatura do Irão. Trata-se de uma provocação. Este Estado, este Governo, este Presidente, desprezam os direitos dos homens e das mulheres. Pelo menos 346 cidadãos do país, incluindo menores, foram enforcados ou mortos por lapidação em 2008. Os julgamentos foram farsas. É utilizada tortura. Verifica-se uma total ausência de liberdade de expressão, de associação e de imprensa. As minorias, em particular os baha'is, são perseguidas. Desde as eleições presidenciais de Junho de 2009, qualquer forma de manifestação foi reprimida de forma sangrenta e sistemática. Poderia citar mais casos.

O mundo necessita de uma governação que se baseie em valores universais. Se a ONU pretende ser o fórum para este diálogo, tem de assegurar que os seus organismos sejam objectivos. A candidatura do Irão é muito mais do que um teste à credibilidade da ONU; é um teste à sua viabilidade.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do texto final da resolução porque, entre outros motivos, o documento manteve os parágrafos relacionados com o estudo comum sobre a existência de centros de detenções secretos e com a necessária aplicação das recomendações do relatório Goldstone e do TPI, e por incluir também a alteração relativa ao Sara Ocidental, apresentada pelo Grupo GUE. Congratulo-me também com o facto de ter sido rejeitado o pedido do senhor deputado Brok para realizar uma votação separada do número que aborda a difamação da religião, que dizia o seguinte:

10. Reitera a sua posição relativa ao conceito de “difamação das religiões” e, embora reconheça a necessidade de uma abordagem cabal do problema da discriminação das minorias religiosas, considera que não é adequado incluir este conceito no Protocolo sobre as normas complementares relativas ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a todas as formas de discriminação; insta os Estados membros das Nações Unidas a aplicarem integralmente as normas existentes em matéria de liberdade de expressão e liberdade de religião e crença.

Quisemos manter esta frase porque entendemos que não necessitamos de uma nova legislação a nível da UE que aborde o conceito de difamação das religiões, dado que já temos normas internacionais, nomeadamente o referido protocolo, que proíbem a discriminação de minorias religiosas.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) A política da UE de respeito dos direitos humanos é um dos valores mais importantes que pomos em prática. A política comunitária nesta matéria inclui a protecção de direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Atribui uma importância significativa ao apoio aos direitos das mulheres, das crianças e de minorias nacionais e, em particular, ao combate ao racismo, à xenofobia e a outras formas de discriminação. É muito perigoso que seja utilizada legislação discriminatória contra as minorias para violar o seu direito à liberdade de religião ou limitar o seu direito à educação e ao emprego, restringindo na prática o seu acesso ao emprego e limitando, portanto, o seu direito a um nível de vida adequado. O trabalho da União neste domínio confere-nos o direito de exigir o respeito dos outros por normas elevadas no domínio da democracia e dos direitos humanos.

Viktor Uspaskich (ALDE), *por escrito*. – (LT) No âmbito dos direitos humanos, a todos os níveis e em todos os domínios da UE, importa salientar que o nosso dever enquanto eurodeputados não é apenas criticar e preparar resoluções sobre países terceiros, mas também observar atentamente os Estados-Membros da UE, prestando atenção mesmo aos mais pequenos fenómenos negativos que violem direitos humanos. Nos casos em que os direitos humanos sejam desrespeitados, o Parlamento Europeu prepara uma resolução dirigida ao país em causa. Antes de criticarmos os outros, temos primeiro de pôr fim às violações de direitos humanos na UE, e só depois poderemos criticar terceiros e tentar ajudá-los sempre que possível.

Anna Záborská (PPE) *por escrito*. – (FR) Não apoiei esta resolução porque o documento não realça a importância dos direitos humanos das minorias cristãs no Médio Oriente. Lamento a demonstração de falta de coragem para condenar os ataques a minorias cristãs no Médio Oriente, remetendo o problema para o Conselho dos Direitos Humanos. A Assembleia-Geral das Nações Unidas declarou 2009 o “Ano Internacional para a Educação sobre os Direitos do Homem”, e a UE declarou 2010 o “Ano Europeu do Combate à Pobreza”. Devemos recordar que a ONU reconheceu a pobreza extrema como uma violação dos direitos humanos. No mármore dos edifícios do Parlamento Europeu e do Conselho, gravámos o lema de 17 de Outubro – o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza: “Nos lugares onde os homens são condenados a viver na miséria, os direitos do Homem são violados. Unirmo-nos para os fazer respeitar é um dever sagrado. Padre Joseph Wresinski”. Esta resolução não exprime a nossa profunda preocupação com a pobreza extrema como violação dos direitos humanos. É por isso que convido os membros do Intergrupo Comité Quarto Mundo a enviar uma carta com estas ideias aos delegados da Assembleia-Geral da ONU, em que manifeste a preocupação do Parlamento neste domínio.

Proposta de resolução B7-0118/2010

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) A igualdade entre homens e mulheres é um direito fundamental e um valor comum da União Europeia. Constitui igualmente uma condição prévia para alcançar os objectivos da UE de crescimento económico, emprego e coesão social. Embora tenham sido realizados progressos significativos no que respeita à concretização das metas da Plataforma de Acção de Pequim, adoptada em 1995, a desigualdade entre os géneros e os estereótipos persistem.

Entendo que a revisão da Estratégia de Lisboa deve centrar-se na igualdade de género, definir novos objectivos e reforçar os laços com a Plataforma de Acção de Pequim para que os Estados-Membros consigam resultados concretos através de políticas específicas. Por isso é necessária uma melhor promoção do intercâmbio de experiências e de boas práticas entre Estados-Membros em todos os domínios abrangidos pela Plataforma de Acção de Pequim.

Elena Băsescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor da resolução sobre Pequim + 15 – Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade de Género. Quinze anos após a adopção da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim, o Parlamento Europeu debate hoje a evolução em matéria de igualdade de género. A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um dos valores fundamentais da União. O artigo 2.º do Tratado da União Europeia realça um conjunto de valores partilhados pelos Estados-Membros: o pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres. Apesar de terem sido obtidos progressos consideráveis em determinados domínios e sectores industriais, ainda persistem desigualdades. A este respeito, a União Europeia tem de continuar a empreender esforços para resolver estas questões. A igualdade deve ser promovida em todos os domínios. A nível europeu, na preparação de estratégias para combater a crise económica e o impacto das alterações climáticas, a Comissão Europeia tem de ponderar igualmente o efeito que estas estratégias têm sobre as mulheres. A resolução incentiva o

desenvolvimento das estratégias e dos instrumentos necessários para alcançar a situação em matéria de igualdade entre homens e mulheres gizada pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género.

Regina Bastos (PPE), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução sobre Pequim + 15 – Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade dos Géneros, tendo em conta que os objectivos estratégicos da Plataforma de Pequim ainda não foram alcançados e que persistem a desigualdade e os estereótipos de género, continuando as mulheres a ocupar uma posição subalterna relativamente aos homens nos domínios visados na Plataforma.

Lamentamos a falta de dados actuais, fiáveis e comparáveis tanto a nível nacional, como a nível da UE, para os indicadores aprovados para o seguimento da Plataforma de Pequim, entre os quais as mulheres e a pobreza, a violência contra as mulheres, os mecanismos institucionais, as mulheres e os conflitos armados e as crianças do sexo feminino. A Comissão deve continuar a desenvolver a avaliação anual da aplicação da Plataforma de Acção de Pequim e utilizar eficazmente os indicadores e os relatórios analíticos como um contributo para diferentes domínios políticos e como base para novas iniciativas tendentes à consecução da igualdade dos géneros. Reiteramos a necessidade de aplicar e de acompanhar de forma sistemática a integração da perspectiva do género nos processos legislativo e orçamental, bem como noutros processos, estratégias, programas e projectos relevantes em diferentes domínios políticos.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) Votei a favor desta resolução porque temos de continuar a desenvolver a perspectiva da igualdade de género em toda a União Europeia. A Comissão Europeia deve preparar uma estratégia de acção para orientações relativas à igualdade de género e ter em conta a crise económica e financeira, o desenvolvimento sustentável, bem como as actuais orientações prioritárias, igual independência económica para mulheres e homens, a combinação entre trabalho, família e vida privada e a igualdade de participação de mulheres e homens na tomada de decisões.

Neste momento, existe uma clara falta de dados sobre igualdade de género, violência contra mulheres e mecanismos institucionais. É muito importante que os Estados-Membros cooperem o mais estreitamente possível com o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, que tem por função, entre outras, trabalhar com dados comparáveis. O instituto vai manter estatísticas, será efectuada investigação com o objectivo de proporcionar análises de questões relativas à igualdade de género e serão realizados estudos sobre indicadores estatísticos e explicação de dados. As metas fixadas no programa de trabalho do instituto devem, em particular, contribuir para pôr em prática os indicadores definidos em Pequim.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – A igualdade de género é um princípio fundamental nos nossos dias, mas as desigualdades entre homens e mulheres continuam a persistir e os objectivos estratégicos da Plataforma de Pequim estão ainda longe de serem alcançados.

Congratulo-me com a proposta de resolução hoje votada neste plenário por ser um incentivo ao reforço dos mecanismos institucionais de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

A integração da perspectiva de género na cooperação para o desenvolvimento é essencial para promover uma sociedade mais próspera, mais justa e mais rica.

Sublinho a importância do papel da mulher na ciência e na tecnologia. As mulheres estão cada vez mais presentes em áreas da investigação científica, contudo, continuam longe do topo das carreiras e dos centros de decisão. Tirar partido deste potencial é essencial para a promoção de um justo equilíbrio e para apoiar o crescimento e o emprego.

É fundamental contemplar a integração da política de género em diferentes domínios políticos como um dos pilares para uma sociedade mais rica, próspera e justa.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Sendo um firme defensor dos direitos humanos e do princípio da igualdade, não poderia pôr em causa iniciativas que ambicionem a protecção dos direitos das mulheres e das crianças do sexo feminino, em muitos casos fortemente violentadas, num mundo onde as mulheres são ainda as principais vítimas de crimes contra a sua integridade física e auto-determinação sexual.

Porém, a igualdade entre homens e mulheres não poderá, em momento algum, esquecer as diferenças naturais, sociais e culturais entre os géneros: direitos iguais não é o mesmo que tratamento igual. É necessário tratar homens e mulheres com equidade, conferindo-lhes os mesmos direitos, mas atendendo às suas necessidades especiais, o que no caso da mulher é flagrante em áreas como a protecção da maternidade, a conciliação entre a vida profissional e familiar e uma protecção muito especial contra crimes que são, essencialmente, cometidos contra mulheres e crianças, como sejam a exploração sexual, o tráfico de pessoas ou os maus-tratos.

Por último, saliento que qualquer iniciativa da União nesta matéria não poderá pretender conferir às mulheres, em nome da sua saúde sexual e reprodutiva, um direito à interrupção voluntária da gravidez, matéria que deve permanecer na exclusiva esfera de decisão dos Estados.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – A igualdade dos géneros é um princípio fundamental da União Europeia, consagrado no Tratado CE. Assim, é uma missão específica da União a promoção e a integração da igualdade entre as mulheres e os homens. É inquestionável que subsiste, hoje, tanto nos países subdesenvolvidos, como nos países desenvolvidos – e, concretamente, na União Europeia – a lamentável realidade de discriminação dos géneros aos mais diferentes níveis sociais, económicos e culturais. Para um combate eficaz a este fenómeno, é fundamental assegurar mecanismos eficazes de identificação dos problemas, recolha de informação sem barreiras nem constrangimentos políticos, que permita apurar causas e consequências, de forma concisa e sustentada, para uma resposta cabal. Este problema estrutural é um entrave ao progresso e ao desenvolvimento das comunidades, em particular, e da Humanidade, em geral.

Considero que é absolutamente prioritário erradicar a violência doméstica, para o que será importante garantir a igualdade cultural, social e económica entre homens e mulheres. A crise económica e financeira, o impacto das alterações climáticas e o envelhecimento da sociedade são variáveis que a Comissão Europeia e os Estados-Membros devem ter em conta nas suas acções e políticas que visam promover a igualdade dos géneros.

Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE), *por escrito*. – (SV) Os conservadores suecos votaram hoje, 25 de Fevereiro de 2010, a favor da resolução sobre Pequim + 15 – Plataforma de Acção da Nações Unidas para a Igualdade de Género, B7-0118/2010. Gostaríamos, contudo, de salientar que não achamos que deva ser incluído um capítulo relativo à igualdade na revisão da Estratégia de Lisboa em 2010, dado que este assunto já é abrangido pelo Tratado de Roma e pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Queremos também assinalar que entendemos que as mulheres devem ter poder sobre a sua sexualidade e sobre a reprodução. Acreditamos na capacidade dos indivíduos para tomarem decisões relacionadas com as suas próprias vidas; a UE não deve interferir neste domínio. Reforçar a igualdade é um dos grandes desafios da UE numa questão em que o progresso da Suécia pode inspirar os outros Estados-Membros da UE.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Apoiei esta resolução porque, 15 anos após a Conferência Mundial de Pequim sobre a Mulher, temos de reconhecer que a evolução foi insuficiente no que respeita à igualdade de género e que os estereótipos sexistas ainda persistem em muitos domínios, como o emprego, a educação e a política. Apoiei igualmente a referência à necessidade de melhorar a saúde sexual e reprodutiva na Europa e no mundo e o incentivo que é necessário proporcionar aos pais que partilham responsabilidades familiares, tirando partido, por exemplo, da licença parental. Finalmente, no que toca à revisão da Estratégia de Lisboa, será atribuída prioridade ao objectivo da igualdade de género, que terá de produzir um impacto real nas medidas de protecção social e de inclusão a nível nacional.

Livia Járóka (PPE), *por escrito*. – (HU) Os objectivos da Plataforma de Acção de Pequim aceite há 15 anos não foram cumpridos até hoje e, na maioria dos domínios relativos à igualdade entre mulheres e homens, praticamente não houve qualquer progresso significativo. É lamentável que, tanto a nível dos Estados-Membros como da União Europeia, seja dedicada pouca atenção à luta contra a pobreza extrema e às várias formas de discriminação que afectam as mulheres.

Temos de harmonizar muito mais estreitamente os objectivos adoptados em Pequim no quadro das Nações Unidas e a execução do novo roteiro da UE para a igualdade entre homens e mulheres. Neste Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, é particularmente importante que as mulheres que vivem ligeiramente acima do limiar da pobreza recebam protecção adequada, visto que uma mudança na sua situação profissional ou familiar – como a perda de um emprego, divórcio, viuvez e mesmo a maternidade – significa que o perigo do empobrecimento as ameaça exponencialmente. É gratificante que o programa do Trio de Presidências espanhola-belga-húngara, por um lado, coloque uma tónica especial no seguimento da aplicação dos objectivos de Pequim e, por outro lado, declare a sua intenção de assumir uma abordagem completa a fim de evitar e de combater a pobreza que afecta mulheres e crianças. Estas perspectivas serão também, assim o esperamos, tratadas com a devida seriedade na reunião da ONU prevista para o início de Março. Para avaliar e rever políticas destinadas a alcançar igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, são necessários dados fiáveis repartidos por sexo, e valeria também a pena ponderar a introdução de indicadores normalizados e comuns para medir a desigualdade entre géneros.

Monica Luisa Macovei (PPE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do n.º 9 da resolução sobre Pequim + 15 – Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade de Género, que defende a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e os direitos que lhes são inerentes. Estes baseiam-se nos direitos, universalmente reconhecidos, à integridade física, à não discriminação e ao melhor estado de saúde possível. Estes direitos estão consagrados no direito internacional (nomeadamente no artigo 12.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em que os Estados Partes reconhecem “o direito de todas as pessoas de gozar do melhor estado de saúde física e mental possível de atingir”, e no artigo 12.º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, relativo à eliminação da “discriminação contra as mulheres no domínio dos cuidados de saúde, com vista a assegurar-lhes, com base na igualdade dos homens e das mulheres, o acesso aos serviços médicos, incluindo os relativos ao planeamento da família”). Documentos de consenso (como o Plano de Acção do Cairo, de 1994, e a Plataforma de Acção de Pequim, de 1995) também ilustraram o compromisso dos governos com os direitos sexuais e reprodutivos (das mulheres). Muitas pessoas do meu círculo eleitoral, na Roménia, partilham desta perspectiva.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – As desigualdades entre homens e mulheres a diversos níveis, sejam eles profissionais, sectoriais ou de estereótipos variados, têm vindo a esbater-se ao longo dos anos. A igualdade entre homens e mulheres na UE é cada vez mais uma realidade e, apesar de ainda haver situações de discriminação, assinalamos a evolução muito positiva a que temos assistido.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) A defesa dos direitos das mulheres também é importante para mim. Contudo, não considero que a utilização de quotas, a chamada discriminação positiva, seja sensata. Aqui devem ser decisivas as qualificações, não o sexo. Esta deve ser a regra fundamental para homens e mulheres. Foi por este motivo que me abstive.

Rovana Plumb (S&D), *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta proposta de resolução porque é imperativo aplicar a igualdade de género em todos os domínios.

Relativamente à Roménia, nestes 15 anos, foram realizados progressos apenas em alguns dos domínios identificados na Plataforma de Acção de Pequim. A presença de mulheres na política romena a nível do processo decisório após as eleições de 2009 é de aproximadamente 11% no Parlamento, e apenas foi nomeada uma mulher para o Governo. A violência de homens contra mulheres, o tráfico de seres humanos e a representação das mulheres em órgãos com poder de decisão constituem prioridades que devemos abordar com firmeza.

Apenas poderemos fazer tudo isto se as mulheres decidirem a favor das mulheres! Não incluir as mulheres em todos os órgãos executivos implicaria desperdiçar 50% da capacidade intelectual, bem como abdicar de representar verdadeiramente os interesses de todos os cidadãos.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do texto final da resolução porque o documento incluiu as nossas petições à Comissão Europeia para que tenha em conta, no seu roteiro para 2010-2014, não só a crise económica e financeira, mas também o impacto das alterações climáticas nas mulheres; pelo facto de ainda persistirem a desigualdade e os estereótipos de género na UE, continuando as mulheres a ocupar uma posição subalterna relativamente aos homens, nos domínios visados na Plataforma de Pequim; e porque o texto promove a igualdade de género, especialmente em termos de licença de paternidade.

Marc Tarabella (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei a favor desta resolução porque ela salienta os progressos que ainda é necessário realizar pelos 189 Estados que são signatários da Plataforma de Acção de Pequim para alcançar uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres. Apoio particularmente o parágrafo que sublinha que “a saúde sexual e reprodutiva e os direitos que lhes são inerentes fazem parte integrante da agenda relativa aos direitos das mulheres”. Gostaria de assinalar a este respeito que, quando o meu relatório sobre a igualdade entre homens e mulheres foi adoptado em 2009, a maioria dos eurodeputados apoiou a opinião de que as mulheres deveriam ter fácil acesso à contracepção e ao aborto.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Votei, em conjunto com os meus colegas do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, a favor do relatório da senhora deputada Svensson sobre Pequim + 15 – Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade de Género. A avaliação da colega apresenta um quadro contraditório.

É verdade que foram obtidos progressos, mas como podemos congratular-nos quando ainda existe uma diferença salarial entre homens e mulheres de 14% a 17,5%?

Além disso, é inaceitável que uma maioria dos eurodeputados tenha adoptado uma alteração extremamente ambígua⁽¹⁾ apresentada pelos Conservadores e Reformistas Europeus que insinua que as mulheres que recorrem ao aborto não tomam uma decisão informada e responsável. Trata-se de um ataque indirecto ao direito ao aborto.

Marina Yannakoudakis (ECR), *por escrito*. – (EN) Os Estados-Membros da UE assinaram a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e a Plataforma de Acção de Pequim. Entendemos, pois, que é desnecessário que a UE “se torne parte da Convenção” no seu conjunto e opomo-nos a que a UE actue desta forma, como um Estado. Embora o Grupo ECR atribua grande importância à igualdade entre todas as pessoas, somos desfavoráveis a mais legislação a nível da UE; consideramos que a questão da igualdade de género é mais bem gerida a nível nacional, com a participação da sociedade civil em comunidades locais. Por estes motivos, votámos contra a resolução.

Relatório: Vladimír Maňka (A7-0017/2010)

Alexander Alvaro, Jorgo Chatzimarkakis, Nadja Hirsch, Silvana Koch-Mehrin, Holger Krahmer, Britta Reimers e Alexandra Thein (ALDE), *por escrito*. – (DE) Em conformidade com a resolução do Parlamento Europeu sobre o projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2010, adoptado em 17 de Dezembro de 2009, realizou-se hoje uma votação sobre o orçamento rectificativo para o Parlamento Europeu, na sequência de cálculos revistos pela administração parlamentar. Os membros do FPD da Alemanha no Parlamento Europeu abstiveram-se, porque existia um parágrafo no referido pacote de alterações que não podíamos conciliar com as nossas convicções. O FPD já tinha manifestado a sua oposição a um aumento de 1 500 euros nos subsídios de secretariado durante as discussões na comissão. É através destes subsídios que os assistentes dos eurodeputados são pagos. O FPD considera que o argumento de que são necessários mais fundos devido ao trabalho adicional que os eurodeputados têm de realizar no quadro da entrada em vigor do Tratado de Lisboa é infundado, uma vez que não existe qualquer experiência anterior que o apoie. É certamente verdade que, devido ao Tratado de Lisboa, que acabou de entrar em vigor, o Parlamento necessitará, em geral, de capacidade adicional para o trabalho legislativo, mas com a introdução do Estatuto dos Assistentes no início da presente legislatura, ainda não há provas de que os eurodeputados precisem efectivamente de mais assistentes. Existem, portanto, motivos de preocupação quanto à possibilidade de se seguirem mais exigências e aumentos suplementares, ou uma extensão da capacidade dos gabinetes. Por este motivo, os membros do FPD no Parlamento Europeu abstiveram-se.

Mara Bizzotto (EFD), *por escrito*. – (IT) Apresentado pela primeira vez na Comissão dos Orçamentos em 25 de Janeiro de 2010, o relatório Maňka caracteriza-se por três pontos determinantes, que são responsáveis pela minha decisão de me abster.

Em primeiro lugar, a descoberta súbita e tardia, a respeito da assinatura do orçamento de 2010 em Dezembro de 2009, que o limite de 20% para as despesas incluídas na “rubrica 5” foi excedido. O acordo para adiar o problema de Dezembro para Janeiro, o desejo de não publicitar o peso orçamental do Tratado de Lisboa e a forma apressada como a questão foi levantada, sem qualquer margem para se exigir, sempre que necessário, um aproveitamento mais eficiente dos recursos actualmente disponíveis, conduziram a uma distorção real dos factos.

Em segundo lugar, discordo da decisão de utilizar as reservas destinadas à política imobiliária para cobrir a nova necessidade de liquidez. Esta é uma matéria controversa que tem de ser abordada nos próximos meses, quando tivermos a certeza de que podemos contar com os recursos financeiros necessários.

Finalmente, entendo que o montante de 1 500 euros da dotação mensal para os assistentes dos deputados se afigura inadequada, visto que o limite mínimo para a nomeação de um assistente acreditado de nível I é de 1 649 euros.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – O Tratado de Lisboa representa poderes acrescidos para o Parlamento Europeu. Por outro lado, num mundo globalizado, os assuntos são cada vez mais complexos e as decisões necessitam de ser técnica e cientificamente fundamentadas.

(1) Alteração 3, da deputada Marina Yannakoudakis, em nome do Grupo ECR, ao n.º 9-B (novo): “Salienta que o aborto não deve ser promovido como método de planeamento familiar e que se deve sempre proporcionar às mulheres que recorreram ao aborto um tratamento humano e aconselhamento”.

É fundamental que os decisores políticos tomem conhecimento dos recentes desenvolvimentos científicos que lhes permitam tomar as melhores opções.

Este orçamento toma as decisões com cortes na rubrica de edifícios e aumento no suporte técnico aos deputados fornece os meios necessários a este Parlamento para exercer as suas funções com excelência e com os fundamentos científicos e técnicos tão necessários no século XXI.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), por escrito. – (EL) Votei contra este relatório, porque o orçamento da UE continua a representar uma percentagem mínima do PIB europeu (0,97%), que não responde à necessidade de reforçar economias e sociedades frágeis e de financiar o alargamento. A necessidade de um aumento corajoso no orçamento, para pelo menos 5%, torna-se mais urgente, em especial na actual crise económica que atingiu toda a União Europeia, para fazer face a necessidades sociais e pôr fim a reduções da despesa pública. É neste quadro que têm de ser abordados os problemas de exigências operacionais e a harmonização das despesas por parte do Parlamento Europeu e da União Europeia.

Jurgen Creutzmann (ALDE), por escrito. – (DE) Em conformidade com a resolução do Parlamento Europeu sobre o projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2010, adoptado em 17 de Dezembro de 2009, realizou-se hoje uma votação sobre o orçamento rectificativo para o Parlamento Europeu, na sequência de cálculos revistos pela administração parlamentar. Os membros do FPD da Alemanha no Parlamento Europeu abstiveram-se, porque existia um parágrafo no referido pacote de alterações que não podíamos conciliar com as nossas convicções.

O FPD já tinha manifestado a sua oposição a um aumento de 1 500 euros nos subsídios de secretariado durante as discussões na comissão. É através destes subsídios que os assistentes dos eurodeputados são pagos. O FPD considera que o argumento de que são necessários mais fundos devido ao trabalho adicional que os eurodeputados têm de realizar no quadro da entrada em vigor do Tratado de Lisboa é infundado, uma vez que não existe qualquer experiência anterior que o apoie. É certamente verdade que, devido ao Tratado de Lisboa, que acabou de entrar em vigor, o Parlamento necessitará, em geral, de capacidade adicional para o trabalho legislativo, mas com a introdução do Estatuto dos Assistentes no início da presente legislatura, ainda não há provas de que os eurodeputados precisem efectivamente de mais assistentes. Existem, portanto, motivos de preocupação quanto à possibilidade de se seguirem mais exigências e aumentos suplementares, ou uma extensão da capacidade dos gabinetes. Por este motivo, os membros do FPD no Parlamento Europeu abstiveram-se da votação.

Proinsias De Rossa (S&D), por escrito. – (EN) Votei a favor do relatório Maňka, que é o primeiro passo para alterar o orçamento de 2010 do Parlamento Europeu a fim de encontrar recursos orçamentais e humanos suplementares que permitam ao Parlamento Europeu cumprir o seu papel reforçado. Os recursos adicionais incluem um aumento dos subsídios mensais de assistência disponíveis para os eurodeputados apoiarem o seu papel legislativo ampliado ao abrigo do Tratado de Lisboa. O Tratado de Lisboa coloca o Parlamento Europeu em igualdade de circunstâncias com o Conselho enquanto co-legislador em aproximadamente 95% dos processos legislativos. Inclui agora domínios como a liberdade, segurança e justiça, a agricultura, as pescas, a investigação e os fundos estruturais. É igualmente necessária a autorização do Parlamento para negociar e assinar acordos internacionais que exijam uma avaliação especializada e pormenorizada. É essencial que os eurodeputados tenham o pessoal necessário para realizar este trabalho conforme necessário.

Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson, Marita Ulvskog e Åsa Westlund (S&D), por escrito. – (SV) Nós, social-democratas suecos, entendemos que as comissões que passarão a ter uma maior carga de trabalho com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa têm de ser reforçadas. Este facto justifica um aumento do pessoal nos secretariados do Parlamento e dos grupos nestas comissões. Contudo, não partilhamos da opinião de que nós, os eurodeputados, precisemos de mais pessoal. Acima de tudo, preferíamos que os recursos do Parlamento fossem aumentados através de redistribuições e medidas para aumentar a eficiência, em vez de ser aumentado o orçamento total.

Diogo Feio (PPE), por escrito. – Atento o novo papel do Parlamento Europeu no contexto do Tratado de Lisboa e as novas funções avocadas e, considerando o compromisso assumido no momento da aprovação do Orçamento para 2010, faz sentido este reforço das verbas disponibilizadas ao Parlamento para o seu funcionamento, assegurando todas as condições materiais e humanas para que este órgão possa cumprir, com rigor e excelência, as suas tarefas no novo quadro institucional.

Este reforço de verbas não deverá, contudo, pôr em causa a sustentabilidade orçamental e o rigor das contas, necessário em qualquer instituição. Para além disso, deve garantir-se o rigor e a transparência da gestão das verbas disponibilizadas ao abrigo do presente orçamento.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Este orçamento rectificativo para o exercício de 2010, relativo ao orçamento do Parlamento Europeu (Secção I do orçamento geral da União), passa a ter o valor de 1.616.760.399 euros, o que representa 19,99 % da rubrica inicial 5, aprovada em primeira leitura. Reduzimos, neste rectificativo, a reserva para os edifícios, de 15 milhões de euros para 11 milhões de euros.

A necessidade deste orçamento resulta da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O Parlamento assume novas competências, novas responsabilidades. Ora, a nossa prioridade é a excelência legislativa e, para a atingir, importa facultar os meios adequados aos deputados, às comissões e aos grupos políticos. As normas legais, orçamentais e da boa disciplina financeira são cumpridas neste orçamento rectificativo. Como relator do PPE para este orçamento, considero que o rigor orçamental e a procura da poupança devem estar presentes, mais do que nunca, durante a sua execução. Por isso, reafirmo a importância da elaboração de um orçamento “base zero” que garanta mais rigor e transparência e solicito informação urgente sobre as despesas fixas do PE. Insisto na necessidade de um planeamento da política imobiliária a longo prazo, de modo a assegurar a sustentabilidade orçamental.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Ontem, havia dezenas de milhares de pessoas nas ruas de Atenas, e a Grécia foi paralisada por uma greve geral e protesto contra o plano de austeridade imposto pela UE, pelo Banco Central Europeu, em Frankfurt, e pelo FMI. É verdade que a Grécia nem sempre foi tão rigorosa como devia ter sido na gestão das suas contas públicas e dos fundos da UE. Todavia, é escandaloso que a principal virtude deste plano de austeridade seja tranquilizar os mercados, os mesmos mercados que especulam actualmente com a dívida grega e que provocaram esta agitação. Os mesmos mercados a quem os Estados, graças às vossas leis ultra-liberais, têm de pedir empréstimos com taxas de juro elevadas. Ao mesmo tempo, a pretexto de um alegado aumento na carga de trabalho devido à entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da suposta preocupação do Parlamento com a qualidade dos seus textos legislativos, os eurodeputados atribuem a si mesmos um “pequeno” aumento orçamental da ordem de alguns milhões de euros para que seja possível recrutar pessoal para os grupos políticos! Assim sendo, apliquem esses controlos meticulosos às vossas próprias despesas e sejam tão rigorosos como dizem que os Estados-Membros devem ser! Votaremos contra este texto.

Sylvie Goulard (ALDE), *por escrito*. – (FR) A crise existe, e é verdade que um grande número de empresas e cidadãos enfrentam dificuldades. Contudo, votei a favor de um aumento no pacote de assistência parlamentar porque a entrada em vigor do Tratado de Lisboa aumenta as responsabilidades do Parlamento Europeu: temos mais trabalho e mais obrigações a cumprir em nome dos nossos cidadãos. Este aumento apenas irá beneficiar os nossos assistentes; os próprios eurodeputados não terão qualquer aumento nos seus salários.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Em conjunto com o meu grupo, manifestei hoje apoio condicional a um aumento dos subsídios de secretariado nesta fase do processo. Este apoio está subordinado à avaliação da utilização destes subsídios, como solicita o relatório Maňka. A nossa posição final sobre o aumento dos subsídios dependerá do resultado desta avaliação.

Cătălin Sorin Ivan (S&D), *por escrito*. – (RO) Votei com confiança a favor desta alteração no orçamento. Não é verdade que estejamos a pedir fundos para nós mesmos, como alega a imprensa. Contudo, temos de proporcionar à instituição do Parlamento Europeu os recursos necessários para cumprir as expectativas dos cidadãos relativamente a este fórum. Sei não apenas que vivemos um período difícil do ponto de vista económico, mas também que as restrições orçamentais em muitos Estados ainda são enormes. Este orçamento não é sequer extravagante. Foram e continuarão a ser realizadas economias.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE), *por escrito*. – (DE) Votei a favor do relatório Maňka, apesar de não concordar com o aumento do orçamento relativo aos subsídios de secretariado para os eurodeputados. Na sua declaração sobre o nosso voto, a senhora deputada Trüpel, que é a deputada responsável em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, deixou registado em acta, em nome de todo o grupo, que o nosso voto está dependente de uma avaliação dos subsídios de secretariado antes de o aumento entrar em vigor. Considero que os outros dois pontos – nomeadamente o aumento de cargos para comissões e grupos – são sensatos e necessários em consequência dos novos poderes legislativos do Parlamento ao abrigo do Tratado de Lisboa. Nós, deputados, queremos e iremos assumir estes poderes com grande seriedade e, consequentemente, cumprir o nosso papel como únicos representantes eleitos dos cidadãos europeus.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A aprovação e a posterior entrada em vigor do Tratado de Lisboa trazem um aumento de responsabilidade para o Parlamento Europeu, com a respectiva carga administrativa que o mesmo comporta. Dado que a excelência legislativa é uma prioridade para o Parlamento Europeu, é necessário dotar os deputados dos meios materiais e humanos necessários para que tal seja uma realidade. Esta nova

dotação orçamental deve, no entanto, respeitar os rácios de utilização dos valores da rubrica 5 (dotações administrativas) do QFP, que foram fixados em 20% do valor dessa rubrica, para que dessa forma se mantenha a sustentabilidade orçamental.

Carl Schlyter (Verts/ALE), *por escrito*. – (SV) Tendo em conta todas as reduções que estão a ser efectuadas em toda a Europa, temos agora de demonstrar solidariedade para com os países que financiam o orçamento da UE não aumentando as nossas despesas e, por esse motivo, voto contra a proposta de orçamento rectificativo para o Parlamento Europeu.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Votei contra o relatório porque ele prevê um aumento no quadro do recrutamento e dos subsídios para assistentes de 1 500 euros por mês a partir de 1 de Maio de 2010. Felizmente, uma alteração apresentada pelo Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia prevê uma avaliação do sistema de subsídios, em vigor desde as eleições de 2009, na sua forma actual. Contudo, o aumento dos subsídios de secretariado deve produzir efeitos incondicionalmente, sem qualquer obrigação de ter em conta os resultados desta avaliação. O relatório prevê também um reforço das comissões parlamentares e dos grupos políticos. Esta operação custa 13,3 milhões de euros numa base anual, 8,832 dos quais para subsídios destinados aos assistentes.

Esta é uma má decisão. Prejudica o prestígio desta instituição. Não foi devidamente ponderada. Não foi analisada a possibilidade de quaisquer consequências adicionais. Onde devem ser alojados os novos assistentes? Será num novo edifício? Incurreremos em mais custos? Além disso, receio que este montante seja utilizado, em grande medida, para o recrutamento de assistentes não acreditados ao abrigo de disposições salariais nacionais. O mesmo sistema que deu origem a truques desonestos em alguns casos. Podemos estar a abrir as portas a abusos. Por conseguinte, apelo a uma clara avaliação antecipada do sistema existente; só depois poderemos tomar uma decisão informada.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – A entrada em vigor do Tratado de Lisboa levou à aprovação de uma proposta de alteração ao orçamento para o exercício de 2010, com vista a cobrir as necessidades suplementares do Parlamento Europeu que com ele estejam relacionadas. Considerando que a excelência legislativa é a prioridade do Parlamento Europeu, sublinho a importância de facultar aos deputados, às comissões e aos grupos políticos os meios necessários para a alcançar, bem como dos meios para acomodar as suas necessidades globais no que respeita à política imobiliária a longo prazo.

O orçamento rectificativo para o exercício de 2010 passa assim a ter o valor de 1.616.760.399 euros, o que representa 19,99% da rubrica inicial 5, aprovada em primeira leitura, e a reserva para os edifícios, de 15 milhões de euros, foi reduzida para 11 milhões de euros. Sublinho a importância da inscrição no relatório da realização de um orçamento "base zero" que garanta maior sustentabilidade orçamental e a necessidade de este estar de acordo com o Programa Legislativo Anual. Pelos motivos referidos, votei favoravelmente o documento que permitirá dotar o Parlamento Europeu de meios adequados para fazer face às despesas relacionadas com o seu novo papel após o Tratado de Lisboa.

Helga Trüpel (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) O Grupo dos Verdes/EFA manifesta um apoio condicional a um aumento nos subsídios de secretariado nesta fase do processo. Para o nosso grupo, a avaliação da utilização destes subsídios pedida no relatório Maňka é crucial. Esta avaliação deve estar preparada a tempo de uma decisão da autoridade orçamental sobre o orçamento rectificativo correspondente, no final da Primavera. O grupo pode reconsiderar o seu apoio ao aumento dos subsídios de secretariado após esta avaliação e discussões entre nós.

Viktor Uspaskich (ALDE), *por escrito*. – (LT) Gostaria de subscrever as palavras dos senhores deputados e, ao mesmo tempo, expressar a minha preocupação com o facto de, particularmente em período da crise, vários subsídios destinados a eurodeputados e a funcionários das equipas serem aumentados. Em especial, chamaria a atenção para as categorias de despesas que são difíceis de controlar ou não são, de todo, controladas. São precisamente estas categorias de despesas que não devem ser aumentadas durante a crise.

Relatório: Maria do Céu Patrão Neves (A7-0014/2010)

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O relatório apoia a política comum das pescas, que, em nome da protecção das unidades populacionais de peixes, resultou na destruição de um grande número de pequenos barcos de pesca na Grécia, no afastamento de numerosas pequenas e médias empresas de pesca desta actividade, na condenação de muitas zonas costeiras ao abandono e na concentração de actividades nas mãos de grandes empresas do sector. A natureza favorável aos monopólios da política da UE é ilustrada pelo facto de 2/3 dos fundos comunitários terem sido dirigidos para grandes empresas (empresas

de pesca, piscicultura e transformação), enquanto o restante 1/3 foi oferecido a pescadores pobres e medianos para destruírem os seus barcos e deixarem a profissão. As medidas destinadas a substituir ou melhorar navios apenas beneficiaram grandes empresas. O relatório, tal como o Livro Verde, atribui igual responsabilidade pela redução das unidades populacionais às grandes empresas de pesca e à pequena pesca costeira. Não diferencia as medidas necessárias em zonas de pesca e menospreza as particularidades de cada uma. A política comum das pescas da UE serve as ambições das grandes empresas de pesca que continuarão a pillar a riqueza dos mares e a apoiar grandes negócios no sector da piscicultura. Esta política, cujo único critério é a rentabilidade do capital, provoca a destruição do ambiente marinho e dos ecossistemas.

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Saúdo o lançamento de uma nova estratégia destinada a resolver as questões relativas à pesca na União Europeia. A sobrepesca, a pesca ilegal, a poluição e as alterações climáticas são factores que põem em perigo os ecossistemas marinhos. É por isso que a preocupação com a aquicultura de elevada qualidade na Europa vai gerar benefícios económicos e, ao mesmo tempo, benefícios ecológicos.

É vital manter o equilíbrio adequado entre crescimento económico, tradições piscatórias em algumas comunidades regionais e as melhores práticas de pesca. O aspecto mais importante é compreendermos que a promoção de uma aquicultura que seja sustentável e economicamente eficiente a longo prazo depende primordialmente do respeito que tivermos pelo ambiente.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (LT) O sector das pescas na Europa vive um período difícil. Pescadores perdem a sua única fonte de sustento, e este é o caso, em particular, das regiões da UE onde existem poucas alternativas sociais e económicas. Por conseguinte, apoio convictamente a proposta da Comissão, apresentada no Livro Verde, quando afirma que é necessário reformar de modo profundo e completo a política das pescas, adaptando assim este sector às alterações no mercado. É lamentável, mas passaram 27 anos desde a criação de uma política comum das pescas e este sector não está a funcionar como devia e os problemas não são resolvidos com rapidez suficiente. Os problemas de 2002 permanecem e foram ainda agravados pelos acontecimentos recentes, associados à crise económica e ao impacto das alterações climáticas nas unidades populacionais de peixes. As prioridades da reforma da política comum das pescas têm de continuar a ser a reposição das unidades populacionais, uma gestão sustentável e assegurar o nível de subsistência dos pescadores. A pesca é muito importante no conjunto da UE, e não deve, pois, ser vista simplesmente como uma actividade, mas como um sector que constitui uma fonte directa de emprego.

Gerard Batten, John Bufton, David Campbell Bannerman, Derek Roland Clark, William (The Earl of) Dartmouth, Nigel Farage e Paul Nuttall (EFD), *por escrito*. – (EN) Apesar de este relatório propor uma PCP bastante menos assustadora do que a monstruosidade que temos agora, recomenda que deixemos a pesca sob o controlo predatório da não democrática e antidemocrática “União Europeia” e, por este motivo, não pode ser apoiada pelo Partido da Independência do Reino Unido.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito*. – (RO) A promoção de um interesse comum das organizações de produtores em observar os princípios defendidos pela União Europeia torna-se um elemento fundamental para a reforma da política de pescas. A União Europeia não pode esperar que as frotas de pesca da Europa sejam redimensionadas naturalmente, com base nas realidades económicas. A sobrecapacidade, oito anos após a cimeira global sobre o desenvolvimento sustentável, e o declínio constante das unidades populacionais são motivos adicionais para uma reforma abrangente da política comum das pescas. Todavia, importa não esquecer que existem comunidades inteiras localizadas nas regiões costeiras dos Estados da União Europeia cuja existência se centra na pesca. Como é também mencionado no relatório sobre a reforma da política comum das pescas, esta actividade insere-se no património cultural e em tradições que ninguém quer perder.

Uma revisão da política comum das pescas é do interesse de todos os Estados-Membros para que o principal objectivo adoptado na cimeira de 2012, que será alcançar o nível de unidades populacionais de peixes que permitam o rendimento máximo sustentável até 2015, possa ser cumprido, assegurando desta forma que a União Europeia deixe de ser obrigada a importar de outros mercados metade do peixe de que necessita.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – O sector das pescas é de uma importância estratégica para o bem-estar socioeconómico das comunidades costeiras, o desenvolvimento local, o emprego, a preservação e criação de actividades económicas.

É fundamental garantir um desenvolvimento sustentável deste sector, quer a nível económico quer a nível social, mas é igualmente necessário assegurar a manutenção de um bom estado ambiental em todas as águas marinhas da União Europeia.

A aplicação da PCP está directamente ligada a questões como a defesa do ambiente, as alterações climáticas, a segurança, a saúde pública, a protecção dos consumidores e o desenvolvimento regional, o comércio interno e internacional, as relações com os países terceiros e a cooperação para o desenvolvimento, pelo que é fundamental garantir uma justa e cuidadosa harmonização entre todos estes domínios.

Sublinho a necessidade de recorrer a um quadro coerente no âmbito do Espaço Europeu da Investigação para apoio à utilização sustentável dos oceanos e mares.

É também fundamental ter em consideração a natureza dos constrangimentos que afectam as regiões ultraperiféricas (RUP), cuja permanência, intensidade e conjugação as diferenciam das demais regiões da UE com desvantagens geográficas e/ou com problemas demográficos.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra o relatório sobre a política comum das pescas, embora o documento contenha um conjunto de elementos que representam uma evolução positiva relativamente à actual situação. Contudo, infelizmente, pontos essenciais do relatório são incompatíveis com o facto de os recursos marinhos serem propriedade pública comum que não pode ser privatizada, e foi rejeitada uma alteração do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde relativa a este ponto. Este relatório em particular não combina a necessária protecção do ambiente marinho com a conservação das unidades populacionais de peixes e a protecção financeira dos pescadores, em especial dos pequenos pescadores, o que terá consequências catastróficas no ambiente e na pesca sustentável e um impacto adverso sobre pescadores e consumidores, que têm de pagar o preço final do produto, cujos lucros beneficiam grandes empresas privadas em vez dos pequenos pescadores. O relatório não tem em devida conta as várias condições dominantes em cada Estado-Membro da UE e, consequentemente, não consegue definir as políticas necessárias, devidamente ajustadas.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – Felicito a Deputada Patrão Neves pelo excelente relatório sobre a Reforma da Política Comum das Pescas. Os inúmeros problemas e desafios da PCP já tinham sido diagnosticados em 2002, tendo sido agora agravados pelas crises económica e energética, e pelos efeitos nefastos das alterações climáticas. Para que a PCP possa servir os interesses da pesca actual, é necessário que introduza um conjunto de alterações profundas, garantindo um justo equilíbrio entre a preservação dos recursos e a rentabilidade do sector, abrindo portas a novos sistemas de gestão para as diferentes pescarias praticadas na UE.

Saúdo a preocupação em descentralizar e desburocratizar a PCP, e em regionalizar, dentro dos limites impostos pelo Tratado de Lisboa, a gestão das pescarias, bem como a necessidade de se garantir um tratamento diferenciado para a pequena pesca costeira e a pesca industrial, respeitando exigências de ordem ambiental, económica e social. Sublinho ainda a defesa dos interesses da pesca comunitária, exigindo-se no entanto o devido acompanhamento por parte dos governos nacionais, que deverão assumir a pesca como uma prioridade estratégica para a viabilidade económica e social das comunidades costeiras.

Vasilia Viorica Dăncilă (S&D), *por escrito*. – (RO) Entendo que é necessário elaborar planos para gerir e apoiar a recuperação a longo prazo das unidades populacionais de peixes para todos os tipos de pesca e para todas as zonas geográficas de pesca na União Europeia. É essencial, acima de tudo, tomar em consideração as enormes diferenças que existem na Europa no domínio da pesca. Deve ser atribuída maior responsabilidade às zonas de pesca e realizar melhorias ao sistema de quotas tradicional. A Europa tem de adoptar uma abordagem forte e comum da gestão dos recursos haliêuticos, que inclua uma dimensão continental e de mercado para o sector, bem como um sector da captura e a aquicultura, em conformidade com a nova política marítima integrada da União Europeia e com os seus interesses num crescimento sustentável nas regiões costeiras.

William (The Earl of) Dartmouth, Nigel Farage e Paul Nuttall (EFD), *por escrito*. – (EN) Apesar de este relatório propor uma PCP bastante menos assustadora do que a monstruosidade que temos agora, recomenda que deixemos a pesca sob o controlo predatório da não democrática e antidemocrática “União Europeia” e, por este motivo, não pode ser apoiada pelo Partido da Independência do Reino Unido.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre o Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas porque foram alcançados compromissos essenciais que permitiram melhorar claramente a proposta inicial. Gostaria de sublinhar a importância da introdução de uma abordagem ambiental e social na busca de novos sistemas de gestão dos recursos haliêuticos, que sejam complementares ao actual sistema, assente no princípio da estabilidade relativa.

Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson, Marita Ulvskog e Åsa Westlund (S&D), *por escrito*. – (SV) Nós, social-democratas suecos, votámos contra o relatório sobre o Livro Verde e contra a reforma da política

das pescas da UE. A maioria do Parlamento rejeitou a atribuição de prioridade à sustentabilidade ecológica e votou a favor de uma alteração que afirma que a nossa política face a países fora da UE devem reger-se pelos interesses da pesca europeia. Consideramos este aspecto inaceitável e decidimos, portanto, votar “não”. Estamos também cépticos quanto ao facto de o Parlamento Europeu querer atribuir mais fundos à política comum das pescas – é um processo em que não queremos participar, a não ser que o seu objectivo seja efectuar uma alteração clara da política.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Começo por sublinhar a excelência do relatório elaborado pela Deputada Patrão Neves. As comunidades piscatórias enfrentam actualmente um período de dificuldades caracterizado por uma acentuada deterioração dos recursos pesqueiros: esta actividade tem impacto no abastecimento alimentar da população em geral e na coesão das regiões periféricas da União Europeia. Assim, é necessária uma abordagem integrada e abrangente para a reforma da Política Comum das Pescas.

Considero urgente e fundamental que a União Europeia se empenhe de forma eficaz para assegurar melhores condições de sustentabilidade económica aos pescadores, num quadro que salvaguarde as especificidades de cada região e que reconheça a atenção diferenciada a dedicar à pesca artesanal. Saliento a preconização de medidas concretas, como a redução do número de intermediários na cadeia entre o produtor e o consumidor. Por outro lado, esta reforma não pode ser dissociada da exploração sustentável dos recursos marinhos, num processo de avaliação técnica e científica devidamente fundamentada, o que contribuirá para a pacificação do sector e, simultaneamente, se repercutirá na qualidade e na segurança alimentar dos consumidores. No âmbito do reajustamento da capacidade de pesca, saliento o impacto da modernização de equipamentos para a dignificação profissional e a segurança dos pescadores num sector onde são recorrentes as perdas humanas.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A rejeição, pela maioria deste Parlamento, das propostas que apresentámos, recusando a privatização dos recursos pesqueiros, é elucidativa quanto ao caminho que se pretende seguir na próxima reforma da PCP. O Parlamento não só não rejeita a proposta da Comissão de criação de direitos de propriedade (privados) para acesso à exploração de um bem público - o se impunha - como abre caminho à consagração desse desiderato. Trata-se de uma opção que não salvaguarda a sustentabilidade dos recursos e que acarretará inevitavelmente uma concentração da actividade nas entidades com maior poderio económico e financeiro, à escala da UE, ameaçando seriamente a pequena pesca costeira e artesanal que, no caso de Portugal, representa mais de 90% da frota.

Registamos alguns pontos positivos do relatório, que nalguns casos correspondem a propostas que apresentámos, mas não podemos deixar de registar que, globalmente, o relatório não se afasta de uma matriz marcadamente liberal e de forte limitação da soberania dos Estados sobre os seus recursos marinhos. Ficou também por dar a resposta cabal a um dos problemas nucleares com que o sector se debate: o do rendimento da actividade. Não podemos deixar de assinalar a rejeição das propostas que apresentámos para uma melhoria da comercialização no sector, aumentando a retribuição do trabalho dos pescadores.

Marian Harkin (ALDE), *por escrito*. – (EN) Sou favorável à ampliação dos limites costeiros de 12 para 20 milhas como uma das reformas fundamentais da PCP. Temos igualmente de pôr fim à prática de devolver unidades populacionais vulneráveis. É importante manter o actual sistema de gestão de quotas e não apoio a privatização obrigatória das quotas.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) O relatório continha muitos elementos positivos e importantes, e é consensual que o modelo centralizado e único da PCP foi desastroso. Um conjunto de alterações apresentadas por mim próprio foi bem acolhido e, por esse motivo, o relatório reconhece a estabilidade relativa, a necessidade de incentivar esforços de conservação e o sucesso do controlo nacional na zona das 12 milhas. Contudo, o relatório afirma também que os direitos históricos devem ser revistos. A gestão do sector tem de ser devolvida às nações de pesca; essas nações não podem perder os seus direitos históricos. Votei, pois, contra um relatório que convida a um ataque a esses direitos fundamentais e tradicionais de acesso às unidades populacionais de peixes.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. – (DE) Uma reforma fundamental e completa da política comum das pescas deve ser saudada, particularmente no quadro da gestão sustentável dos recursos haliêuticos. Para isso, é necessário refinar e normalizar as condições estruturais, melhorar os controlos por parte dos Estados-Membros e simplificar o sistema de decisão. Apesar de a Áustria, como país interior, não ser directamente afectada, o consumo cada vez maior de peixes do mar influencia a pesca. Precisamos de soluções práticas e eficientes que ofereçam ao sector uma base para viabilidade suficiente promovendo boas condições das unidades populacionais, assegurando o abastecimento do consumidor e, ao mesmo tempo,

garantindo a manutenção da diversidade das espécies e salvaguardando o ecossistema marinho no seu conjunto.

Isabella Lövin (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Este relatório é um documento amplo que abrange todos os aspectos da PCP, da aquicultura à pesca recreativa, do mar Báltico aos acordos de pesca com países do terceiro mundo. Os Verdes congratulam-se com muitas das alterações ao relatório que conseguimos ver aceites, como, por exemplo, princípios fundamentais relativos a exigências em matéria de sustentabilidade, direitos de pesca, exigências de avaliações de impacto das operações de pesca, a afirmação de que a UE não deve competir com os pescadores locais no âmbito dos acordos de pesca, permitindo apenas a captura de excedentes de peixe, e também a proposta para que todas as instituições da EU coloquem a pesca ilegal no topo da agenda internacional em todos os fóruns internacionais relevantes, a fim de proteger os oceanos, bem como a segurança alimentar. Infelizmente, foram também aprovados parágrafos totalmente inaceitáveis e contraditórios no texto final, como quando se afirma que o objectivo das secções externas da PCP é proteger os interesses da pesca europeia, que a sustentabilidade ecológica não deve ter prioridades sobre a sustentabilidade social e económica e que todos os domínios de intervenção devem contribuir para realizar os objectivos da PCP. Por estes motivos, o grupo dos Verdes não pôde aceitar o relatório e absteve-se.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A Política Comum das Pescas, que teve a sua última revisão em 2002, já não é a mais adequada para fazer face às vicissitudes desse sensível sector, pelo que é necessário analisar os novos factores que influenciam o mesmo e encontrar novas soluções para o tornar mais viável a todos os níveis, nomeadamente económico, social e ambiental. Urge, portanto, tomar novas medidas para que o sector pesqueiro saia da situação periclitante em que se encontra.

A actividade pesqueira é muito importante na UE. Assim, é imprescindível que a nova PCP tenha em atenção a gestão racional e responsável dos recursos, que se preocupe com a protecção dos recursos marítimos e com a manutenção do modo de vida daqueles que sempre viveram da pesca. É necessário que a nova PCP seja capaz de resolver os problemas de produtividade do sector, de estabilizar os mercados e de assegurar um bom nível de vida às famílias que vivem dependentes desse sector. No entanto, este sector tem que ser analisado de forma global e não segmentada, de forma a conseguirmos integrar todos os problemas e vicissitudes do mesmo, para que os problemas sejam resolvidos de forma satisfatória para todos e para, dessa forma, ultrapassar os grandes problemas que o afectam: sobrepesca, sobrecapacidade, sobreinvestimento e desperdício.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) O facto de a pesca ter uma longa tradição na Europa e, esperamos, também um futuro, é de saudar. A evolução nestes últimos anos indica certamente que o trabalho neste sector da economia se está a tornar fundamentalmente menos interessante. Isto sucede porque os grupos de empresas, com os seus produtos da pesca vendidos em massa, estão a fazer diminuir os preços a ponto de as pequenas empresas de pesca não conseguirem competir. Em resultado destas circunstâncias, o sector pertence cada vez mais a pescadores de países terceiros. Tendo em conta o facto de esta proposta de resolução não abordar suficientemente esta questão, votei contra.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Absteve-me da votação final do relatório Patrão Neves porque o documento continha parágrafos positivos e negativos. Por um lado, concorda que deve ser dado acesso prioritário a quem pesca de forma mas sustentável do ponto de vista ambiental, gerando menos devoluções, mais postos de trabalho e menor utilização de energia, e salienta que o direito à pesca deve basear-se em critérios ambientais e sociais, e não em quem capturou mais peixe há 30 anos. Foram anos de sobrepesca que desencadearam a actual crise, pelo que é absurdo deixar que as mesmas frotas continuem a provocar danos. Outros pontos positivos incluem a definição da sustentabilidade ecológica como premissa fundamental da PCP e o reconhecimento de que as frotas da UE já não podem recorrer à sobrepesca nas águas dos países em desenvolvimento. Infelizmente, há também ideias menos construtivas no relatório, como a recusa em aceitar a influência destrutiva das subvenções. O relatório declara igualmente que a PCP é a política dominante da UE, considerando subservientes as políticas de ambiente e de desenvolvimento. Foi esta atitude de “preservação do sector das pescas a todo o custo” que levou à destruição do ecossistema marinho e das comunidades piscatórias que dele dependem.

Britta Reimers (ALDE), *por escrito*. – (DE) Os membros alemães do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa votaram de forma diferente do grupo em dois pontos. O primeiro diz respeito à alteração 3, do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia. Os membros do FPD da Alemanha votaram contra, porque a delegação radical da política das pescas sugerida na proposta, a par da transferência de poderes e responsabilidades para os Estados-Membros e para os decisores locais, não é compatível com a política comum europeia das pescas. A ideia é precisamente encontrar soluções comuns e progressistas a nível da

UE. Os membros do FPD apoiaram a alteração 33 porque ela apoia o importante princípio de estabilidade relativa, que é importante para os alemães. Trata-se da base para a atribuição de quotas.

Frédérique Ries (ALDE), *por escrito*. – (FR) O sector europeu das pescas navega em águas agitadas: as unidades populacionais de peixes caem a pique, 400 000 pescadores europeus e as suas famílias preocupam-se com o futuro e questionam-se sobre a eficácia da política comum das pescas, que, até ao momento, lhes proporcionou uma rede de segurança.

Tendo em conta os problemas estruturais identificados, nomeadamente a sobrepesca, o subinvestimento, a sobrecapacidade da frota de pesca e o desperdício (quantas toneladas de peixes são devolvidas ao mar diariamente por serem impróprias para consumo?), impõe-se uma reforma da PCP. É evidente que qualquer reforma deve ter em conta as características individuais das várias zonas de pesca e evitar a todo o custo um modelo único de gestão. As técnicas e os navios de pesca utilizados no mar do Norte são bastante diferentes dos que operam no golfo da Gasconha. É por isso que a reforma proposta pela Comissão, assente na regionalização e adoptada pelo Parlamento esta tarde, é essencial.

Uma política responsável deve tomar em consideração a realidade apresentada pelos números: a UE representa aproximadamente 4,5% da produção mundial da pesca e não aspira a ser um “gigante” no sector. Este é ainda outro motivo pelo qual temos de optar por uma pequena pesca inovadora e sustentável.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (EN) O Livro Verde da Comissão sobre este assunto foi uma acusação esmagadora e um reconhecimento sincero de que a política comum das pescas não funcionou. Pelo contrário, contribuiu para um conjunto de problemas que continuam a ter impactos económicos, sociais e ambientais. Apenas há duas semanas, esta Assembleia votou a favor da suspensão do comércio internacional do atum-rabilho devido à dimensão extremamente reduzida das suas unidades populacionais – uma situação que constitui mais um sinal de que os nossos níveis de pesca actuais são insustentáveis e têm sérias consequências para o futuro do sector das pescas. Temos de reconhecer que é necessária uma nova abordagem. Uma política descentralizada com mais fundos permitirá a diferentes regiões adaptarem-se e responderem às suas próprias circunstâncias – algo que a anterior política “do topo para a base” impedia. A nova política conduziria a uma melhor gestão das unidades populacionais e teria um efeito positivo no ambiente marinho. Apoio inteiramente o empenho da Comissão numa reforma em grande escala e profunda, que foi correctamente apoiada pela Comissão das Pescas. É vital que tomemos medidas para assegurar que a União Europeia executa uma política das pescas verdadeiramente sustentável, a fim de proteger as unidades populacionais, o ambiente e os postos de trabalho europeus a longo prazo.

Peter Skinner (S&D), *por escrito*. – (EN) Apoiei alterações apresentadas para mudar a política comum das pescas de uma forma que pusesse termo a alguns dos enviesamentos que já existem.

Aumentar qualquer financiamento para renovar frotas ou definir a nível central preços para o peixe são particularmente susceptíveis de criar distorções e permitem uma utilização acrescida de subvenções.

Os pescadores no Reino Unido, sobretudo ao longo da costa sul, nos barcos de 10 metros, são muitas vezes gravemente afectados por quotas desequilibradas e subvenções a outras frotas de pesca nacionais. Um deputado eleito por Hastings and Rye, Mike Foster, chamou-me a atenção para a necessidade de a agência inglesa dedicada ao mar e à pesca e a Comissão porem fim a práticas discriminatórias e geradoras de distorções, em especial na captura de bacalhau ao longo da costa sul do Reino Unido, e particularmente o seu próprio círculo eleitoral de Hastings and Rye, que ambos representamos.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Abstei-me da votação do relatório sobre a política comum das pescas porque o documento contém demasiados pontos que não apenas se opõem a um conjunto de outras afirmações do relatório, mas também são contrários à minha perspectiva política sobre a política europeia das pescas. Por um lado, o relatório declara que as frotas de pesca europeias já não podem recorrer à sobrepesca nas águas de países em desenvolvimento mas, por outro lado, refere que a política comum das pescas tem sempre prioridade sobre políticas ambientais e de desenvolvimento. Esta posição é claramente contrastante com o Tratado de Lisboa, cujo artigo 208.º indica que a nossa política externa não pode comprometer o desenvolvimento de países pobres. A política proposta pelo Parlamento beneficia seguramente a Europa, mas, fora de águas europeias, a Europa apenas defende as suas próprias frotas de pesca e não as unidades populacionais e os pescadores locais. Consequentemente, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia absteve-se. Além disso, embora o relatório reconheça que existe um problema grave de sobrepesca e que a sustentabilidade tem de ser o ponto de partida para esta política, não admite que a capacidade da frota e os sistemas de subvenções e quotas estão na origem deste problema. Isso explica a nossa abstenção.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – O relatório sobre o Livro Verde sobre a reforma da Política Comum das Pescas, que hoje aprovámos, consagra uma revisão desta política nas suas dimensões económica, social e ambiental, pretendendo redefinir orientações para resolver os problemas que subsistem no sector. Uma melhor eficiência na gestão dos recursos de pesca e uma estratégia de apoio financeiro aos profissionais deste sector, bem como a garantia da sustentabilidade do sector através da preservação das espécies são prioridades que reitero como essenciais no seio desta reforma e que devem ser executadas a nível regional. Este documento insiste em reformas necessárias para o sector das pescas e que são de enorme importância nas regiões ultraperiféricas, nomeadamente na Madeira, onde esta actividade assume um grande relevo no desenvolvimento local e na vida das populações.

Reitero as ideias expressas no relatório relativamente a uma participação mais activa dos vários actores a nível nacional, regional e local no que respeita às medidas de execução e às medidas técnicas a tomar no âmbito do sector das pescas. Por tudo quanto ficou exposto, votei favoravelmente este relatório que será o início de uma nova etapa na Política Comum das Pescas europeia.

Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Votei contra o relatório da senhora deputada Patrão Neves porque o documento rejeita as alterações destinadas a encontrar um equilíbrio entre os interesses ambientais e a preservação da pequena pesca.

Deploro também a rejeição das alterações que apelavam a um diálogo aprofundado com os pescadores antes desta reforma.

Neste contexto, não vejo como será possível adoptar uma reforma que seja aceitável para os pescadores e que tome as medidas necessárias para preservar uma política comum das pescas digna desse nome.

Presidente. – (EN) A acta desta sessão será apresentada para aprovação do Parlamento no início da próxima sessão. Se não houver objecções, transmitirei imediatamente as propostas adoptadas na sessão de hoje às pessoas e instituições a que são dirigidas.

10. Correções e intenções de voto: ver Acta

11. Transmissão dos textos aprovados durante a presente sessão: ver Acta

12. Calendário das próximas sessões : Ver Acta

13. Interrupção da sessão

(A sessão é encerrada às 12H50)